



Universidade de Brasília
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL
ORIENTADORA: NEUZA FARIAS ARAUJO

**A PRÁTICA DO TURISMO NO ENSINO ESPECIAL: possibilidade de inclusão
cidadã do sujeito com deficiência**

Elisângela Pereira Barroso
Matricula:17/0086143

Brasília/DF
Setembro de 2018



Universidade de Brasília

Elisangela Pereira Barroso

**A PRÁTICA DO TURISMO NO ENSINO ESPECIAL: possibilidade de inclusão
cidadã do sujeito com deficiência**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo, vinculado ao Centro de Excelência em turismo da Universidade de Brasília- Linha de Pesquisa : Cultura e Sustentabilidade no Turismo- como requisito à obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientadora: Professora Dra. Neuza Farias Araujo

Brasília/DF

2018



Universidade de Brasília

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Neuza Farias Araujo – Matrícula: 01067125
Orientadora

Profª.Drª Lana Magaly Pires – CPF:
Examinadora

Profª.Drª Maria da Conceição da Silva Freitas
Examinadora

Prof. Drº Fagno Tavares de Oliveira – Matrícula: 1109324
Examinador

20 de Setembro de 2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BB277p Barroso, Elisângela Pereira
A PRÁTICA DO TURISMO NO ENSINO ESPECIAL: possibilidade
de inclusão cidadã do sujeito com deficiência / Elisângela
Pereira Barroso; orientador Neuza Farias Araujo. --
Brasília, 2018.
143 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Turismo)
-- Universidade de Brasília, 2018.

1. Turismo. 2. Educação Inclusiva. 3. Identidade. 4.
Cidadania. 5. Inclusão. I. Araujo, Neuza Farias, orient.
II. Título.

AGRADECIMENTOS

Sou feita de retalhos.

Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma. Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou.

Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...

Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade...

Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.

E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão se tornando parte da gente também.

E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados...

Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.

Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias.

E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de "nós". ([Cris Pizzimenti](#)).

Quero agradecer a cada um que fez parte da minha história e me fizeram ser a pessoa que sou;
Ao meu companheiro, Renato que me trás força para seguir na caminhada da vida;

A todos que acreditaram e confiaram em mim desde sempre;

As minhas irmãs: Eloisa, Eliane, Elma, Vera, Helenice e aos irmãos: Adilson e Mauriton , que sempre estiveram presentes na minha vida;

A minha prima Adilêia, por iniciar comigo essa jornada;

As minhas sobrinhas e sobrinhos;

Aos meus cunhados e cunhadas;

As amigas do trabalho que torceram e também fizeram parte dessa pesquisa;

A diretora da Escola CAIC- PWJM- Andreia , por estar sempre, disposta a conhecer novas propostas de trabalho;

A professora Neuza de Farias Araújo, que foi minha orientadora desde o princípio;

Em especial as minhas irmãs: Eloisa e Helenice que estiveram presentes, e auxiliaram no trabalho com minhas angustias;

Ao grande amor da minha vida que é a razão do início e o fim de tudo que faz parte da minha existência, a minha linda Maria Luiza.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo compreender a prática do turismo na educação especial como fonte de inclusão, construção da identidade, cidadania e prazer.

A escola inclusiva tem por pressupostos básicos desenvolver o convívio com as diversidades, respeitar as singularidades e compreender os educandos como pessoas diferentes umas das outras e com identidades diversas.

A escola torna se inclusiva a partir do momento que passa a perceber as diferenças e particulares de cada aluno perante o processo educativo e procura maneiras para que todos tenham uma participação efetiva na aquisição do conhecimento.

Nessa perspectiva de educação, o turismo pedagógico pode se apresentar como um mecanismo de inclusão. Passear para conhecer a história, cultura, geografia, economia e organização social das comunidades e região nas quais o aluno se encontra e mostrar uma nova realidade, pode despertar o sentimento de pertencimento à sociedade e a compreensão do seu papel de cidadão.

A prática do turismo pedagógico nas classes especiais tem por objetivo relacionar os conhecimentos trabalhados na sala de aula com os saberes do cotidiano fora dos muros da escola, visando a construção de conhecimentos significativos para a cidadania.

Palavras Chave: Turismo, Educação Inclusiva, Identidade, Cidadania, Inclusão, imaginário e representação.

ABSTRACT

The present research aims to comprehend the practice of tourism in special education as a source of inclusion, identity construction, citizenship and joy. Inclusive school has as basic presuppositions to develop the conviviality with diversities, to respect the singularities and to understand the learners as different people from each other and with diverse identities.

The school becomes inclusive from the moment it comes to perceive the differences and particularities of each student before the educational process and looks for ways for all to have an effective participation in the acquisition of knowledge. In this perspective of education, pedagogical tourism can present itself as an inclusion mechanism. Strolling to know the history, culture, geography, economy and social organization of the communities and region in which the student is and show a new reality can awaken the feeling of belonging to society and the understanding of their role as citizen.

The practice of pedagogical tourism in special classes has the objective of relating the knowledge worked in the classroom with the everyday knowledge outside the school walls, aiming at building meaningful knowledge for citizenship.

Key words: Turism, Inclusive Education, Identity, Citizenship, Inclusion, Imaginary, Representation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPITULO I- TURISMO E EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES DE UMA RELAÇÃO.....	22
1.1-Conceito de Turismo.....	22
1.2-A relação entre turismo e educação.....	28
1.3-O turismo como atividade educativa de inclusão social.....	32
1.4–O turismo pedagógico.....	39
CAPITULO II- A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE NO ESPAÇO ESCOLAR: IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NAS NARRATIVAS HISTÓRICAS SOBRE O (NÃO) LUGAR DO DEFICIENTE NA SOCIEDADE	48
2.1-Educação inclusiva: (des) construindo imaginários sobre o deficiente.....	54
CAPITULO III- TURISMO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, NOVOS CAMINHOS PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO: O PASSEIO COMO POSSIBILIDADE DE APRENDIZAGEM PARA ALUNOS DEFICIENTES.....	82
3.1- Seguindo trilhas e descobrindo caminhos: uma experiência no parque Saburo Onoyama.....	92
3.2- Cenas e encenações na eterna novidade do mundo: o passeio ao teatro.....	96
3.3- Uma viagem ao céu, entre luas, estrelas e planetas: o passeio ao Planetário.....	100
3.4-O turismo na escola: passear, (re) conhecer e ser cidadão.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	127
ANEXOS.....	132

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como preocupação o estudo do turismo pedagógico no processo de ensino aprendizagem dos alunos deficientes na perspectiva da educação inclusiva. Pretendo analisar se o Turismo Pedagógico pode colaborar com a construção de novos saberes e se as relações com o outro fora do ambiente escolar em situações de passeios podem evidenciar sentimentos no aluno com deficiência de pertencimento ao grupo, bem como contribuir para a autonomia desses indivíduos de modo a propiciar a eles o exercício da cidadania.

O turismo como propulsor da interação social entre pessoas permite a aquisição de conhecimentos formais e informais, seja de maneira sistematizada ou não. Desse modo, o turismo se transforma em possibilidade pedagógica que proporciona vivenciar, observar, construir e compreender os processos de formação da comunidade/sociedade em que o aluno/sujeito se encontra inserido. Procuro entender o turismo na pesquisa em tela a partir da concepção de Moesch (2004:15), segundo a qual:

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços.... É muito mais que uma indústria de serviços, pois o fenômeno turístico é a composição de uma prática social com base cultural, com herança histórica, meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório dessa dinâmica sociocultural parte de um fenômeno recheado de objetividade/subjetividade, que venha a ser consumido por milhões de pessoas, enquanto síntese – o produto turístico, que está sendo tratado como um fenômeno totalizante, e não dialeticamente – uno /diverso, mas como produto final possível de total controle, suficiente em si mesmo. (MOESCH, 2004:15)

A partir da perspectiva de Moesch sobre turismo como construtor de aprendizagens, podemos relacioná-lo aos processos educativos no espaço da sala de aula, mais especificamente na educação inclusiva. A educação, na perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência, visa inserir o indivíduo na sociedade de uma forma plena e busca preparar os alunos para que os mesmos possam interagir com independência de maneira mais completa na construção da sua cidadania. Essa perspectiva coaduna com a perspectiva do turismo conforme propõe Moesch ao defini-lo como uma combinação complexa no qual estão contidos inter-relacionamentos.

Diante dessas reflexões é que esta pesquisa tem como objeto de estudo *a prática do Turismo como possibilidade de construção de identidade, inclusão social e acesso à cidadania para alunos com deficiência nas escolas públicas do DF.*

O meu envolvimento com o estudo do turismo foi impulsionado pela busca por ferramentas apropriadas no auxílio da inclusão do aluno com deficiência no processo de ensino/ aprendizagem. No decorrer da realização de minhas atividades profissionais, tive como preocupação cotidianamente planejar atividades que propiciassem o prazer e envolvimento dos educandos nas relações possibilitadoras do sentimento de pertença à sociedade. Essas questões que sempre me interpelaram conduziram-me ao estudo do turismo.

Minhas reflexões dialogam ainda com algumas das experiências sensíveis sobre os passeios na escola, das quais ainda hoje guardo na memória como importante lembrança da infância e juventude. Afinal, quem não se lembra dos passeios promovidos pela escola? Cada momento era uma festa; o ônibus, as músicas, enfim, o clima festivo e de expectativas ajudavam a encurtar o caminho. Dessa maneira seria difícil não concordar com Maria Lucia M. Dias (2004), quando no livro “Turismo transversalidade curricular” ela afirma que um passeio promovido pela escola é sempre gostoso, mas se torna inesquecível quando cheio de atividades e boas propostas.

Quando saíamos em busca de novos conhecimentos, pude observar como as crianças ficavam fascinadas e felizes; crianças com deficiência gostam de conhecer, explorar, questionar. Durante estes momentos, o brilho no olhar se torna presente, o caminho para o conhecimento é prazeroso.

Crianças deficientes necessitam de adaptações no seu dia a dia para poder se comunicar melhor e para ter melhor compreensão do mundo. O turismo na educação especial pode trabalhar o sentimento de pertencimento a sociedade. Uma visão global do mundo é parte da concepção do ensino transformador necessário ao educando. A escola, em sua função crítica social, deve proporcionar a todo aluno condição de aquisição de conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento.

O ensino para além dos muros da escola faz-se necessário. Nesse contexto, o turismo pode se tornar um eixo de integração entre saber, informação e produção de conhecimento que capacita o sujeito para a vida cotidiana. De acordo com Morin (2007), a complexidade faz parte da ciência e da vida cotidiana. É na vida diária que o indivíduo convive com suas diferentes identidades, que assume diversos papéis sociais, tornando-os um exemplo de grande complexidade. Estender o ensino para além da sala de aula é uma maneira de abordar assuntos relevantes para construção de aprendizagens significativas na formação do educando, conhecer e perceber-se como parte da sociedade. Nos passeios escolares é possível também reconhecer a importância da

cultura, da história da geografia e do meio ambiente; essas atividades tendem a possibilitar a formação de uma conscientização cidadã na qual o educando reconhece seu lugar de sujeito que integra a sociedade, ou seja, de sua identidade.

Para além das questões sociais, o turismo na escola agrega ainda uma outra característica fundamental à educação: o prazer em novas descobertas. Se deslocar em busca de conhecimento é também uma maneira prazerosa de ensino/aprendizagem. O ato de passear, de descobrir, pode despertar no aluno o prazer com consciência; afinal, educar na escola é educar para a vida fora dos muros da escola.

O educando, ao ter contato com a cultura, pode conhecer e se reconhecer na estrutura social; dessa maneira, se reconhece como parte da sociedade em que vive sua história, a diversidade das populações a riqueza cultural. Enfim, se sente um sujeito participante e, conseqüentemente, mais crítico. Uma educação que se preocupa com a formação integral do indivíduo pode fornecer experiências únicas e informações capazes de gerar efetivos conhecimentos que possam completar a formação de cidadãos.

Dessa maneira, essa relação entre turismo e escola pode oferecer oportunidades de educação que visem à inclusão na sociedade. Ela pode garantir aos alunos deficientes o acesso a bens culturais, para que suas restrições não os impeçam de exercer a cidadania.

O turismo na escola na forma dos passeios pedagógicos pode se revelar em uma possibilidade pedagógica no qual se torna viável a busca de conhecimentos significativos, nos quais a realidade não se distancia do aprendizado, de maneira que a relação com o outro permita a construção de identidades a partir das diferenças. Nesse contato com o outro viabilizado pelos passeios é possível entendermos que as características de cada sujeito os tornam pessoas únicas, com igualdade de direitos, pois não se pode esquecer que é na interação com o outro que nós nos percebemos diferentes e únicos. Silva (2000) confirma esse pensamento ao afirmar que “é na diferença que se encontra a identidade”.

Se romper com preconceitos constituídos é uma das funções da educação, o processo de ensino/aprendizagem é melhor acolhido quando há a percepção de que todos os sujeitos são cidadãos capazes de exercer seus direitos e deveres na sociedade, sejam eles deficientes ou não. Falar de inclusão, de acordo com Matos (2013), é falar de uma escola voltada para todos e de todos. Nessa ordem de pensamento, não cabe à instituição educacional somente demonstrar capacidade de aceitar a diferença, mas ela precisa propor ações efetivas de maneira a trabalhar para que todos participem do

processo de aquisição do conhecimento. Portanto, é necessário práticas pedagógicas que abordem a inclusão como princípio.

Diante do exposto é que esta pesquisa procura, mediante observação direta, entrevistas semiestruturadas e bibliografias que versam sobre o tema e perceber se a prática do turismo nas classes de ensino especial pode ser propulsora da inclusão do aluno com deficiência.

Ada de Freitas Maneti Dencker, pesquisadora de procedimentos metodológicos no campo do Turismo, ressalta que:

Configurando-se como um fenômeno social total, o turismo exige para seu estudo uma multiplicidade de metodologias e técnicas que se originam em diferentes campos científicos e se aplicam ao conhecimento do turismo como campo complexo e interdisciplinar. (DENCKER,1998:14)

Seguindo na trilha do pensamento de Denker, nesta pesquisa o turismo é abordado, a partir de uma perspectiva multifacetada, como uma prática de ensino/aprendizagem para alunos com deficiência; ele é um facilitador do conhecimento significativo em que se busca relacionar as aprendizagens construídas em sala de aula, com saberes vivenciados na prática de incursões turísticas.

Pensando o turismo na educação, Dias relata que “o sujeito aprendente não é apenas um ser-mente; é um ser biológico, psicológico, emocional” (2004:09). Há que se explorar temas como o turismo, não só porque se configura como concretude no cotidiano das pessoas, mas também pelo seu potencial educativo. A pesquisa proposta tem como finalidade analisar nas classes de ensino especial se a prática do turismo é viável como possibilidade de aquisição de conhecimento. Ademais, busca-se perceber como as relações vivenciadas a partir do fenômeno turismo podem proporcionar, dinamizar e facilitar o processo de inclusão dos alunos com deficiência com vistas ao exercício da cidadania.

Pensar no turismo como prática educacional que auxilia na construção de saberes significativos, produzidos nas relações sociais e culturais vivenciadas nos passeios pedagógicos, surge como possibilidade pedagógica capaz de ampliar os contextos de ensino/aprendizagem de maneira a permitir aos alunos deficientes o acesso à cidadania.

Para uma noção de cidadania com a qual procuro alicerçar este estudo, busquei o diálogo com Jaime Pisk, Gastal e Moesch, pesquisadoras que procuram desenvolver reflexões no sentido de explicar a cidadania, como bem se poderá notar no trecho que segue:

cidadania e seu exercício não se restringem ao direito de voto. O pleno exercício da cidadania supõe direitos civis, direitos políticos (participação no poder por meio do direito de associação, de livre expressão e de práticas políticas), direitos sociais (regulação do trabalho, aposentadoria, alimentação, habitação, saúde e educação) e direitos culturais. Seria ainda, uma estratégia de luta para uma nova sociedade. (GASTAL E MOESCH, 2007:31)

O turismo na educação especial como possibilitador da prática cidadã e propulsor da inclusão do aluno com deficiência, objeto deste trabalho de pesquisa, toma o turismo pedagógico como um momento único de aprendizagem e de estreitamento dos laços afetivos entre educandos e educadores. A prática docente tem me permitido observar o quanto a relação de interação com o outro nos passeios promovidos no âmbito escolar pode propiciar a aquisição de conhecimentos de maneira prazerosa e dinâmica. Será então em razão destas percepções *a priori* que busco construir as reflexões no interior deste trabalho que suscita a seguinte questão:

- O acesso à formação escolar, integrada às práticas de turismo, para os alunos com deficiência, pode proporcionar o desenvolvimento ampliado das potencialidades físicas, afetivas e intelectuais dessas crianças?

Além de perceber que turismo na sala de aula pode auxiliar na exploração dos conteúdos e de atividades em todas as dimensões interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares, esta pesquisa procura nortear a discussão sobre escola comum inclusiva, com base nas leis de Educação para Todos (1990) e na Declaração de Salamanca (1994).

Cabe salientar que estes documentos foram fundamentais para repensar a escola e o processo de ensino aprendizagem de sujeitos deficientes. Desde a promulgação desses dois documentos, as crianças com deficiência passaram a ser matriculadas em salas regulares e em classes especiais das escolas regulares. Por abrigar uma grande diversidade humana e diferentes modalidades de ensino, incluindo classes especiais de Deficiência Intelectual- (DI) e Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), a Escola Classe CAIC-Walter José de Moura foi escolhida como o local onde a pesquisa foi desenvolvida.

A Escola Classe CAIC Walter José de Moura foi criada perante a resolução nº 3964 de 16/12/1993, onde estabelecem o CAIC Professor Walter José de Moura como Unidade de Ensino do DF. O CAIC foi inaugurado em 20 de dezembro de 1994, porém já se encontrava em funcionamento desde 08 de março de 1994, quando iniciou o ano letivo. O nome da instituição foi escolhido em homenagem a um já falecido educador, administrador de Taguatinga e defensor da comunidade do Areal, WALTER JOSÉ DE

MOURA. Trata-se de um Estabelecimento de Ensino situado à QS 07, Área Especial Nº 02, lotes 04/08, Areal, Águas Claras, DF e pertence à Coordenação Regional de Ensino de Taguatinga/DF.

As escolas CAICs foram fundamentadas em um projeto de governo do então Presidente Fernando Collor de Mello, com inspiração em dois projetos anteriores: o Escola Parque, de idealização de Anísio Teixeira, e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), mentalizados por Darcy Ribeiro, construídos no Rio de Janeiro no governo de Leonel Brizola, na década de oitenta.

As escolas, hoje conhecidas como CAICs, inicialmente foram denominadas de CIAC (Centro Integrados de Atenção à Criança e ao Adolescente), que tinham por finalidade a implementação da escola em período integral, bem como assistência às famílias das crianças e dos adolescentes. Essas instituições contavam com formação profissionalizante, assistência médica e odontológica preventiva; enfim, um sonho para a educação pública. Com a renúncia do Presidente Collor, o seu sucessor, Itamar Franco, extinguiu o Ministério da Criança e renomeou o “Projeto Minha Gente” como “Programa Nacional de Atenção à Criança e Ao Adolescente”; nessa mudança, os CIACs viraram CAICs (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente).

Do projeto inicial, só restaram as construções que estão por todo o país; e no Distrito Federal, onde há um CAIC em cada cidade satélite, o projeto inicial não foi sustentado. Atualmente, os CAICs são escolas que, por serem grandes, mas não grandiosas em suas construções, atendem a uma grande diversidade de alunos, matriculados nas seguintes modalidades: *berçário, creche, educação infantil, ensino fundamental de 1º ao 5º ano (com turmas inclusivas), e ensino especial*. Com toda essa variedade de ensino, a Escola Classe CAIC- Professor Walter José de Moura se constituiu como um estudo de caso no qual procurei analisar se as práticas do turismo nas Classes de Ensino Especial poderiam ser propulsoras da inclusão social do indivíduo com deficiência.

Assim, busquei em Marli Eliza Dalmazo Afonso de André (2001:16)¹ a noção conceitual do que vem a ser o estudo de caso. Para esta pesquisadora, o estudo de caso é uma abordagem qualitativa, no qual:

¹ Eliza Dalmaso de Afonso André, professora titular aposentada da Faculdade de Educação da USP e desde do ano de 2000 integra o corpo docente do programa de Estudos pós-graduados em Educação: Psicologia da Educação, da Pontifca Universidade Católica de São Paulo. Em 2013, assumiu a coordenação do Mestrado Profissional em Educação: Formação de Formadores, na PUC SP. Desenvolve estudos e pesquisas nas áreas de formação de professores e de metodologia da pesquisa em educação.

Os conhecimentos gerados têm valor em si mesmo, em geral as coletas de dados nos estudos de caso são as usadas nos estudos sociológicos ou antropológicos, como por exemplo: observação, entrevista, análise de documentos, gravações, anotações de campo, mas não são as técnicas que definem o tipo de estudo, e sim o conhecimento que dele advém. (ANDRÉ, 2001:16)

Uma questão importante do estudo de caso é o conhecimento derivado do caso, ou melhor o que se aprende ao estudar o caso. Merriam *apud* André (2001:16-17) define estudo de caso a partir da visão de Stake:

o conhecimento gerado a partir de um estudo de caso é diferente do conhecimento derivado de outras pesquisas, porque o conhecimento gerado pelo estudo de caso é: 1 - Mais concreto - configura-se como um conhecimento que encontra eco em nossa experiência porque é mais vivo concreto e sensório do que abstrato. 2 - Mais contextualizado - nossas experiências estão enraizadas num contexto, assim também o conhecimento nos estudos de caso. Esse conhecimento se distingue do conhecimento abstrato e formal derivado de outros tipos de pesquisa. (MERRIAN *apud* ANDRÉ, 2001:16-17)

A pesquisa se baseia na metodologia qualitativa, aquela que segundo Dencker (1998) implica na participação do pesquisador de maneira intensiva no universo dos fenômenos sócias. Na metodologia qualitativa “o método utilizado é o método de observação, e a técnica empregada é a observação participante, que exige que o pesquisador vá a campo e assuma uma atividade no grupo para poder acompanhar de perto o fenômeno observado”. (DENCKER, 1998:119).

O estudo aqui proposto teve por fundamento considerar as áreas das ciências sociais e humanas como o Turismo e Educação a partir de uma visão na qual a transdisciplinaridade e a multidisciplinaridade são presentes. Há que se ressaltar que este viés de estudo pelo qual optei, nas áreas humanas e sociais, exige uma abordagem qualitativa, pois os estudos dos fenômenos sociais e educacionais ocorrem dentro de um contexto sócio-histórico, no qual recuperar o cotidiano como um campo de expressão humana inclui suas subjetividades, emoções e valores.

A opção por uma abordagem participativa com análise qualitativa dos dados se interpôs por entender que o assunto apresentado exigia maior aproximação da realidade dos sujeitos que participaram das entrevistas. Diante do exposto, impôs-se ao estudo a busca de referenciais empíricos; para tanto, procuro seguir as recomendações de Clifford Gertz quando este relata a prática etnográfica como essencial ao cientista social, pois me propus à prática etnográfica conforme sugere o autor, onde o etnógrafo, para tentar compreender, tem que "viver dentro" do contexto em análise.

A etnografia demanda um tempo maior nos espaços, no meio que se pretende analisar; todas as experiências vividas, sentidas e observadas, devem ser anotadas num

diário de campo, onde o pesquisador descreve as emoções, as expressões e os sentimentos, trazendo ali uma impressão fiel do que se passou nas suas observações/participação nos espaços de pesquisa junto aos participantes.

A descrição minuciosa, feita de maneira organizada de acordo com cada acontecimento, o relato do tempo e do espaço vivido e experienciado pelo pesquisador participante mostra como o etnógrafo é objeto de processos de socialização que o obrigam a destacar suas inseguranças e perplexidade relativa à suas origens culturais, históricas e sociais.

Na etnografia, o ato de pesquisar se dá através de observações participativas, onde o pesquisador se envolve, se coloca dentro da pesquisa; os resultados não são visões distantes e frias, e sim interpretações de quem esteve lá. O etnógrafo está no meio, envolto na pesquisa, para assim compreender a realidade, mas ao mesmo tempo tem que estar fora, para racionalizar a experiência na construção de um objeto científico legítimo.

A etnografia, como um lugar de fronteiras, faz o pesquisador pensar na sua relação com o outro, o lugar que se assume no contexto de estar no meio da pesquisa e de, ao mesmo tempo, nas suas análises, manter uma distância dos participantes para garantir cientificidade ao seu objeto de pesquisa. Essa dualidade presente no participar direto e, nas análises, estar fora para garantir a cientificidade da pesquisa, é um processo que provoca uma tensão e uma ambiguidade nas relações sociais que envolvem os participantes da pesquisa e o pesquisador. É essa ambiguidade que leva a pesquisa a refletir sobre o inesperado.

Tal ambiguidade posta nesse limiar entre “saberes- pensar fora” e “saberes fazer dentro” é onde se encontra o pesquisador, pois ao mesmo tempo que é capacitado para o pensar e analisar fora, ainda demonstra dificuldade no fazer dentro. Esse limiar intercultural entre a ciência e o saber comum não é visto como empecilho para a produção científica; ao contrário, segundo Geertz (1998), ele pode construir a reflexividade da cidadania na qual é possível a reflexão acerca da ciência. De acordo com Guertz,

A etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato- a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados- é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo que o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de

parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o senso doméstico...recrear seu diário. Fazer a etnografia e como tentar ler (no “sentido de construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de eclipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (GEERTZ.1989:7)

James Clifford (1998) corrobora com as ideias de Clifford Geertz sobre a prática etnográfica quando afirma que esta é a maneira como o autor se coloca presente no texto, como ele legitima um discurso sobre a realidade. Estar presente e participar da pesquisa dá ao pesquisador certeza no discurso, pois o que foi visto existiu, e é verdadeiro. “Como uma tendência geral, o observador-participante emergiu como uma norma de pesquisa. Por certo o trabalho de campo bem-sucedido mobilizava a mais completa variedade de interações, mas uma distinta primazia era dada ao visual: a interpretação dependia da descrição” (CLIFFORD. 1998:29).

Diante do exposto sobre a prática etnográfica nas ciências sociais e humanas é que procurei seguir as recomendações salientadas pelos autores. Assim, a prática do turismo proposta para ser desenvolvida nas classes de ensino especial da escola classe CAIC- Professor Walter José de Moura foi pensada com o intuito de desenvolver relações que possibilitassem ao aluno com deficiência perceber-se como cidadão.

Procurei fazer uma imersão no contexto sociocultural da escola de maneira que fosse possível participar de atividades sempre munida do meu diário de campo, com vistas ao registro atento do acontecimento. Dessa forma, a pesquisa realizada esteve diretamente ligada às questões socioculturais que envolvem a relação entre turismo e educação. É relevante destacar que as práticas pedagógicas foram diversificadas e variadas; todas as atividades procuraram pensar o aluno especial na sua singularidade. O atendimento individualizado foi necessário, pois no ensino especial cada aluno tem seu tempo e ritmo de aprendizagem.

Compreendo, a partir da pesquisa, nas mais diversas atividades desenvolvidas por mim neste espaço de um ano e meio no qual desenvolvi diversas atividades e na minha atuação profissional como professora de classes especiais, que as dimensões do turismo no espaço escolar fazem vislumbrar a possibilidade da inclusão do aluno com deficiência na sociedade; essa percepção só foi possível graças a etnografia. Talvez por isso esta pesquisa possa pensar o exercício da cidadania a partir da prática do turismo no espaço escolar como possibilidade de construção de conhecimento.

A partir do questionamento/reflexão, referentes a conhecimentos prévios sobre o tema, a pesquisa qualitativa em ciências sociais tem como norte ideias básicas orientadoras que facilitam uma concepção do mundo, da vida, e do homem, o que coaduna com os caminhos que foram trilhados nessa pesquisa.

Em um primeiro momento, foi feito um levantamento bibliográfico acerca da literatura produzida sobre turismo com o propósito de entender como os pesquisadores refletem acerca do fenômeno na contemporaneidade. Como o objeto relacionava turismo e educação inclusiva, procurei ainda uma literatura sobre educação e sobre educação inclusiva com o intuito de compreender os processos de exclusão e inclusão produzida na sociedade e na escola, bem como as metodologias educacionais, sem esquecer a reflexão sobre os direitos dos cidadãos. Procurei ainda desenvolver leituras para compreender categorias essenciais para o processo de análise dos dados, tais como: identidade, imaginário, representação e cidadania.

Em um segundo momento, foram realizadas observações em classes especiais com o intuito de levantar dados referentes ao objeto de pesquisa, ou seja, observar se como a prática do turismo favorece, ou não, a inclusão e como ele interfere na construção da identidade e, conseqüentemente, no exercício da prática da cidadania nas escolas públicas do Distrito Federal.

Os sujeitos da pesquisa foram selecionados seguindo alguns critérios: alunos portadores de deficiência intelectual inseridos em turmas de DI (Deficiência Intelectual) e TGD (Transtorno Global do Desenvolvimento). Neste grupo foram selecionados dois alunos de classe TGD e três alunos de turmas DI. Quatro responsáveis por educandos do ensino especial também foram sujeitos desta pesquisa, bem como os professores. O roteiro das entrevistas semiestruturadas foi elaborado de modo a possibilitar perceber se o turismo pedagógico realizado nas classes especiais proporciona, ou não, a inclusão dos alunos com deficiência inseridos nessas turmas.

Durante as entrevistas com alunos e pais procurei conhecer o ponto de vista de cada segmento a respeito do turismo praticado no Ensino Especial. As entrevistas foram semiabertas e estruturadas de modo a perceber se os roteiros turísticos elaborados e desenvolvidos na escola possibilitam, ou não, o prazer, a inclusão e o desenvolvimento de conhecimentos que permitem maior autonomia dos sujeitos, bem como o exercício da cidadania por estes.

O local das entrevistas foi combinado previamente entre os participantes das entrevistas e pesquisador, visando sempre criar um ambiente de confiabilidade entre

entrevistador e entrevistado. Os pais, alunos e professores sugeriram que as entrevistas fossem feitas na escola, pois este era o local onde todos tinham facilidade de acesso. Foram dadas todas as informações sobre a pesquisa, sendo que essas informações foram passadas de maneira transparente e honesta para cada um, onde o pesquisador leu os termos de consentimento. Posteriormente, todos os participantes assinaram os termos, dando ciência, por escrito, de seu acordo com as exigências do Comitê de Ética onde esta pesquisa foi aprovada. Todos os termos autorizados pelo órgão responsável estão devidamente anexados.

É relevante informar que, durante a realização das entrevistas, todos os participantes aparentavam tranquilidade, tendo em vista que os participantes já conheciam a pesquisadora, pois a mesma trabalha nessa instituição de ensino. Durante as entrevistas, procurei estabelecer um ambiente de respeito e confiança com os participantes, para que os mesmos respondessem o roteiro e falassem de maneira tranquila, expondo sem receio suas opiniões.

A transcrição das entrevistas foi parte importante da pesquisa. Com a preocupação de garantir entrevistas sem interrupções, os aparelhos de áudio foram previamente testados, para que no ato de transcrever as falas não ocorressem falhas nos mesmos. Durante as conversas, foi evitado fazer anotações, pois o interesse estava em observar as reações e emoções de cada um ao expor suas vivências na entrevista; mas logo após cada entrevista, as emoções que cada um demonstrou foram devidamente anotadas pela pesquisadora. Cada pausa, cada reação, cada silêncio, as pausas... Foram considerados no processo de interpretação das falas dos entrevistados. A preocupação com a fidelidade, ao transcrever as entrevistas, foi essencial para o desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisadora, no ato de transcrição e análise das falas, procurou sempre manter um elo com o referencial teórico e com os objetivos propostos pelo objeto da pesquisa. Cabe salientar que, tanto na oralidade quanto na escrita, as subjetividades devem ser consideradas para que haja uma conversa entre a fala e a escrita. Dessa maneira, há que se considerar que no processo de análise dos dados procurei perseguir a cientificidade do objeto aqui proposto por meio do uso das categorias turismo pedagógico, educação inclusiva, identidade, imaginário, representação e cidadania. Cabe salientar que tais categorias perpassam todo o texto, pois elas foram fundamentais nas interpretações, que se espriam por três capítulos que estão estruturados da seguinte forma:

No primeiro capítulo, há uma preocupação em desvincular o turismo de uma visão unilateral econômica. O foco de interesse da pesquisa são as questões sociais e culturais que este fenômeno apresenta. Dessa forma, busca-se aqui uma leitura que privilegia o fenômeno do turismo como possibilitador de relações humanas e afetivas, relações estas que podem aflorar no ato de sair, de conhecer e de explorar o mundo e a percepção do turismo como uma possibilidade de inclusão dos sujeitos, como uma atividade de integração social, cultural e de desenvolvimento econômico. Procura-se ainda estabelecer uma discussão sobre o turismo cultural na construção de relações sociais de maneira a estabelecer a relação entre turismo e educação.

No segundo capítulo, busco estabelecer um percurso histórico sobre como os sujeitos deficientes foram e são percebidos na sociedade. Procuro ainda estabelecer uma análise de documentos que nortearam a criação da escola inclusiva, como a Declaração de Salamanca-1994, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-1986 e a Declaração de Educação para Todos. Por meio dos conceitos de representação, imaginário e identidade busco uma análise da escola inclusiva como uma possibilidade de desconstrução do sujeito deficiente como um indivíduo incapaz para viver em sociedade. É estabelecida uma leitura de maneira a salientar as possibilidades do turismo na escola como possibilidade de construção de identidades positivadas para o exercício da cidadania.

O capítulo três trata o turismo como possibilidade de interação, aprendizagens e construção da cidadania para alunos com deficiência. Na relação entre turismo e educação entende-se que o processo da busca de uma identidade particular e social do sujeito parte da relação que este estabelece com a diferença. Com base em autores como Tomás Tadeu da Silva, Bauman e Paulo Freire procura-se evidenciar que é no convívio com a diferença que o sujeito é capaz de construir as suas diferentes identidades, pois é na relação com o outro que se constrói a singularidade.

Por fim, a diversidade da sala de aula consubstancia um contexto multicultural para a aprendizagem. Portanto, cabe considerar a importância das singularidades na escola, singularidades essas que fazem com que o turismo se configure como uma ferramenta de inclusão social, na medida em que ele pressupõe o encontro das diferenças. O turismo como uma atividade educativa de inclusão pode estabelecer relações de convivência e interação onde a diversidade é considerada e possível de ser trabalhada, respeitada e valorizada em processos de alteridade. Para o aluno com deficiência, o turismo, muito além de aprendizagens, gera relações, interação social e

amizades significativas para a vida, bem como o possibilita acessar a cidadania na condição de sujeito de sua história social e cultural.

CAPITULO 1- TURISMO E EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES DE UMA RELAÇÃO

1.1-CONCEITO DE TURISMO

Pensar a relação entre turismo e educação especial na perspectiva da inclusão do sujeito com deficiência exige um entendimento das diferentes noções conceituais em torno do que vem a ser turismo.

Com o intuito de compreender os elementos que propiciam o diálogo entre esses dois campos, considerar-se-á aqui que esta relação trata de lugares que auxiliam o entendimento da prática do turismo no espaço da escola. Portanto, antes de se estabelecer esta relação é necessário buscar fundamentos teóricos acerca do fenômeno turístico.

Com a Revolução Industrial no século XIX, o homem passa a ter um sistema de transporte rápido e eficiente. As carroças e montarias, antes únicos meios de locomoção, vão sendo substituídos pelos trens a vapor, locomotivas e automóveis; logo o mundo se torna um lugar de viagens e novas descobertas.

A burguesia tem poder econômico e, ao contrário dos trabalhadores das indústrias, dispõe de tempo livre para viajar. Essas viagens de lazer, negócios, comércio e gastos estimulam o crescimento de cidades que veem no turismo uma fonte de crescimento econômico. Dessa forma, concordamos com Moesch ao afirmar que “o Turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo, a cada avanço capitalista, há um avanço do turismo.”(MOESCH, 2004: 14) Kripendorf reforça esse pensamento ao explicar a influência da economia em todas as outras atividades que tendem a ser comercializadas:

a economia reina, soberana, em nossa civilização. Ela é, ao mesmo tempo, a força motora, o fim e o meio. Ela dita a conduta a adotar. A exploração dos recursos naturais, a escala de valores do homem e a política do Estado caíram sob o seu domínio e a relação de subordinados.” (KRIPENDORF, 2001: 28)

Para Clementino, “o turismo é um fenômeno de grande expressão nos dias atuais, e teve grande impulso com as formações das grandes cidades mundiais - as metrópoles”(CLEMENTINO, 2010: 41). O autor ressalta que o turismo, na última metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, assume uma importância

significativa na economia mundial, e que com o crescimento do capitalismo, a generalização do modelo “fordista” como sistema de produção estimula “mercados de consumo de massa globais, incrementando uma série de atividades internacionais, dentre elas: o sistema bancário e o turismo”.

O estudo que se refere ao de turismo como atividade econômica está associado ao surgimento do turismo de massa. Para Clementino:

O turismo mostrava se como um promissor setor econômico, expandindo se, aglutinando profissões e generalizando o consumo do produto turístico. Isso significa que as viagens na categoria de atividades recreativas, antes um privilégio de segmentos sociais mais abastados, tornaram se acessíveis às amplas faixas da população. (CLEMENTINO, 2010: 41)

O avanço do fenômeno turístico, de acordo com Moesch, “permite aos economistas vislumbrarem nele, o crescimento das taxas de desenvolvimento das diferentes regiões” (MOESCH, 2000:12). Essas mudanças provocadas pelo turismo acentuam-no como atividade de forte apelo econômico.

Moesch (2004) busca no registro da palavra turismo datado de 1800 no pequeno dicionário Oxford (ENGLISH DICTIONARY,1950) o significado de *turismo*: “Turismo: a teoria e prática de viajar, deslocar se por lazer. Uso de predação”. A autora traz uma reflexão do que seria turismo a partir dos estudos etimológicos da palavra: Fuster (1974) apud Moesch (2004) analisa que a raiz *tour* aparece documentada em 1760 na Inglaterra, e que essa etimologia permite indicar sua procedência latina *tornus* (torno) como substantivo e que *tornare* (redondear, girar, tornear) é a “ideia de giro de viagem circular, de volta ao ponto de partida”.

A OMT-Organização Mundial do Turismo estabelece que o Turismo é “o deslocamento para fora do local de residência por período superior a 24 horas e inferior a 60 dias motivados por razões não econômicas.”

Ryan (1991) apud Burns (2002) define que “o turismo diz respeito, essencialmente ao lugar. O “produto” do turismo não é o destino do turista, mas diz respeito a experiência daquele lugar e do que ali ocorre [o que consiste de] uma série de interações internas e externas”. Numa análise feita por Burns (2002), esse conceito apresenta uma definição mais humanista e voltada para a experiência, dando espaço tanto para o “anfitrião” quanto para o “convidado”.

Para Gastal, “o turismo também será um fenômeno social, cultural e econômico muito complexo” (GASTAL, 2005: 11). A autora diz que a complicação surge já na

conceituação do que vem a ser turismo, pois há visões diversas que procuram conceituar turismo, assim como há uma farta bibliografia sobre o tema.

A diversidade de estudos que procuram chegar a um conceito de turismo concordam ao determinar que o turismo é resultado da ação humana e, portanto, complexo; como explica Morim, a complexidade faz parte da natureza humana.

Moesch procura “desvelar” as interpretações construídas acerca do Turismo, que “ora é uma atividade econômica, ora um conjunto de turistas, ora todos os equipamentos de serviços e entretenimento. ” (MOESCH, 2005:5). Porém, a autora não tece sua análise a partir da compreensão do turismo como um fenômeno homogêneo; a prática do turismo produz tanto efeitos positivos quanto negativos junto às comunidades receptoras.

Dias afirma que “o conceito de turismo é bastante controverso. Está sempre relacionado com viagens, mas nem toda viagem pode ser considerada turismo” (DIAS, 2004).

O conceito do que vem a ser Turismo por muito tempo estava diretamente ligado ao campo da economia, pois para viajar e se deslocar o homem movimenta financeiramente os lugares visitados, em função da sua hospedagem, alimentação e tudo o que consome durante sua estadia e trajeto. Portanto, esse movimento financeiro caracterizou o turismo apenas como sendo uma atividade econômica.

Na visão pós-moderna, o estudo do Turismo se reporta às questões sociais, culturais, ambientais, patrimoniais, econômicas e toda a multidisciplinaridade presentes no fenômeno, pois os movimentos do turista não só impactam a economia local, como modifica as estruturas da comunidade em muitos aspectos.

Entender o turismo como o resultado da movimentação humana é relacioná-lo aos acontecimentos que ocorrem no seu percurso da saída, a permanência no local de destino e a volta em todas as suas dimensões, que envolvem a vida. Logo, a análise do turismo a partir desses processos de movimentação implica uma série de relações complexas; conseqüentemente, somente um viés de análise pela via da economia não explicaria a constituição desse fenômeno. É preciso refletir acerca das mesmas também a partir das dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais produzidas no *tour*. Sendo assim, estudiosos do fenômeno buscam novas concepções que envolvam todas as complexidades postas para se entender o turismo, questionam estudos que definem o turismo apenas numa dimensão econômica e trazem reflexões que valorizem o seu sentido cultural e social.

Moesch, na Epistemologia Social do Turismo², apresenta essa nova perspectiva acerca do Turismo. Ela estabelece uma crítica aos estudos que percebem esse fenômeno a partir apenas da sua dimensão econômica e propõe novos estudos que englobem facetas variadas da prática do turismo. Para a autora, somente o lado econômico não explica toda a complexidade presente no Turismo. A nova epistemologia proposta por Moesch apresenta o Turismo como uma prática social, vejamos:

[...] ou melhor um campo de práticas histórico-sociais que pressupõe o deslocamento dos sujeitos, em tempos e espaços, produzidos de forma objetiva, possibilitador de afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividade, portanto explicitadores de uma nova estética diante da busca do prazer. (MOESCH, 2004:465)

Ao definir o Turismo como um “campo de práticas histórico-sociais”, Moesch demonstra a necessidade de novas definições do que vem a ser Turismo, definições estas que podem agregar valores aos seus significados, já que o fenômeno está relacionado às experiências vividas pelo sujeito num movimento social e cultural. Entende-se que o turismo transcende o aspecto econômico e possibilita uma visão multidisciplinar.

Krippendorf diz que “o ser humano não nasceu turista, mas com a curiosidade e um sentimento um tanto nostálgico quanto á países longínquos que gostaria de conhecer. Em todas as épocas, isso esteve entre suas necessidades básicas e imediatas.” (KRIPPENDORF, 2001:14).

A viagem se tornou, de acordo com Krippendorf, uma espécie de “terapia para a sociedade, onde exerce um efeito estabilizador não apenas sobre o indivíduo, mas também sobre a sociedade e economia” (KRIPPENDORF, 2006:16). Viajar é para o indivíduo um afastamento da realidade mecânica, do trabalho maçante, de uma vida de relações humanas pobres onde os sentimentos são reprimidos, e essas deficiências cotidianas geram estresse e esgotamento físico e psíquico.

A possibilidade de sair, de viajar reveste-se de uma grande importância. Afinal, o cotidiano só será suportável se pudermos escapar do mesmo, sem o que, perderemos o equilíbrio e adoeceremos. O lazer e, sobretudo, as viagens pintam manchas coloridas na tela cinzenta da nossa existência. Elas devem reconstituir, recriar o homem, curar e sustentar o corpo e a alma, proporcionar uma fonte de forças vitais e trazer sentido a vida” (KRIPPENDORF, 2001:36)

2 MOESCH, Marutschka. Epistemologia Social do Turismo. Tese de Doutorado – São Paulo: USP, 2004. (mimeo).

Moesch (2004), ao tratar as viagens como um *deslocamento repleto de subjetividades*, um afastamento que possibilita novas práticas diferentes do cotidiano em busca do prazer, concorda com a ideia de Krippendorf (2001) ao descrever o objetivo das viagens:

Para encontrarmos uma compensação para tudo que nos falta no cotidiano, para tudo que desaparece, viajamos, desejamos liberar-nos da dependência social, desligar nos e refazer as energias, desfrutar da independência e da livre disposição do próprio ser, entabular contatos, descansar, viver a liberdade procurar um pouco de felicidade. (KRIPPENDORF, 2001: 15)

O turismo para trabalhadores como um direito de afastamento para recarregar energias é um movimento recente; no Brasil, ocorre na década de 40 a partir da criação da CLT, onde o trabalhador passa a ter férias remuneradas, aumentando o contingente de turistas nas cidades receptoras.

A indústria do turismo surge com o turismo de massa; ela cria mecanismos para vender e produzir produtos turísticos, oferecendo através de recursos midiáticos uma intensa possibilidade que *mexe* com o imaginário do *futuro* turista; este sonha com momentos em que possa ter seu tempo voltado para satisfazer o prazer de vivenciar uma realidade distante e diferente do seu cotidiano. Segundo Moesch, “O mundo imaginal é constituído de imagens e imaginações e símbolos que constroem a vida social” (MOESCH, 2000:46).

Krippendorf, no livro *Sociologia do Turismo*, explica que as viagens são e escolhidas por imagens que projetam a fuga desejada da realidade, e que ao se optar por uma viagem essa decisão não é inteiramente pessoal, mas sim condicionada por uma indústria que cresceu em torno das viagens; esta vende fantasias que o trabalhador mecanizado do capitalismo compra convencido de que estas serão *férias únicas, fantásticas*. Nesses pacotes cronometrados a hora é imperiosa; tem hora determinada para todos os planejamentos das férias: hora do café, hora de visitar praças e museus devidamente transformados para agradar e atrair turistas; o conhecimento e as relações são superficiais e produzidas por uma economia que se formou em torno do turismo.

O relacionamento, as trocas de conhecimentos e o envolvimento cultural, não são permitidos pelo tempo cronometrado do turista de massa, ou pela prática do turismo condicionado pela economia. Krippenddorf (2001) explica esse empobrecimento das trocas de relações entre visitantes e as comunidades receptoras:

Um universo perfeito demais, artificial, apenas um fragmento, uma montagem que quase sempre está muito distanciada da realidade. Um ambiente de férias

repleto de superlativos em cor- de –rosa, é o que as pessoas gostam e pedem.”
(KRIPPENDORF, 2001:43)

Essa desqualificação sociocultural das comunidades receptoras em razão do turista leva a uma perda da sua identidade; perde-se os seus valores, a sua raiz. Com a intenção de aumentar o consumo do turista, comunidades são transformadas; mudam-se os ritmos, as danças, inventa-se um novo folclore em torno do imaginário do turista, as paisagens são alteradas para comportar e agradar os visitantes. A isso Maffesoli (1996:133) denomina imaginário, limitado pelo sociocultural, mas com espaço de autonomia criativa. Imaginário é outra categoria constitutiva do objeto turístico.

Ao abordar o turismo numa visão sistêmica, Burns conclui que este não é visto como isolado de seus ambientes político, natural, econômico ou social, e que o pensamento multidisciplinar é essencial para um entendimento mais profundo do fenômeno (BURNS, 2002:46). Em consonância com as proposições de Burns, Molina e Rodriguez (2001) tratam o turismo numa dimensão cultural. Para eles,

[...] o turismo atual deve considerar basicamente como produto da cultura, no sentido amplo desse termo. Por isso, as explicações de caráter econômico que são utilizadas para compreender a transcendência do turismo são, evidentemente, insuficientes, ainda que significativas, porque não contemplam e tampouco consideram a diversidade de dimensões do Fenômeno. (MOLINA e RODRIGUEZ, 2001:09)

Ao relacionar o turismo como produto da cultura, Molina e Rodriguez (2001) indicam novos caminhos que completam as dimensões do fenômeno. Ao analisar o turismo nesta perspectiva cultural, reafirma a sua relação com o social. Burns diz que a cultura no turismo são relações sociais tanto quanto de artefatos materiais, que consiste de “padrões de comportamento”, conhecimentos e valores que foram adquiridos e transmitidos entre as gerações (BURNS, 2002:75).

Ao pensar turismo num campo cultural, faz se necessário entender o que vem a ser cultura. Geertz (1989) define a cultura como uma teia de significados tecida pelo homem a qual ele está irremediavelmente ligado. Portanto cultura não é uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa, à procura de significados.

Como sistema de signos interpretáveis, a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos, a instituições ou os processos; a cultura é um contexto, dentro do qual as relações sociais podem ser descritas de forma inteligível, isto é, descritos com densidade a partir da atribuição de significados.

Segundo Geertz, “Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir suas particularidades” (GEERTZ, 1989:10).

A partir das reflexões acima, podemos pensar o turismo cultural em interface com a definição de cultura proposta por Geertz. A teia de significados é constituída pela experiência de vida do sujeito, pois é na vivência que se constrói e reconstrói significados. Se a cultura é uma construção coletiva, é na interação com o outro que os significados são construídos e compartilhados. Desse modo, só é possível construir significados que possam ser reconhecidos coletivamente, ou os mesmos não terão seus sentidos e significados compartilhados pelo grupo. Essa premissa nos deixa perceber que o sujeito só se reconhece como tal ao se ver na relação com o outro; é na partilha de significados que o indivíduo se percebe diferente e/ou pertencente ao grupo com o qual interage. Ao identificar as diferenças em relação ao outro ocorre a consciência de sua própria identidade. É nessa relação que se constrói as identidades.

O autor defende a ideia de que a cultura não é pré-determinada pela natureza, mas sim construída socialmente; é uma construção humana e encontra-se em permanente transformação. Isto é, por se tratar de uma teia de significados construídos pela experiência dos homens em espaços e tempos específicos, a cultura é ressignificada constantemente; ela não é estática ou fixa.

O turismo, nesse sentido, pode ser compreendido como um fenômeno produzido a partir das relações humanas, uma teia de significados onde o sujeito se reconhece diante das diferenças em relação ao outro. A partir dessas percepções conclui-se que é essencial compreender o que vem a ser turismo em suas dimensões multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

1.2-A RELAÇÃO ENTRE TURISMO E EDUCAÇÃO

A educação deve proporcionar ao educando maneiras para que este absorva as informações e transforme-as em conhecimento significativo. Passear para observar, ter prazer, interagir, conhecer e reconhecer-se como parte integrante de uma sociedade facilita o entendimento do indivíduo diante do seu lugar no mundo. Pedro Demo afirma que “a necessidade de interdisciplinaridade não provém apenas das deficiências do conhecimento científico ou de organizações históricas de seu fomento, mas sobretudo da realidade como tal”. (DEMO apud MOESCH, 1997:10)

Para Moesch, no artigo *Para além das disciplinas: o desafio do próximo século* (2002), a realidade é entendida como uma criação dos *sujeitos* que, com seus pensamentos, sentimentos e ações, transformam o mundo natural em cultura, dando-lhes sentido. Se o turismo é um fenômeno social, cultural e fruto da ação do homem, pois ao se deslocar em busca de conhecimento há também a troca de experiência, é possível afirmar que ele propulsiona processos educativos. Portanto, esse fenômeno estruturado por diferentes complexidades pode possibilitar, no espaço da educação formal, o conhecimento e o reconhecimento do mundo de maneira concreta. As atividades de passeios e saídas da escola podem ser uma maneira de estabelecer entre os educandos a troca de experiências e a construção de conhecimentos em relações construídas socialmente; enfim, a prática do turismo pode trazer ao educando reflexões para a compreensão da sua realidade de maneira prazerosa, pois passear implica lazer e conhecer.

Uma visão global do mundo é parte da concepção de ensino transformador necessário ao homem, e é na escola que esse conhecimento pode ser adquirido. O turismo como prática educacional pode proporcionar essa ligação da escola com a sociedade, na medida em que esse fenômeno constrói um conhecimento ligado a uma prática de lazer. Vale ressaltar ser prazeroso conhecer, descobrir, vivenciar, e, no turismo, pode-se encontrar esse elo entre o ensino formal e aprendizado informal.

Quando a escola assume um papel de reprodutora das práticas de exclusão que permeiam a sociedade, ela promove um ensino que não liberta, que não suscita uma discussão crítica do sujeito como transformador da sua realidade. Paulo Freire (2001) propõe um modelo de educação que promova mudanças significativas as quais permitam ao homem uma concepção e organização reflexiva de seu pensamento, em um processo de formação e capacidade de se reconhecer como sujeito histórico, promovendo uma análise crítica da sociedade; uma educação que esteja disposta a considerar o ser humano como sujeito de sua própria aprendizagem onde sua vivência, sua realidade e seu modo de ver o mundo sejam considerados deve tornar essa aprendizagem realmente significava.

Se analisarmos as vivências que nos proporciona a atividade turística, em seus múltiplos e diversificados enfoques, quer em áreas restritas ou amplas, desde os limites mais reduzidos dos bairros, até extensões mais amplas e até mesmo universais, evidenciamos que o ser humano experimenta situações de reais aprendizagens, conhecimentos, competências, habilidades em todas as áreas da vida humana. (DIAS, 2004:20)

O turismo na educação envolve muitas áreas do conhecimento; pode ser considerado um instrumento importante na aprendizagem. Trabalhar o turismo com vistas à relação dos conteúdos com o cotidiano torna-se um diferencial na vida escolar dos educandos. Dessa maneira, pensar o turismo como uma ferramenta de ensino/aprendizagem é envolver o aluno com o espaço, seja ele físico, geográfico, ecológico, histórico, social e cultural. Por fim, é proporcionar um conhecimento efetivo em relação ao mundo social.

Na educação, cada vez mais, o turismo tem ganhado espaço no cotidiano educacional; a busca por novas maneiras de transmitir o conhecimento faz parte da vida de pedagogo. Buscar alternativas para que na aprendizagem ocorra um elo entre teoria e prática é uma forma de incluir nas aulas uma relação de ensino/aprendizagem, onde o desenvolvimento passa a ser uma relação onde a visão do concreto auxilia no entendimento pessoal acerca do que é ensinado e aprendido.

Ao refletir que toda situação de vida gera aprendizagem e que, por sua vez, toda aprendizagem constitui-se em experiências existenciais, incorporadas à própria vida, há que se explorar temas como o turismo, não só porque se configura como concretude no cotidiano das pessoas, mas pelo seu potencial educativo. (DIAS. 2004:09)

Nessa perspectiva, torna-se de fundamental importância pensar roteiros turísticos, tais como visitação a museus, praças, igrejas... enfim, lugares onde os educandos possam perceber as modificações históricas que o homem produz ao longo do tempo. Assim, buscar a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade para ampliação da visão de mundo do aluno deve ser objeto no planejamento pedagógico do professor.

Para Morin:

Unidades complexas como o ser humano ou a sociedade, são multidimensionais: assim, o ser humano é, ao mesmo tempo, biológico, psíquico, social e racional. A sociedade comporta as dimensões históricas, econômica, sociológica e religiosa... O conhecimento pertinente deve reconhecer o caráter multidimensional e nele inserir estes dados: não apenas não se poderia isolar uma parte do todo, mas as partes umas das outras. (MORIN, 2011:35)

Na visão de Morin, os saberes da educação estão interligados não podendo a aprendizagem ocorrer de forma fragmentada. Nesse sentido, o ensino voltado para um conhecimento global pode ser proporcionado através da integração do turismo no ambiente educacional. A história, da cultura, religião e a política de uma determinada comunidade/sociedade podem ser descobertas e estudadas, fazendo com que o indivíduo

sinta-se parte integrante dessa construção nos passeios pedagógicos. Segundo Gastal e Moesch (2007),

Se, nas cidades, mesmo os bairros se colocam como espaços de identidade e identificação, para viver outros cenários não seria mais necessário sair dos limites urbanos, pois estes se tornaram o território da multidisciplinidade, permitindo ao indivíduo ser turista mesmo sem abandonar seu território. Também se estaria migrando de um conceito de turismo marcado pelas distâncias especiais para um conceito que priorizasse a sua prática como percorrer tempos e espaços diferentes dos rotineiros. Turismo seria menos o percurso do espaço, para tornar-se um percurso por tempos-espaços, em especial culturais, diferentes daqueles a que esteja habituado, com ênfase nas vivências e experiências. (GASTAL E MOESCH, 2007:37)

O turismo na própria comunidade pode despertar uma melhor relação entre educandos e comunidade, pois a pessoa que conhece e participa da sua comunidade consegue estabelecer laços de cidadania com o local a que pertence. Corroborando para tal reflexão, Stuart Hall afirma que “as memórias do passado; o desejo por viver em conjunto, a perpetuação da herança” é constitutiva das identidades (HALL, 2005:58). O turismo na educação contribui com as práticas de lazer e cultura, indispensáveis ao desenvolvimento da cidadania, sensibiliza para a importância da preservação dos patrimônios da cidade e do meio ambiente, e assim valoriza o respeito pela vida coletiva.

A característica *inter-multi-transdisciplinaridade*³, presente no Turismo, origina diferentes segmentações para o fenômeno; dentre elas, podemos destacar o turismo social, definidas pelo Ministério do Turismo.

De acordo com documentos do Ministério do Turismo, “o Turismo Social é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (MINISTÉRIO DO TURISMO, s/d:06). E, segundo o mesmo documento, “o Turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”. (MINISTÉRIO DO TURISMO, s/d:13)

Corroborando com essa definição de Turismo, Gastal e Moesch dizem que o Turismo se constitui em um fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico para os sujeitos que o praticam (GASTAL E MOESCH, 2007:12). O Turismo acontece nas

³ Ver, em Moesch, no artigo *Para além das disciplinas: o desafio do próximo século*.

relações sociais, ocasiona o encontro entre culturas e proporciona interações de diferentes grupos sociais; essas interações se dão de forma prazerosa em ambientes menos formais do que os da instituição escola, favorecendo um entendimento entre os sujeitos.

No campo educacional, o trabalho com a diversidade cultural deverá favorecer o conhecimento entre as multiplicidades existentes das culturas. Ensinar usando o turismo torna o aprendizado diferenciado e interativo. É relevante que as experiências de ensino/aprendizagem tenham um significado positivo, e o conhecimento seja algo que desperte sensações de alegria e conforto e não imposto como obrigatoriedade.

Pensar educação na constituição plena do ser humano reforça que o trabalho com o turismo nessa área envolve integralmente o processo de aprender como um todo, contrapondo com a fragmentação do conhecimento.

1.3-O TURISMO COMO ATIVIDADE EDUCATIVA DE INCLUSÃO SOCIAL

A educação é um processo multicultural, e a sala de aula é um espaço onde se aglomeram diferentes experiências de vida; cada integrante é único, num quadrado de pequenas dimensões espaciais. A diversidade presente se constitui em um ambiente de troca e conflitos, onde os diferentes valores familiares, sociais e culturais devem ser percebidos como fatores a serem considerados nas relações de ensino/aprendizagem. Portanto, valorizar as diferenças se faz mister, segundo Filho:

...as contingências do meio ambiente imediato de cada integrante da aula, as condições concretas de funcionamento da escola, os horizontes de vida e de sobrevivência da comunidade, e mesmo as possibilidades históricas de exercício da cidadania dos grupos e classes sociais de cada país, além de outros fatores, todos, em conjunto, demonstram claramente e vividamente a multiculturalidade do processo educativo, e particularmente, do cotidiano escolar. FILHO (2003:165)

Trabalhar com a percepção da pluralidade cultural na sala de aula é, para o professor, reconhecer os alunos nas suas diferenças e suas particularidades. A sala de aula deve possibilitar “o direito de cada um construir sua identidade, sua história seu destino, seu mito pessoal de maneira singular, autônoma e significativa” (FILHO, 2003). Ao educando devem ser oferecidos momentos de aprendizagem nos quais possa

desenvolver conhecimentos relativos às diferentes origens culturais, de maneira a desenvolver sua autonomia diante do conhecimento.

O processo de ensino/aprendizagem, numa perspectiva onde a diferença é valorizada como construtora de identidades, e as relações vividas no contexto multicultural da sala de aula tornam a escola o lugar da inclusão. De acordo com Mantoan, “As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos, e como entendemos o mundo e a nós mesmos.” (MANTOAN, 2003:12)

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor, anulando e marginalizando as diferenças nos processos por meio dos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica em saber expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica em representar o mundo, a partir de nossas origens, valores, sentimentos. (MANTOAN, 2003: 12)

A identidade é socialmente construída; a sala de aula, sendo um ambiente de diversidade sociocultural, possibilita ao educando a compreensão da sua diferença. As relações vividas influenciam na forma particular de enxergar o mundo. Essa perspectiva de uma educação inclusiva, além de abrigar as diferenças no que tange a raça, cor, gênero ou classe social, se propõe a inclusão de sujeitos que comumente estavam excluídos das instituições educacionais: os deficientes físicos e intelectuais.

Hoje o processo de inclusão educacional sugere uma ressignificação no papel da escola na sociedade; a inclusão pensa em uma escola para “todos” e de “todos”; isto implica em respeito, desenvolvimento e cidadania. Na fala da professora Marta, professora de turma TGD (Transtorno Global do Desenvolvimento), pode-se perceber que há um trabalho voltado para inclusão na educação mas, ainda distante do ideal:

A inclusão para mim é a criança na escola de forma correta...é ...onde ela possa ..é..ser vista e ser respeitada em todos os aspectos com todos os direitos iguais é difícil agente falar de inclusão sabendo que a inclusão ela não é feita corretamente né... agente trabalha com a inclusão mas a gente sabe que ela não é feita corretamente nas escolas,mas eu acho assim a gente ta engatinhando para um pais que esta engatinhando na inclusão eu acho que agente ta até caminhando bem ...agente que ta dentro da inclusão ,pratica a inclusão com as crianças, agente luta muito por isso. (Entrevista realizada no dia 23 de junho de 2018, no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Ao dizer que a inclusão não é feita de maneira correta na escola, a professora concorda com a mãe Carmem, ao relatar a experiência que a filha viveu em turmas inclusivas na escola pública do D.F:

E, sempre quando eu encontrava alguma barreira na escola,.dificuldades com monitor sabe? dificuldades com professor, que por várias vezes eu chegava na escola, isso já no primeiro ano (...)eu chegava na escola e Ana tava lá largada, na sala, teve uma professora que comprou um bicho de pelúcia, um macaquinho,nunca esqueço disso, deu pra ela brincar, e aí um dia, eu cheguei na escola pra pegar ela mais cedo,a menina tava lá no chão, deitada no chão, no fundo da sala, completamente excluída,brincando com esse macaco, e aí eu olhei pra ela assim,eu olhei pra Ana assim, eu era muito fragilizada , sabe? Tudo eu chorava, aí eu comecei a chorar, eu olhei pra ela e falei assim:-É isso que você chama Inclusão? isso pra mim não é inclusão. Se isso for inclusão, não quero isso pra minha filha. Porque o que eu tenho estudado, o que eu tenho visto e ouvido, é completamente diferente disso que você esta fazendo com a Ana, aí, ela ficou toda constrangida, e tal, aí eu entrei no Ministério Público, e consegui, né um monitor pra ela,e, passou o primeiro bimestre, o segundo bimestre,terceiro bimestre, ela não tinha atividade adaptada, ela não tinha ainda, atendimento na sala da recurso,e aí eu comecei a, a, lutar sabe? E correr atrás eu falei:- gente, eu não posso aceitar isso que a escola está fazendo. E, aí, foi onde eu me empenhei mais, eu comecei a participar de grupos, comecei, a, a pesquisar na internet, e aí troquei ela de escola, comecei a ir atrás de atividades, e aí conversando com o fisioterapeuta, psicopedagogo, e começava, a ensinar em casa, e, pra onde eu ia eu levava,nunca tive vergonha de levar Ana e, buscando assim interagir, e, sabendo, na minha cabeça sabe, eu tinha certeza,de que ela ia aprender, no tempo dela,eu nunca fui de forçar a barra, e chegar, e falar :-a!Ana tem que ser alfabetizada esse ano;-a Ana tem que fazer isso, fazer aquilo,não,sempre eu ensinava , sempre eu cobrava, estimulando,e, respeitando, o tempo dela, mas , também eu não aceitava dizer:-A ela tem down, ela não vai aprender,não,é como eu falei pra você, teve uma professora em outra escola chegou a falar pra mim , você se estressa muito assim, e você se doa muito, você se cobra muito, mas se eu fosse você, eu num,num,fazia isso não ,porque sua filha não vai aprender,e escrever nunca, entendeu, e isso me chateou muito, e , foi um ano que a Ana teve muito rendimento na escola porque não tinha esforço da professora ,não tinha esforço da equipe, e aí, eu fui até a regional,e pedi pra eles fazerem uma avaliação, sabe, a Ana chegava em casa com as tarefas sem adaptação nenhuma , do mesmo jeito que a turma fazia, ela levava , e era coisa que eu explicava eu ensinava mas ela não conseguia, porque não era o nível dela , pra ela, ainda entendeu? E aí , a foi lá na regional, fez a , o estudo de caso e encaminhou ela pra clssse de DI,e daí falou:-olha ela vai pra classe de DI mas e provisório, né , pelo teste que fizemos com a Ana ela tem condições de frequentar uma turma inclusiva, logo, logo, ela vai sair da classe de DI,e daí foi, né com esse estudo de caso que ela veio pra classe DI do CAIC,e tá até hoje graças a Deus! (Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2018, no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A situação, vivida pela filha e descrita pela mãe, mostra como a inclusão ainda é um pensamento em fase embrionária nas instituições de ensino; dessa maneira, faz-se

necessário um trabalho de formação, sensibilização e estudo com os profissionais que atuam na educação. Mantoan afirma que “ambientes humanos de convivência e de aprendizado são plurais pela própria natureza, e, assim sendo, a educação não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno” (MANTOAN, 2003:9). Enfim, mudar os modos de pensar e de agir significa mudar nossa visão sobre nós mesmos, sobre nossos conceitos construídos ao longo do tempo e até mesmo sobre o tempo em que estamos vivendo, considerando a multiplicidade que compõe os seres humanos, o que os torna singulares.

Atualmente, vivenciamos um movimento progressivo da inclusão da criança com deficiência na escola regular. Tal processo de inclusão se apresenta como reflexo da luta de diferentes segmentos excluídos por uma sociedade mais justa e humanitária, comprometida com as minorias; dentre estes, os deficientes que lutam pelo direito de exercer sua cidadania como sujeito partícipe da construção social.

A educação inclusiva surge como um novo paradigma, que rompe com pensamentos historicamente constituídos onde o conhecimento era privilégio de determinados grupos sociais eleitos por suas condições de *igualdade*; essa escola que exclui e diferencia, que elege indivíduos em detrimentos de outros, não mais satisfaz a sociedade. Para Mantoan, os paradigmas, numa visão moderna, podem “ser entendidos como um conjunto de regras, normas, crenças, valores e princípios que são partilhados por um grupo em um dado momento histórico e que norteiam o nosso comportamento” (MANTOAN, 2003:11). O rompimento com paradigmas ocorre quando estes já não correspondem mais as expectativas da sociedade. Além disso,

sendo ou não uma mudança radical, toda crise de paradigma é cercada de muita incerteza, de insegurança, mas também de muita liberdade e de ousadia para buscar outras alternativas, outras formas de interpretação e de conhecimento que nos sustente e nos norteie para realizar mudanças” (MANTOAN, 2003: 12).

Como instituição de ensino formal, a escola isolou-se da sociedade e seus acontecimentos; como um mundo à parte, a educação se voltou às suas burocracias e formalidades, distanciando conhecimentos e realidade, e excluindo sujeitos que não satisfizessem seus padrões educativos, sujeitos que não se encaixavam nos modelos até então por ela constituídos. A escola tem passado por um processo de democratização, onde seus espaços são para todos; diferentes grupos sociais hoje frequentam as instituições de ensino.

Para orientar a construção dos caminhos do aluno em busca da sua história, a escola não pode ser o único lugar onde se dá os processos educacionais; ela deve ser

considerada como um espaço interposto no processo de educação, pois esta ocorre o tempo inteiro dentro e fora do ambiente institucional. Na fala da professora Maria, pode-se perceber a relevância de se pensar educação em todos os espaços sociais; na sua fala, a professora considera que o trabalho com o turismo pode ser o caminho para a inclusão social do indivíduo com deficiência:

Sim eu acredito que sim, porque é um momento que você tem pra de repente alguns ambientes o aluno não é acostumado a frequentar os pais não levam, os pais também não valorizam esse tipo de atividade, porque às vezes a criança da muito trabalho, ou porque falta condições até clareza não faz parte da cultura da família... então esse passeio ele é importante pra que o aluno se sinta realmente como participante da comunidade, daquele espaço que ele vai estar visitando que ele vai estar conhecendo e aí é o momento do professor tá proporcionando esse ... essa...essa...inclusão desse aluno desse estudante, dessa pessoa, no..nesse espaço, nesse ambiente que de repente se não fosse a atividade escolar o aluno talvez não teria essa oportunidade de estar frequentando, conhecendo né, desenvolvendo ali seu conhecimento em relação aquele espaço, desenvolvendo mais sua cultura. (Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2018, no local de trabalho, com duração de 3 horas)

É necessário ouvir os educandos, percebendo assim quem são, quais suas origens, suas histórias, seus sonhos e onde querem chegar; dessa forma, o respeito às individualidades torna se essencial, pensar assim e entender a ideia de que os sujeitos não são homogêneos. Nessa perspectiva em um ideal de inclusão deve se considerar as diferenças humanas.

O trabalho, com essa diferença na perspectiva de inclusão, traz o turismo na educação como uma atividade que possibilita as relações sociais e proporciona a interação com o outro em espaços educativos não formais. Essas relações proporcionam ao aluno momentos de aprendizagem e alegria onde os conhecimentos formais fazem uma ligação com os conhecimentos cotidianos. Segundo Dias,

Na atividade turística, assume significação especial a interação com o meio, uma vez que o sujeito aprendente, ao viver a experiência, ao entrar em contato com situações que se lhe apresentam, nelas mergulha intensamente, com mente e coração, com elas dialoga, interage, sente influências e expressa sentimentos. (DIAS, 2004: 21)

Ao pensar o turismo como atividade educativa possibilitadora de inclusão social, supera-se a busca de se fazer entender o que é o turismo e possibilita-se uma interlocução com as outras áreas do conhecimento. Isso torna possível o entendimento sobre o que verdadeiramente venha a ser o turismo. Trigo (1998) reforça este pensamento e faz uma análise sobre o turismo no âmbito da educação não como

conhecimento pedagógico, mas como uma forma de completar as outras áreas educativas.

Para a mãe da aluna Cristiane, senhora Flora, o turismo na educação representa momentos de socialização e aprendizagem para a filha:

assim eu...na minha visão..e..eu acredito que é muito importante como eles não tem muito...não consegue...aprender muito em sala de aula...então essa..esse...contato com outros profissionais..cinema,teatro...isso é muito bom pra eles..eles sai..do..do meio escolar..da escola..com os professores com os colegas isso faz bem pra ela. (Entrevista realizada no dia 20 de junho de 2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas.)

A professora Lia considera o turismo como positivo e esclarece que, ao sair da escola, as crianças aprendem para a vida de forma enriquecedora e positiva:

*Com as crianças?...eu acho que é...ela é assim **muito** importante porque é uma coisa positiva as crianças crescem , elas aprendem muito aproveitam muito coisas que as vezes não tem oportunidade então eu acho que é assim muito enriquecedor na vida da criança eu acho extremamente enriquecedora.” (Entrevista realizada no dia 22 de junho de 2018, no local de trabalho, com duração de 3 horas).*

Isto posto, um dos objetivos da educação para o turismo é coadjuvar no crescimento da pessoa humana, propiciando-lhe conhecimento a respeito do mundo e da sociedade onde está estabelecida, uma vez que é relevante para o aluno o entendimento das questões históricas, políticas e sociais acerca da comunidade onde vive, e o reconhecimento de seu papel social em busca da sua cidadania.

A professora Maria considera que o turismo traz oportunidades de aprendizagem do cotidiano interligadas ao conhecimento formal da sala de aula e explica que, ao sair da escola, o professor pode atrelar esses saberes ao exercício da cidadania:

*Sim sem dúvida, porque o passeio que a escola promove o professor promove, ele está sempre dentro de um objetivo de conhecimento específico, então esse conhecimento, gera outros conhecimentos e às vezes numa visita você pode tratar de assuntos que de repente em outro... não teria outras ocasiões pra conversar, pra falar, pra discutir, pra esclarecer e mostrar **de** repente direitos que o estudante tem que ele não sabe, então ... ou deveres também né?...então nesse momento do turismo a gente pode estar trabalhando sim a cidadania.... é um exercício da cidadania nesse momento que é um momento de aprendizado ele pode aprender de repente um dever que ele precisa ter...um direito que ele tem que ele não sabia..então esse momento de aprendizado é um momento de exercício da cidadania. (Entrevista realizada no dia 20 de junho de 2018, no local de trabalho, com duração de 3 horas).*

Ao sair para conhecer o mundo fora do espaço escolar, cria-se momentos de liberdade, onde o educando pode refletir sobre suas origens e sua cultura. Paulo Freire diz que “a tarefa fundamental do educador e da educadora, é uma tarefa libertadora” (FREIRE, 2001:78). Sendo assim, o educador não pode reproduzir para o educando seus sonhos e suas aspirações, mas sim originar possibilidades para que o aluno se torne dono da sua própria história.

O turismo pensado como atividade educativa de inclusão social levanta questões sobre o exercício da cidadania por todos que por algum motivo se encontram em condição de excluídos da sociedade, como é o caso das pessoas com deficiência. De acordo com Sasaki, “quando as pessoas com deficiência começaram a sair de casa ou das instituições para usufruir do seu direito ao lazer e recreação, elas descobriram que praticamente todos os lugares eram inacessíveis: cinemas, teatros, restaurantes, museus, hotéis, etc.” (SASSAKI, 1997:105) Diante desta colocação do autor, é possível afirmar que a sociedade não havia pensado no deficiente como um cidadão frequentador de espaços de lazer e turismo; essa invisibilidade da condição cidadã desses indivíduos reafirma a condição de pessoas segregadas.

Segundo Sasaki, nos paradigmas da inclusão, são os sistemas de lazer, esporte e turismo que devem “adaptar-se às necessidades e possibilidades das pessoas para que elas possam participar juntamente com a pessoas em geral” (SASSAKI, 1997:106); para o autor, o importante é não separar os deficientes do convívio com o outro. Ele esclarece que, no paradigma da inclusão, cabe a todos que são socialmente excluídos, e não somente os deficientes, que “não conseguiam participar nos sistemas comuns de lazer, esporte, turismo, educação, atividade laboral, saúde, cultura, religião, artes, comunicações, e transporte coletivo, assim como de edifícios e logradouros públicos” (SASSAKI, 1997:106).

Ao considerar o turismo na educação especial, o professor, além de expandir conhecimentos, também traz para o aluno a oportunidade do exercício da cidadania. A escola, ao permitir este exercício da cidadania, faz com que o aluno participe dos espaços de lazer e turismo, mesmo que em muitos ambientes ainda se encontrem barreiras “arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, metodológicas, instrumentais e programáticas” (SASSAKI, 1997:101). Cabe aqui acrescentar que, além das barreiras identificadas por Sasaki, é preciso considerar a condição econômica de muitos educandos, pois ela é também uma dificuldade para que se possa pensar em fazer turismo; portanto, para muitos, a única oportunidade de se praticar o turismo é dada nas

atividades escolares que propõem a saída para o espaço extra muros da escola para os passeios pedagógicos. Enfim, insistir nas saídas do deficiente para participar de outros espaços sociais, de outros espaços urbanos, de espaços de lazer é mais do que desenvolver conhecimento; é propiciar a territorialização desses espaços por práticas sociais cidadãs.

1.4–O TURISMO PEDAGÓGICO

O turismo proporciona possibilidades de aprendizagem nas quais os conteúdos podem ser vistos e vividos de forma concreta sem o parcelamento da aprendizagem. A vivência com diferentes culturas faz da sala de aula um espaço rico, onde compreender e respeitar a diferença são essenciais, pois a riqueza e a diversidade cultural presentes nas comunidades fazem com que o trabalho com a exploração do ambiente seja um diferencial no ato de ensinar.

Para educar, é preciso fazer rupturas e reinventar o modo de sentir e ver a vida; é imprescindível não limitar a escola a um espaço de informação e transmissão de conteúdos rígidos previstos na grade curricular.

Construir conhecimentos na escola é considerar as experiências vividas postas no diálogo entre quem aprende e quem ensina. O diálogo dessa relação entre o conhecer, o aprender e os sujeitos envolvidos no contexto educacional traz para o processo ensino/aprendizagem oportunidades de ampliação de conhecimentos tanto do professor como do aluno. Nessa construção dialética exige-se do educador e do educando o ato de reflexão analítica acerca da sociedade e da cultura. De acordo com Paulo Freire, é importante que os educadores ou educadoras, “desafiem a liberdade criativa do aluno (a), e que estimule a construção da autonomia do aluno(a)” (FREIRE, 2001:78). A professora Maria diz que, ao planejar as aulas, pensa os passeios como possibilidade dos alunos poderem ampliar sua visão de mundo e seus conhecimentos:

Sempre, penso planejo e já executei vários... eu acho interessante principalmente relacionado á alguns conteúdos é impossível você finalizar ou concluir dar uma oportunidade ...assim de compreensão total sem a utilização de um passeio digamos que você esteja falando de um contexto histórico, geográfico, social, político, e aí você tem que ir ao determinado local pra que os alunos contemplem, e também porque as vezes a gente procura uma atividade mais prazerosa que os alunos tenham condições de estar fazendo com mais satisfação para que o resultado seja pleno, não só para ajudar na compreensão mais também como forma de entretenimento de prazer.

(Entrevista realizada no dia 20 de junho de 2018, no local de trabalho, com duração de 3 horas).

O diálogo entre escola e mundo pode trazer conhecimentos significativos para a compreensão do sujeito em relação a sua trajetória coletiva e individual; esse diálogo pode, muitas vezes, ser realizado por intermédio do turismo. Paulo Freire, ao explicar sobre a relevância das relações sociais na tomada de consciência, explica que essa constituição acontece “na intersubjetivação, as consciências também se põem como consciências de um certo mundo comum e, se nesse mundo, se opõem como consciência de si e consciência do outro. Comunicamo-nos na oposição, que é a única via de encontro para consciências que se constitui na mundanidade e na intersubjetividade.” (FREIRE, 2005:21). Ao trabalhar com o turismo, a professora Maria pensa na interação dos alunos e na essa relação com o outro, e acredita que o trabalho no coletivo pode desenvolver a socialização dos educandos:

Entre outras coisas, é importante como meio de integração, de interação, uma oportunidade que você pode estar fazendo algo no coletivo mostrando que é... pode se desenvolver uma amizade nesse momento né?... um momento assim de descontração entre professor e aluno entre aluno e aluno, então assim essa prática ela é importante dentro desse contexto de socialização” (Entrevista realizada no dia 20 de junho de 2018, no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Diante disso, entender a prática do turismo no ensino especial como possibilidade de inclusão cidadã do sujeito com deficiência é procurar compreender o turismo como prática pedagógica livre da concepção de uma educação fragmentada, que de agora em diante pretendo denominar de turismo pedagógico⁴. Para tanto, é no conceito de turismo social e cultural que busco os pressupostos teóricos para embasar as reflexões que desenvolvo acerca do turismo pedagógico. Acredito serem estes os eixos centrais da tendência epistemológica adotada para essa linha de pesquisa com a qual pretendo dialogar; percebo o turismo no espaço escola como uma prática que permite ao educando acessar a cidadania.

Cidadania não é apenas o ato de votar; de acordo com Paulo Freire, isso seria pouco demais, mesmo sendo fundamental, ela transcende. A cidadania é casada com o

4 Essa conceituação é tomada de empréstimo de Dias (2004). A autora define Turismo Pedagógico como sendo um instrumento pedagógico, que possibilita a interação do sujeito com o espaço numa perspectiva de aprendizagens de saberes, geográfico, físico, biológico, ecológico, cultural, entre outros. Onde as atividades vividas *in loco* estimulam o aprendizado em relação aos conteúdos vistos na sala de aula, permitindo ao aluno construir uma nova forma de conhecimento. A prática do turismo pedagógico fica então compreendida como uma ferramenta educacional, que permite também descobertas, interações, relacionamentos, e aprendizado em um dado contexto social e cultural.

conceito de participação, de interferência nos destinos históricos e sociais do contexto onde a gente está, isto é, a transformação social consciente. Já para Gastal e Moesch, o pleno exercício da cidadania está relacionado aos direitos civis e políticos, onde o cidadão possa participar livremente de práticas políticas, direitos sociais e direitos culturais. Então cidadania assim pensada é a forma de garantir “pequenos e grandes acessos” (GASTAL E MOESCH, 2007:10).

Perceber o turismo como prática da cidadania e construção da história do sujeito faz parte da proposta de Turismo pedagógico para o ensino/aprendizagem que possibilite uma educação inclusiva. O fato de conhecer lugares pode proporcionar uma formação singular e significativa para o educando, e ainda se apresentar como uma forma de expandir sua compreensão de mundo.

A relação educação e turismo proporciona dinamismo às aulas; a busca por um repertório intelectual e cultural para fornecer aos alunos um entendimento reflexivo em relação à sociedade em que se encontram é de fundamental importância para que os educandos possam estabelecer identidades e diferenças com o outro e com os diferentes grupos que são presentes em sua realidade. No entendimento da professora Maria, o passeio é sair em busca do novo, e oportuniza ao aluno momentos de interação, onde o aluno descobre -se cidadão:

Sim [...] sim porque o passeio só o passeio já trás esse contentamento né essa satisfação do aluno, quando você trás algo de novo que o passeio te deu essa oportunidade de falar de conversar, de trazer a tona essa discussão então é nesse momento que o aluno adquire o seu direito né[...]nesse momento que ele vai estar construindo a sua cidadania” (Entrevista realizada no dia 20 de junho de 2018, no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Para a professora Beatriz, os passeios apresentam-se como possibilidade para o exercício da cidadania e inclusão, pois ao estar inserido num determinado espaço com outros em condição de igualdade, o aluno entende que é parte da sociedade.

sim é [...] um local [...] um exercício né? É uma chance uma oportunidade pra o exercício [...] da cidadania[...] pra[...] inclusive o exercício da inclusão também né? De estar inserido naquele espaço com[...] como[...] como todo mundo como todas as outras pessoas . (Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2018, no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Para Matos, “a escola deve produzir conhecimentos que vai além das teorias e da retórica da aula puramente expositiva para que os aprendizes possam enfrentar a sociedade de forma a transformá-la” (MATOS, 2012:3). Nessa concepção, a escola não pode ser apenas transmissora de conhecimentos, mas sim transformadora de realidades a

partir do trabalho em que o sujeito é colocado como participante das ações educacionais onde o objetivo é apropriar-se da cidadania. De acordo com Matos:

A atividades didáticos – pedagógicas extra classe são muito importantes na medida em que são organizadas e inseridas no currículo escolar. Por essa razão, acredita-se seguramente que o processo de ensino –aprendizagem ultrapasse os limites da sala de aula e mais, esta assimilação é capaz de desenvolver plenamente um indivíduo preparando-o para viver em sociedade e formando-o para o exercício da cidadania. (MATOS, 2012: 4)

A multidisciplinaridade presente no turismo é um fator importante na percepção da formação cultural, histórica, social e econômica de um povo. Segundo Edgar Morin,

interdisciplinaridade pode significar também a troca a cooperação, o que faz com que possa vir alguma coisa orgânica. Já a multidisciplinaridade constitui uma associação de disciplina, por conta de um projeto ou um objeto que lhes sejam comuns; Na transdisciplinaridade tratam-se, frequentemente, de esquema cognitivos que possam atravessar as disciplinas, às vezes com tal virulência, que as deixam em transe. De fato, são os complexos de inter-multi-trans-disciplinaridade que realizam e desempenham um fecundo papel nas histórias das ciências. (MORIN apud MOESCH, 2002:6)

Centrada na perspectiva de multidisciplinaridade presente na noção conceitual de turismo trazida por Moesch (2004), as reflexões aqui iniciadas buscam desconstruir a visão de turismo como “racionalidade fechada” e querem, então, tratar o *tour* como uma atividade também para o prazer.

As professoras, ao relatarem as reações observadas nas crianças nos passeios, destacam a alegria, o prazer e a sensação de liberdade que está relacionada ao ato de conhecer o mundo. A professora Beatriz evidencia a alegria e a expectativa que antecede o passeio:

Eles vivenciam é...as vezes medo as vezes ans...aquela ansiedade...aquela vontade de saber o que vem ...prazer...um medo...porem aquele medo bom..né..num é um medo..medo assim...aquele medo bom de pensar o que é que vem né...que ...que pra onde é que eu vou como é que vai ser..eles tem esse...essa...esse sentimento essa expectativa...é...deixa.. eu ver o que é mais....alegria...eles riem bastante , eles conversam bastante, eles gritam também,então assim ..é..é..vários sentimentos né..varias sensações eles ...eles demonstram. (Entrevista realizada no dia 21 de junho de 2018, no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A professora Lia comenta sobre a liberdade relacionada ao prazer do descobrimento do novo e da aquisição de novas possibilidades de conhecimentos

referentes à realidade cultural dos alunos. Para ela, os passeios turísticos promovidos pela escola proporcionam:

Felicidade, a sensação de liberdade a sensação de prazer, a sensação de querer... eles estão ali conhecendo algo novo, a sensação de ...de ...estar livre realmente. (Entrevista realizada no dia 22 de junho de 2018, no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A professora Marta realça a importância dos passeios na socialização dos seus alunos, considerando também a felicidade e o bem estar vividos nos passeios:

Primeiro a expectativa né ...ele vão numa expectativa é ...assim...com muita alegria...eles vão com alegria os nossos alunos eles vão muito com alegria ..porque eles...agente...promove pra eles assim que vai ser bom e tudo...e tal...eles vão naquela expectativa de ser uma coisa boachega lá a dificuldade dada...socializaçãoporque eles tem a dificuldade da de se socializar.. mas aos pouquinhos eles vão se soltando...vão vendo que aquilo ali é uma coisa boa e ai ele começa a participar né...então a socialização deles assim que...que...eles..é ..fugiu a palavra...quando eles chegam lá a expectativa deles é assim de que vai ser tudo bom e de repente eles mesmos pela...pelo ..próprio transtorno deles né...eles acham assim que eles não conseguem ...aos pouquinhos eles vão conseguindo fazer tudo que eles querem ..é começam a participar... e voltam muito mais muito felizes mesmo...voltam assim numa alegria que... (Entrevista realizada no dia 23 de junho de 2018, no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Nas falas das professoras, pode-se perceber a interdisciplinaridade produzida de maneira natural e prazerosa; essa articulação entre saberes é necessária na construção de conhecimentos para os alunos. Ao pensar no lado humanista do turismo, Krippendorf (2001) trata as expectativas que se relacionam às saídas do cotidiano como esperança de felicidade, uma segunda vida, projetada com os anseios verdadeiros e esperança. Para ele, viajar é querer dar forma à alegria de viver. Dessa maneira, para as professoras, passear na escola é ir de encontro a essa alegria de viver, alegria de conhecer, alegria de trocar experiências com o outro; são as alegrias das quais fala Krippendorf.

Moesch, ao dialogar com Aristóteles, destaca a importância do turismo para o prazer do indivíduo. Ela ressalta que:

De acordo com Aristóteles (1999), o prazer é um ato completo em si mesmo, não tende para nada, se não para ele próprio. Não é a transição de potência ao ato, mas o ato em si e por si. Não é um “dever”, não possui começo nem fim, mas é um momento pleno e completo. O prazer, para Aristóteles, não estabelece qualquer relação com o contexto e também não representa o objetivo da vida, mas as pessoas aspiram a ele porque desejam viver, e a vida é uma atividade que recebe do prazer um sentido a mais, aumentando o desejo de continuar vivendo. (MOESCH, 2004:24).

Dias (2004) diz que os “passeios pedagógicos” promovem a integração do educando ao meio que ele vive e influenciam sua formação como cidadão responsável pelo desenvolvimento da sua comunidade; ele reforça que o ambiente em que vive o aluno é uma fonte rica de informações e que, ao estudar o local de vivência, amplia conhecimentos específicos sobre o município, como “aspectos físicos, econômicos e culturais”; possibilita, assim, estabelecer relações entre eles e evidenciar sua influência na vida da comunidade.

Para muitas crianças, a escola é o único elo entre elas e a sociedade; parte das famílias, principalmente as de baixo poder aquisitivo, não conseguem explorar o mundo, sair com seus filhos, frequentar cinemas e o teatro. A professora Lúcia relata que os passeios promovidos pela escola são para os alunos uma oportunidade de vivenciar experiências diferenciadas da sua realidade:

Muito importante ...porque agente precisa levar as crianças além do muro das escolas, que muitas delas 'so tem oportunidade de passeios culturais, passeios fora da região onde moram ...os que são promovidos pela escola...porque muitas vezes as famílias não tem oportunidade de ir num cinema, de ir num teatro , num zoológico,e eles só vivenciam isso na escola. (Entrevista realizada no dia 24 de junho de 2018,no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Dentre as diferentes ramificações do Turismo, pode-se também considerar o Turismo Pedagógico, que se caracteriza pelas viagens que tenham como finalidade o estudo e ampliação do conhecimento; tendo como princípio uma visão concreta da realidade, o Turismo Pedagógico pode então ser considerado como uma ferramenta na educação que enriquece o ensino da sala de aula com novas descobertas, onde estão envolvidas diferentes percepções da realidade do sujeito.

O turismo pedagógico é um estudo de exploração entre o espaço e o educando. De acordo com Morin (2011), o ser humano é complexo e é nessa complexidade que os saberes se tornam diferenciados, de indivíduo para indivíduo. “Todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana” (MORIN, 2011:49); as experiências vividas em espaços fora da sala de aula trazem para o educando momentos de aprendizagem que serão importantes para seu desenvolvimento.

A senhora Carmem, na sua fala, compreende o turismo pedagógico a partir de uma visão transdisciplinar e multidisciplinar. Para ela, os passeios, como uma prática de

ensino, permitem que a filha leve conhecimentos e adquira novos conhecimentos nos diferentes espaços visitados:

Eu acho extremamente importante, agora me preocupa a estrutura sabe, em relação às crianças especiais, é num todo, porque a criança que não é especial, ela tem a independência, né, o professor ele, supervisiona, ele olha, ele observa ele tem apoio, ele conduz a criança, aquilo ali é importantíssimo pra ela, ela vai trazer coisas lá de fora, pra dentro da sala de aula e ela vai levar coisas da sala de aula lá pra fora também, vão ser vistas né conteúdos que você está trabalhando em sala, você pode mostrar na prática, naquele passeio, né num teatro numa exposição, até mesmo num zoológico, num, numa peça, num museu, é legal, tudo é válido, tudo pode ser explorado, só que me preocupa o suporte principalmente na rede pública, é agora esses dias pra trás teve um passeio aí, e, normalmente a Ana vai mas, ela precisa de ter alguém pra ela, que supervisione que esteja do lado, porque a Ana ainda não tem muita noção de espaço, de perigo, de direcionamento, se você soltar ela fora de um local que ela não conhece, ela vai se perder, então ela não tem noção espacial, e isso me preocupa muito dela, as vezes perde esses momentos de passeio pedagógico, de passeio com a turma, não tem as vezes um monitor, um educador social, para acompanhar a professora, que de suporte, as vezes uma professora sozinha ela não tem condição de acompanhar quinze alunos numa turma reduzida, as vezes vinte sem um educador social, um monitor. (Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2018, no local de trabalho, com duração de 3 horas)

O Turismo Pedagógico, segundo Nakamura e Machado (2012), “seria a oportunidade de aprender na prática o que foi visto nos conteúdos trabalhados em sala de aula”, sendo que, ao dar um sentido significativo às experiências pedagógicas, porque quando se fragmenta o conhecimento em partes distintas distante da realidade este permanece incompleto. O Turismo Pedagógico, sendo um mecanismo facilitador do processo de ensino/aprendizagem como sugere os autores, “é a possibilidade de trabalhar efetivamente a interdisciplinaridade, saindo dos limites da sala de aula e apresentando um mundo de referências palpáveis” (NAKAMURA E MACHADO, 2012).

A aula, segundo Masseto *apud* Kullok, “deve ser considerada como vivência, isto quer dizer aula como vida, como realidade” (MASSETO *apud* KULLOK, 2002: 14). O autor defende a necessidade de se pensar a aula como local de aprendizagem onde se oportunize o debate frente a tudo que é relevante na construção de conhecimentos. Essa atitude do educador deve ser constitutiva do processo de aprender e ensinar, pois a construção do conhecimento se dá na transformação, na evolução do homem que está inserido num determinado tempo e contexto histórico; portanto, as aprendizagens são condições para o entendimento frente a essa realidade.

A organização de aulas que envolvam o educando na relação ensino/aprendizagem é pensada considerando a interdisciplinaridade como a base dos conteúdos formais e a realidade vivida; portanto, é fundamental que se crie interação entre professor e aluno, ou seja, a sala de aula não pode ser considerada como mero espaço de transmissão de conhecimento, mas sim de construção de saberes. Nessa perspectiva, torna-se essencial que o professor pense seu modo de ensinar e a forma de conceber o ensino.

Se o processo de aprender é uma busca por informações que sejam transformadas em conhecimentos, então é preciso “rever a própria experiência, adquirir habilidades, adaptar-se as mudanças, descobrir significados nos seres de fato, nos fenômenos, nos acontecimentos, modificar atitudes e comportamentos, todas essas ações apontam para o aluno que é o agente principal e responsável pela aprendizagem”, (KULLOK, 2002:10). Cabe ao professor pensar estratégias de aprendizagens para o educando na busca da sua formação como cidadão, diante do processo de ensino /aprendizagem. Se o aluno é construtor de seu conhecimento, é responsabilidade do professor guiá-lo, pois ensinar é “desvendar um mundo novo, oculto para aquele que busca aprender” (KULLOK, 2002:11). A professora Lúcia procura no turismo pedagógico incentivar a aprendizagens concretas para seus alunos:

Através do passeio ...dos passeios as crianças conhecem um mundo fora que muitas vezes eles ficam reclusos em casa ou na escola...o único ambiente fora da escola...de casa que eles conhecem é a escola e se a escola não proporcionar esses passeios eles ficam restritos apenas isso..ao convívio escolar e familiar. (Entrevista realizada no dia 24 de junho de 2018, no local de trabalho, com duração de 3 horas)

O turismo pedagógico como prática de ensino se constitui num estudo interdisciplinar, onde através dos passeios escolares o aluno interage com o meio. Através dessa interação com diferentes lugares, o educando participa de relações sociais e culturais que caracterizam esses espaços numa forma de lazer interligados ao objetivo de novas descobertas e novas metodologias educacionais. A proposta de se trabalhar o turismo pedagógico se coloca para além de uma proposta de meras excursões; está sim relacionada ao aprendizado mais amplo onde as possíveis interações com o meio são intencionalmente planejadas em busca de construção de conhecimentos significativos e interdisciplinar, pensando nas diversidades dos alunos. Dias (2004) afirma que

Inserir, portanto, iniciativas de natureza turística na proposta pedagógica das instituições de ensino é, sem dúvida, uma forma de enriquecer os currículos escolares. Alternativas e estratégias diversas, neste particular, certamente hão de

conferir mais dinamicidade e atração à proposta da escola, em que se podem incluir ações, caracterizada como mais ou menos formais, uma vez que o turismo, em linhas gerais, implica deslocamento com vistas a reconhecimento/exploração do ainda não visto ou do já visto que merece ser revisitado. (DIAS, 2004:21)

Com base nessa assertiva, o entendimento de turismo também como ferramenta pedagógica sugere uma análise nas relações de ensino/aprendizagem de forma que haja uma renovação da ação pedagógica diante de uma maior concretude, dinamicidade e atrativos às propostas de aprendizagem.

CAPITULO 2- A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE NO ESPAÇO ESCOLAR: IMAGINÁRIO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NAS NARRATIVAS HISTÓRICAS SOBRE O (NÃO) LUGAR DO DEFICIENTE NA SOCIEDADE

Inclusão e exclusão são conceitos que permeiam a história do sujeito deficiente, sendo os mesmos relacionados aos processos histórico e cultural de construção de representações⁵. Na história, muitos grupos sociais foram excluídos, dentre estes as pessoas especiais que por sua “diferença” não eram aceitas na sociedade.⁶

A produção de representações negativas em relação ao deficiente pode ser compreendida no debate que Stuart Hall (2016) traz sobre representação quando discute o poder da imagem e da linguagem nas produções de sentido, produções estas que podem ser positivas ou negativas. No livro *Cultura e Representação*, o autor pontua em um debate a questão do negro de forma a discutir como a imagem e a linguagem que representam o negro foram construídas culturalmente na história. Nas palavras do autor, “a representação conecta o sentido e a linguagem à cultura” (HALL, 2016:31).

A partir da reflexão sobre o trabalho de Hall procuro estabelecer a forma como a imagem e o discurso acerca do deficiente foram construídos social e culturalmente ao longo da história. Pois, como afirma o autor, a “Representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos” (HALL, 2016:31). Assim, estar dentro de uma determinada cultura, compreender e compartilhar seus sentidos, seus significados, todo um conjunto de conceitos, imagens e ideias é o que permite aos sujeitos perceberem o mundo de maneira semelhante.

As imagens apresentam, de acordo com Hall, “realidades, valores, identidades, e o que podem acarretar, Isto é, quem ganha quem perde com elas, quem ascende, quem descende, quem é incluído e quem é excluído” (HALL, 2016:10). Nessa acepção

5 Nesta pesquisa, abordamos o conceito de representação a partir de um diálogo com Pesavento (2003), em que a autora define representação como “sendo uma exposição de algo ou alguém que se coloca no lugar de um outro, distante no tempo e\ ou no espaço. Aquilo\aquele que se expõe- o representante – guarda relações de semelhança, significado e atributos que remetem ao oculto- o representado. A representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão.”

6 Diferença é a qualidade que permite que algo se distinga de outra coisa. O termo, que deriva do latim *differentia*, pode ser usado para mencionar a variedade de coisas de uma mesma espécie. <https://conceito.de/diferenca> Diferenciação e a capacidade de ser percebido como diferente em função de suas características.

proposta por Stuart Hall, a imagem se constitui como uma construção social da realidade. Ela contém valores que estão além da própria imagem; portanto, pode ter diferentes interpretações, além de possibilitar a transmissão de conceitos e preconceitos criados e vivenciados na sociedade, isto é, a política da imagem é também uma política na qual se efetiva a disputa do sentido.

Se a imagem reflete o poder social, pode-se afirmar que o domínio de determinadas representações mantém os laços de coesão dos grupos sociais; relações de poder em que se efetivam determinadas construções hierarquizam relações sociais. Quando pensamos as representações correntes na sociedade através da imagem construída do deficiente, o discurso corrente o relaciona a uma história de incapacidade, física e mental; sobressai-se nessa interpretação a imagem do “coitado”, do “endemoniado”. Normalmente, as famílias que possuem uma pessoa deficiente são consideradas famílias que não tiveram sorte; ser pai ou mãe de indivíduo deficiente é carregar um fardo para a vida inteira.

Na História, diferentes culturas tratavam o deficiente de acordo com seus costumes e religiosidade que, em muitos casos, justificavam e legitimavam os atos de extermínio. O preconceito aparece de maneira generalizada, como se pode perceber no Velho Testamento. Em Levítico, a pessoa deficiente não era considerada como filho de Deus. A título de exemplo, toma-se aqui os versículos 18 ao 21, onde encontram-se afirmações que legitimam a construção e disseminação de representações negativas relacionadas ao deficiente ao longo dos tempos:

18-Pois nenhum homem em quem houver alguma deformidade se chegará; como homem cego ou coxo, ou de nariz chato ou de membros demasiadamente comprido.

19- Ou homem que teve quebrado o pé, ou mão quebrada.

20- Ou corcunda, ou anão, ou que tiver defeito no olho ou sarna, ou impigem.

21- Nenhum homem da descendência de Arão, ou sacerdote, em quem houver alguma deformidade, se chegará para oferecer as ofertas ao senhor; defeito nele há; não se chegará para oferecer o pão do seu Deus. (Levítico, versículos 18-21)

Segundo Carmona e Soares (2002), o povo hebraico tinha a crença de que as pessoas deficientes eram consideradas impuras, demonizadas e incapazes. Aquele que nascia deficiente carregava a culpa dos pais, e cabia aos mesmos expiar os pecados herdados de seus familiares. Desse modo, a deficiência como sinal de castigo divino era o que pautava as representações sociais sobre os indivíduos deficientes.

Para Castoriadis (1985), é preciso entender as representações como elementos essenciais do imaginário social, pois são elas que permitem ao sujeito acessar os

sistemas culturais instituídos pelo simbólico. É por meio das representações sociais que o indivíduo acessa o imaginário social e constrói conhecimentos categorizados pela estruturação social. Somente através das representações é possível superar essa dicotomia que tenta estabelecer uma fronteira onde se colocam uma oposição entre real e imaginário.

Quanto ao “real” do mundo humano, não é somente enquanto objeto possível de conhecimento é de maneira imanente, no seu ser em si e para si, que ele é categorizado pela estruturação social e o imaginário que este significa; relações entre indivíduos e grupos, comportamento, motivações, não ao somente *incompreensíveis* para nós, são *impossíveis em si mesmos* fora deste imaginário. (CASTORIADIS.1985:193)

Para Castoriadis, o imaginário é elemento essencial da condição humana; por conseguinte, nessa lógica o mesmo não pode ser concebido como inventivo ou fora do real, mas sim constitutivo de uma rede simbólica na qual alicerça as maneiras pelas quais o indivíduo percebe o mundo. A história social do deficiente mostra que o imaginário é parte constituinte do real, na medida em que as representações do deficiente, através da linguagem e da imagem, foram se definindo historicamente.

Castoriadis afirma que percebemos o mundo a partir de uma relação *do sócio-centrismo e do relativismo*, em que cada sociedade coloca uma visão dela mesma na história que é ao mesmo tempo uma visão da sua construção do mundo “e que esta “visão” faz parte da sua “verdade” ou de sua realidade refletida” (CASTORIADIS, 1982:53).

Podemos vê-los – porém a partir de nosso lugar e por intermédio deste lugar. E ver, é isso mesmo. Nunca verei nada de todos os lugares possíveis ao mesmo tempo. [...] vejo uma “aspecto”, e vejo numa “perspectiva”. E eu vejo *porque* eu sou eu, e não vejo somente com meus olhos; quando vejo alguma coisa toda minha vida aí está, encarnada nesta visão, neste ato de ver. (CASTORIADIS, 1982:53)

Pesavento (2008) corrobora com esta ideia ao afirmar que:

As imagens resultam de uma relação primária do homem com a realidade: elas são apreendidas pelos sentidos, por meio do órgão da visão, e fazem parte dessa forma de conhecimento do mundo advinda da sensibilidade. Participam, pois, desse modo originário de contato do homem com a realidade através do corpo das sensações das emoções (PESAVENTO, 2008:100).

O ato de ver, tanto para Pesavento como para Castoriadis, não é particular; é, pois, uma construção social. Ao estar inserido em determinada sociedade, o indivíduo percebe o mundo a partir das significações imaginárias e das representações vividas. “Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas seu ser social que

determina sua consciência” (CASTORIADIS, 1982:42). Assim, o imaginário é político e social; a visão de mundo é consolidada a partir de uma ideologia social baseada em um regime político vigente, o qual legitima ideais através de mobilizações dos grupos e agentes sociais.

O imaginário como constitutivo de representação pensa em como as instituições usa de símbolos, imagens e linguagens que passam a serem produzidos dentro de práticas legitimando também, ou não, determinadas ações. Assim, as construções imaginárias do deficiente como “coitado”, “endemoniado” ou um “fardo” para a família e sociedade são categorias sociais que produzem representações que perpassam do plano simbólico na construção de significados produzidos por significações imaginárias. Essas significações legitimam esse processo de categorização, que acaba por excluir o indivíduo deficiente das redes de solidariedade, colocando-o como incapaz de participar da vida social, seja no âmbito da esfera privada ou da esfera pública. Essas práticas sociais legitimadas no discurso produzido sobre o deficiente são influenciadas pelas instituições sociais.

De acordo com Carmona e Soares (2002), na Grécia Antiga se glorificava a perfeição do corpo e a força do guerreiro. Nas cidades-Estado de Esparta e Atenas, civilizações guerreiras, acreditava-se que pessoas deficientes não teriam chances de sobreviver na guerra, e mulheres deficientes não gerariam filhos sadios e com capacidades físicas capazes de proteger o Estado. Nessas culturas, as crianças que nasciam com deficiências físicas eram abandonadas em determinados lugares para que pudessem morrer. Como podemos observar no extrato abaixo, essas culturas tratavam os deficientes como sub-humanos:

[...] é sabido que em Esparta crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas sub-humanas, o que legitimava sua eliminação e abandono, prática perfeitamente coerente os ideais atléticos e clássicos, além de classistas, que serviam de base à organização sociocultural de Esparta e da Magna Grécia[...] (PESSOTTI, 1984:3)

De acordo com Carmona e Soares (2002), os romanos legalizaram o ato de extermínio, autorizando a família a matar seus filhos deficientes; para esses povos, era considerado normal “se livrar” de crianças deficientes. As formas de extermínio variavam, podendo se apresentar de maneiras extremamente cruéis para os nossos padrões. Iam desde o lançamento ao mar, oferendas em sacrifícios, jogar de rochedos e também abandonar em praças públicas.

Pessotti (1984) relata que com o cristianismo ocorreu uma significativa mudança na forma como os deficientes passaram a ser percebidos. Em suas pregações, Cristo dá alma aos deficientes e, como um ser possuidor de alma, os mesmos não podiam mais ser exterminados ou abandonados à própria sorte. Em muitas passagens do Novo Testamento, Jesus se solidariza com os menos favorecidos, entre estes os deficientes; curava cegos, leprosos e salvava prostitutas do linchamento. Entretanto, mesmo com a vida preservada, os deficientes eram considerados produtos do pecado.

Na Idade Média, a condição atribuída ao deficiente era estabelecida por uma normatização religiosa. Com a Inquisição, esses indivíduos eram acusados de incorporação do demônio e de prática de bruxaria; Carmona e Soares (2002) relatam que esse fato determinava o seus destinos de serem queimados vivos nas fogueiras e/ou acorrentados para o processo de exorcização. Neste período, disseminou-se a ideia de que estes indivíduos, dada a sua condição, personificavam a incorporação do mal; não havia, portanto, leis ou instituições que os amparassem. Essa carência de uma legislação que amparasse o deficiente colocava esses indivíduos sob a prática de atitudes que poderiam ir da caridade ao castigo. Isaias Pessotti (1984) ressalta que

[...] a condição de cristãos, dos deficientes, os torna culpados até pela própria deficiência, justo castigo do céu por pecados seus ou dos seus descendentes. É cristão e por isso merece castigo divino e, no caso de condutas imorais, é passível do castigo humano também. Muitos chegam a admitir que o deficiente é possuído pelo demônio, o que torna aconselhável o exorcismo com flagelações ... A ambivalência caridade-castigo é marca definitiva da atitude medieval diante da deficiência mental.[...] (PESSOTTI, 1984:06)

No fim da Idade Média, Carmona e Soares (2002) apontam em seus escritos o surgimento de hospitais para tratar o deficiente; contudo, esses lugares não eram acessíveis a todos; somente as famílias mais abastadas internavam seus membros nessas instituições em busca da cura. Para aqueles que não tinham recursos suficientes, restavam os abrigos, verdadeiros depósitos humanos, onde eram tratados os mais variados tipos de enfermidades, desde leprosos a “doentes mentais”. A superlotação, assim como a falta de estrutura destes abrigos, não dava condição de cura aos pacientes.

Pessotti (1984), em seus estudos, mostra que o tratamento dado ao deficiente na era renascentista foi se modificando; com base em estudos científicos sobre a pessoa com deficiência, o modo cruel como eram tratados foi paulatinamente questionado, o que propiciou uma nova visão acerca das pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. Tais estudos estabeleceram um debate em torno de possibilidades para se

integrar esses indivíduos à vida social.⁷ Na França, durante a revolução, os deficientes passaram a ser tratados em hospitais ou asilos, em que grande parte desses era formada por soldados mutilados por guerras e conflitos.

Na história humana é possível, perceber que um olhar diferenciado para a condição do deficiente ocorreu a partir do momento que a deficiência deixou de ser somente aquelas decorrentes de má formação ou de doenças, mas sim quando essa passa ser resultado de mutilações de soldados que estavam em batalha por um ideal político e econômico de uma nação. Desse modo, não cabe mais a deficiência como algo advindo do pecado ou castigo humano, ficando a cargo da sociedade condenar os bravos mutilados das guerras a subcondição humana da deficiência.

Segundo Silva (1984), em 1789 tem início uma busca por melhorar a condição de vida dos deficientes físicos. Muitas criações surgem em prol desse ideal: desde as muletas até carros adaptados para atender as necessidades de pessoas com deficiências. Influenciado pelos acontecimentos mundiais da época, como a Revolução Francesa e suas ideias de igualdade e liberdade, o imperador D. Pedro II criou o Instituto Benjamim Constant em 1854 e o Instituto dos Surdos e Mudos em 1857, com vistas à integração de pessoas com deficiência.

Desde então, instituições foram criadas, várias religiosas ou de caráter filantrópico, financiadas pelo Estado e auxiliadas pelas comunidades. Muitas dessas instituições se propõem a prestação de serviços às pessoas com deficiência, como é o caso da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), que desde 1950 vem trabalhando na causa dos deficientes.

A educação para pessoas com deficiência nesse período era de um ensino relacionado basicamente a condições de sobrevivência, o que nós conhecemos hoje como Atividades de Vida Diária. As Atividades de Vida Diária são conhecimentos concretos que garantem a sobrevivência desse aluno no dia a dia: como se alimentar sozinho, usar o sanitário de forma concreta, fazer sua própria higienização, cozinhar, realizar pequenas tarefas, etc. Muitos deficientes, no atual sistema de ensino, ainda

⁷ O menino Aveyron, como relata Pessotti (1984), foi encontrado no bosque, em 1798, por caçadores. O “selvagem” recebeu esse nome do médico francês Jean Marc Itard. Philippe Pinel (psiquiatra) diagnosticou o menino como sendo um idiota essencial; o mesmo quer dizer que ele não teria possibilidade de ser educado. Itard (1774-1838) se opôs a esse diagnóstico de Pinel, pois acreditava que a idiotia (como era chamada na época a deficiência mental) era uma consequência de uma situação cultural e não biológica. Pessotti (1984) relata que com a tarefa de educar o *menino selvagem de Aveyron*, o médico Jean Marc Gaspard Itard (1774-1838) tornou-se pioneiro da educação especial.

precisam receber esse tipo de treinamento, principalmente àqueles que estão relacionados ao grau de comprometimento intelectual de cada um.

2.1-EDUCAÇÃO INCLUSIVA: (DES) CONSTRUINDO IMAGINÁRIOS SOBRE O DEFICIENTE

A desembargadora Marília de Castro Neves, publicou em redes sociais sua opinião sobre a notícia que informava sobre a conquista de uma professora, que se graduava sendo portadora da síndrome de Down; o título exaltava o Brasil como *“primeiro país a ter uma professora com síndrome de Down”*. A referida desembargadora publicou em sua rede social o seguinte texto:

“voltando para casa e, porque vivemos em uma democracia, no rádio a única opção é A voz do Brasil... Well eis que senão quando, ouço que o Brasil é o primeiro em alguma coisa!!! Apuro os ouvidos e ouço a pérola: o Brasil é o primeiro país a ter uma professora portadora de síndrome de down!!! Poxa, pensei, pensei, legal, são os programas de inclusão social... Aí me perguntei: O que será que essa professora ensina a quem??? Esperem um momento que eu fui ali me matar e já volto, tá? (JORNAL IPANEMA, 21-03-2018)

Na fala da desembargadora, pode se perceber como as representações e o imaginário acerca da condição do indivíduo com deficiência são negativamente construídos na sociedade.

Em resposta a essa visão preconceituosa e discriminatória, temos a carta que a professora publicou em redes sociais, esclarecendo sua condição de professora que estuda, participa e planeja as aulas e integra o quadro de professores da escola, cumprindo sua função de educadora como todos os outros professores.

Pecado para a Juíza Marília

Não Quero bater boca com você!
Só Quero dizer que

Tenho Síndrome de Down e sou professora
auxiliar de crianças em uma escola de Natal
(RN).

Trabalho à tarde todos os dias com
minha equipe que tem uma professora
titular e outra auxiliar.

Eu ensino muitas coisas para as
crianças. A principal é que elas
sejam educadas, tenham respeito pelas
outras, aceitem as diferenças de cada
uma, ajudem a quem precisa mais.

Eu estudo o planejamento, eu
participo das reuniões, eu dou opiniões,
eu conto histórias para as crianças, eu ajudo
nas atividades, eu vou para o parque com
elas, acompanho as crianças nas aulas de
inglês, música e educação física e mais
um monte de coisas.

O que eu acho mais importante
de tudo isso é ensinar a incluir as
crianças e todo mundo pra acabar com
o preconceito porque é crime.
Quem discrimina é criminoso!

Débora Araújo Seabra de Moura

Figura 1 – Carta da professora Débora Araújo Seabra de Moura. Imagem retirada da internet, disponível em: <<https://katyta.blog.br/wp-content/uploads/2018/03/carta-professora.jpg>>. Acesso em: 23/06/2018.

Pode-se perceber, no decorrer da história, como o indivíduo deficiente foi considerado incapaz de produzir e viver de modo independente, tornando-se um fardo tanto para a família, quanto para a sociedade. Havia um consentimento de que o sujeito “diferente” era fruto do pecado, isto é, um castigo divino. A deficiência também estava ligada à crença de que sua causa era relacionada à incorporação demoníaca, tudo para justificar o abandono e o extermínio a que eram submetidos. Todas essas crenças vão sedimentar a construção do imaginário coletivo em torno da pessoa com deficiência.

Esse imaginário construído ao longo da história faz parte do modo preconceituoso como a sociedade atual percebe e lida com o deficiente. O preconceito é uma construção histórica-social-cultural, derivado de questões políticas, religiosas e econômicas. De acordo com Sandra Jatahy Pesavento,

Há um lado do imaginário que se reporta à vida, mas outro que se remete ao sonho, e ambos os lados são construtores do que chamamos de real. Nessa medida, na construção imaginária do mundo, o imaginário é capaz de substituir-se ao real concreto, como um seu outro lado, talvez ainda mais real, pois é nele que as pessoas conduzem sua existência. (PESAVENTO, 2003:47-48)

O imaginário comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, e valores; é construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no mundo social. Segundo Pesavento, “o imaginário é um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2003:43); é possível, pois, afirmar que o tempo e o contexto histórico-social no qual estamos inseridos determinam as interpretações. Assim, as representações que as instituições naturalizam, ou não, moldam comportamentos e atitudes. Inserido em uma sociedade, o indivíduo absorve imaginários que dão sentido e orientação para as suas práticas cotidianas. Esses sistemas de representações podem conformar preconceitos, capazes tanto de incluir como de excluir o indivíduo de um determinado grupo social. Portanto, pensar o sujeito deficiente é acessar representações postas sobre as deficiências na sociedade sobre inclusão e exclusão.

Tomaz Tadeu da Silva (2000) explica tal proposição afirmando que

Pode-se levantar questões sobre o poder da representação e sobre como e porque alguns significados são preferidos relativamente a outros. Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. (SILVA, 2000:18)

Depreende-se dessa reflexão que as representações construídas pelas linguagens (discursos, imagens, sons), quando construídas de forma negativada, podem corroborar para os processos de exclusão. Tomaz Tadeu nos apresenta um exemplo significativo dessa possibilidade. Vejamos:

Em seu sentido estrito, só podem ser consideradas performativas aquelas proposições cuja enunciação é absolutamente necessária para a consecução do resultado que anunciam. Entretanto, muitas sentenças descritivas acabam funcionando como performativas. Assim, por exemplo, uma sentença como “João é pouco inteligente”, embora pareça ser simplesmente descritiva, pode funcionar - em um sentido mais amplo - como performativa, na medida em que sua repetida enunciação pode acabar produzindo o “fato que supostamente

apenas deveria descrevê-lo. É precisamente a partir desse sentido ampliado “performatividade” que a teórica Judith Butler analisa a produção da identidade como uma questão de performatividade. (SILVA, 2000:93)

A premissa acima, defendida por Tomaz Tadeu da Silva (2000), deixa ver como as representações acerca do indivíduo podem corroborar para sua exclusão social. Enquanto Tomaz Tadeu da Silva trata da exclusão conformada pelas representações construídas acerca de um determinado grupo ou de indivíduo, Robert Castel trata da exclusão como produto das relações de poder econômico no seio do sistema capitalista.

Em seu livro *As metamorfoses da Questão social: uma crônica do salário*, Robert Castel (1998) faz uma análise do quanto às diferenças e exclusões sociais também podem ser resultantes das relações de poder econômico presente no sistema capitalista. Nesse sistema, segundo Castel (1998), o indivíduo que não tem condições de subsistência, considerado improdutivo, é colocado em uma condição de subcidadania ou infracidadania, tornando-se desse modo excluído do conjunto das relações sociais.

O que é ser cidadão varia no tempo e na história da humanidade; então, a cidadania não tem uma definição estanque. Como acredita Pinsky (2012), cidadania “é um conceito histórico o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço”; no conceito e na prática da cidadania estão intrínsecos a organização social, os costumes, a cultura e a religião de um povo.

Enfim, para Pinsky, ser cidadão:

é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, a igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis não asseguram a democracia sem o direito os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena e ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSKY, 2012:9)

A história da cidadania é marcada por lutas e revoluções sociais, e teve como marcos importantes a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa. Esses dois eventos romperam com o princípio de legitimidade que vigorava até então, “baseado nos deveres dos súditos, e passaram a estruturá-lo a partir dos direitos do cidadão” (PINSKY, 2012:10). Muitas lutas e reivindicações foram travadas para que se ampliasse o conceito e a prática de cidadania a grupos sociais como mulheres, crianças, negros, indígenas, homossexuais, deficientes mentais, deficientes físicos..., ou seja, as minorias nacionais, étnicas, sexuais e etárias. Nesse sentido, como afirma Pinsky

(2012), a acepção mais ampla de cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia.

Sendo a cidadania e a participação do sujeito na sociedade, com seus direitos e deveres, garantidas pelo Estado, pode-se dizer que muitos que não conseguem ser cidadãos estão numa condição de subcidadania. Por estarem à margem da sociedade e não terem a garantia da prática e do exercício da cidadania, grupos sociais fragilizados socialmente como os deficientes têm dificuldade de participar da sociedade como cidadãos.

Castel (1998) utiliza o termo “vagabundos” para comparar o quão segregado vive a pessoa que não participa do sistema de produção capitalista. Nessa perspectiva, a pessoa com deficiência, por ser considerada como “improdutiva”, como pensada na concepção da desembargadora, encontra-se no grupo dos excluídos ou vagabundos passíveis das práticas de mendicância que propiciam a condição da perda da cidadania.

As pessoas com deficiência no sistema capitalista, pela sua condição de excluídas, são vistas como seres dependentes e/ou incapazes; não participam com igualdade da produção, tem dificuldades em “trabalhar”, inclusive quando trabalham ainda não são reconhecidas como cidadãos capazes; vide exemplo a fala da desembargadora, teoricamente uma cidadã representante do poder judiciário, instituição responsável por garantir o acesso aos direitos do cidadão, se pronunciando publicamente através de um discurso que marginaliza os deficientes impondo a eles o não direito à cidadania.

O não reconhecimento do cidadão enquanto deficiente acaba por impor à família a responsabilidade de cuidar e garantir a sobrevivência desse indivíduo; muitos, quando não tem a família como garantidora de sua sobrevivência, acabam por virar “mendigos”. A mendicância não é uma escolha do sujeito, mas uma condição de extrema segregação que o capitalismo impõe aos sujeitos numa concepção sistemática de improdutivos; ela retira toda a perspectiva do indivíduo de acessar, de forma autônoma, a cidadania.

O capitalismo oprime grupos considerados improdutivos, num processo de afastamento desses grupos dos centros das decisões, sejam elas políticas, sociais, econômicas e culturais. A exclusão coloca à margem da sociedade determinados grupos sociais que apresentam características consideradas impróprias para participar do sistema, como é o caso da pessoa com deficiência. A exclusão social provoca o isolamento, preconceito e a perda do exercício da cidadania.

Para Castel, “[...] os excluídos são alijados da dinâmica social justamente por não terem nenhum direito, nenhum atributo, ou recurso necessários para poder participar da vida coletiva” (CASTEL, 2008:36). Ele define que a exclusão gera discriminação negativa, onde o sujeito é associado a um destino embasado numa característica que não escolheu, mas que os outros devolvem como uma espécie de estigma. Para este estudioso, a “discriminação negativa é a instrumentalização da alteridade, constituída em fator da exclusão”. Castell ressalta ainda que os “incapazes” correspondem aos indivíduos que se encontram em “desvantagem”, pois se “trata de populações realmente excluídas de qualquer participação nas trocas produtivas” (CASTEL, 1998:367).

Mesmo que hoje existam leis objetivando a inclusão da pessoa com deficiência, o fato de que essas pessoas estejam assistidas pelo Estado e protegidas pelas leis não significa necessariamente a possibilidade de exercício pleno da cidadania. Nesse sentido, Castel questiona: “Qual é, realmente, o pensamento da lei? É substituir o arbitrário da esmola pela certeza de um direito” (CASTEL, 1998:387). Ou seja, as leis buscam assegurar a cidadania, que é o exercício pleno dos direitos civis, num sistema onde poucos têm acesso a exercê-los; a lei é uma forma de normatização das ações conquistadas nas lutas por direitos.

Coriolano (2005) usa o termo exclusão/inclusão, pois o indivíduo excluído da sociedade capitalista somente está nessa condição porque é participante no mesmo sistema. A exclusão/inclusão, para a autora, são “faces da mesma moeda”; isto é, uma só existe em função da outra, e só se pode incluir o que está excluído. O contraponto da exclusão é a inclusão.

Define-se por exclusão a marginalização/segregação do sujeito na sociedade, como é o caso das pessoas com deficiência. A sociedade desclassifica determinados grupos pelas suas características de origem, raça, etnia, gênero, etc.; estes grupos/indivíduos são, de alguma maneira, impedidos de participar em condição de igualdade na sociedade.

A inclusão é o processo onde a sociedade procura abrandar os efeitos da exclusão; Matos define inclusão como uma “relação de pertencimento, baseada no princípio da igualdade: há algo que nos aproxima que nos identifica como pessoas. Estamos incluídos na sociedade humana pelo princípio da identidade, mas podemos ser excluídos pelo princípio da diversidade sempre que a diversidade resulte em

discriminação” (MATOS, 2013). Pensada assim, a inclusão é a aceitação das diversidades, e a luta pela igualdade de oportunidades para todos.

Sasaki também estabelece o debate em torno do conceito de inclusão ao afirmar que:

Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações. (SASSAKI, 2009:01)

Sasaki mostra que é imprescindível entender e questionar os “conceitos inclusivistas” para que possamos ser participantes de uma sociedade que seja para todas as pessoas, independentemente de sua cor, idade, gênero, tipo de deficiência e qualquer outro atributo pessoal. O conceito de inclusão pensado por Sasaki envolve a sociedade num movimento de mudança social e de mentalidade, onde todos possam participar de forma plena e igualmente em todos os seus aspectos. A inclusão social, ainda segundo o autor, “constitui, num processo bilateral onde a sociedade e as pessoas ainda excluídas buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (SASSAKI, 2000:39).

Com base nas falas de Romeu Kazumi Sasaki, a inclusão social

é uma prática que repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. A diversidade humana, é representada, principalmente, por origem nacional, sexual, religião, gênero, cor, idade, raça e deficiência. (SASSAKI, 2000)

No mundo contemporâneo, o processo de inclusão está sendo implementado gradualmente nos sistemas sociais, nas escolas, no lazer, nos transportes, bem como em diferentes outros espaços. A inclusão ocorrerá de fato quando todos tiverem assegurados acesso a esses sistemas sociais. A construção de uma sociedade inclusiva é um processo gradual que, de acordo com Sasaki,

contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, imobiliários e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também da própria pessoa com deficiência. (SASSAKI, 1997:40)

As propostas de inclusão escolar precisam oferecer às crianças com deficiência uma educação inclusiva. Carmona e Soares (2002) destacam que uma sociedade democrática deve ter como princípio proporcionar condições para que todos os

educandos, dentre estes os alunos com deficiência, participem do processo de ensino/aprendizagem. Para as autoras, o processo educativo na escola é fundamental para que os deficientes possam desenvolver suas capacidades. Nessa ordem de pensamento, percebe-se que a aceitação e o respeito às diferenças é essencial no preparo para o exercício da cidadania.

Sobre a escola inclusiva, Sasaki (1997) diz que esta se caracteriza não por um conjunto de práticas, mas sim num compromisso contínuo de desenvolver capacidades de acolher as mais variadas diferenças individuais entre os estudantes. A escola, ao identificar as diversidades sociais, culturais, emocionais e físicas provenientes de características individuais ou coletivas, deve reafirmar seu compromisso com a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos. Tal prática pedagógica pode possibilitar que muitos alunos com deficiência ainda excluídos do sistema educacional possam ser incluídos neste espaço se levadas em conta as suas diferenças. Vale ressaltar ser fundamental que a escola crie mecanismos para que essas diferenças não se tornem relevantes a ponto de ser fator de exclusão e, conseqüentemente, de desistência da escola.

A escola que tem como princípio a inclusão acredita que todas as crianças podem aprender juntas, independentemente de sua dificuldade ou diferença. Segundo Ropoli *et al.*:

A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. Ela questiona a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específico de alunos, e a seleção dos eleitos para frequentar a escolas, produzindo, com isso, identidades e diferenças, inserção e/ou exclusão.” (ROPOLI *et al.*, 2010:07)

A inclusão seria a construção de uma nova sociedade com transformações não somente nos seus espaços, mas também na mentalidade de todos e até mesmo da pessoa com deficiência. Essas transformações são resultantes de ações coletivas, individuais, de movimentos sociais e implementação de políticas públicas que levaram ao estabelecimento de um amplo debate em torno da necessidade de inclusão, especialmente no que se refere à educação.

Nesse contexto, foram elaborados diversos documentos, entre os quais a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que preconiza o direito à igualdade para todos; em seu 1º artigo prescreve que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

No artigo 26 da Declaração dos Direitos Humanos, há uma referência a importância de instrução do homem quando diz que:

Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada aos seus filhos. (Declaração Dos Direitos Humanos: art. 26)

Na Declaração dos Direitos Humanos há um entendimento que o direito à igualdade e o desenvolvimento do homem estão ligados à educação. A gratuidade da instrução se faz necessária para que dessa forma o conhecimento seja para todos.

Um dos fatores que reproduz as desigualdades sociais é a falta de acesso à educação para todos. Paulo Freire pensa a educação como um direito básico do ser humano; ao pensar educação, o autor reporta ao entendimento do que seja ter Direitos Humanos:

Não precisamos nem sequer tentar definir o que entendemos por Direitos Humanos, mas no momento mesmo em que pensamos em Educação e Direitos Humanos, direitos básicos, o direito de comer, o direito de vestir, o direito de dormir, o direito de se ter um travesseiro e a noite colocar a cabeça nele, pois este é um dos direitos centrais do chamado *bicho gente*, é o direito de repousar, pensar, se perguntar, caminhar; o direito a solidão, o direito a comunhão direito de estar *contra*; o direito de brigar, de falar, ler escrever; o direito de sonhar, o direito de amar. Eu acho que esses são direitos fundamentais, por isso mesmo comecei pelo direito de comer, de vestir de estar vivo, o direito de decidir, o direito ao trabalho, de ser respeitado, quando a gente pensa e percebe e constata a politicidade da educação, esta coisa que inviabiliza a educação como prática neutra. (FREIRE, 2001:94-95)

Paulo Freire (2001) propõe a transformação da sociedade baseada em princípios democráticos, em que os direitos de uns não sejam construídos em detrimento dos outros. O princípio da igualdade está baseado para o autor na questão de oportunidade, que está relacionada no direito ao acesso à continuidade e estabilidade de uma educação para todos, isto é, uma educação que inclui independentemente da condição econômica, social, física e intelectual.

A questão do acesso à educação para todos os indivíduos passou a ser considerada na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nascimento (2013), afirma que a Declaração Universal dos Direitos Humanos não somente integrou a educação

como direito básico, mas também reiterou a questão de como seria a possibilidade de falar sobre educação.

Carmona e Soares (2002) afirmam que, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, muitos eventos, tanto internacionais como nacionais, foram realizados em prol da inclusão dos deficientes. Entre esses eventos destacam-se a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, de 1990, e a Declaração de Salamanca (Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais), de 1994.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos tinha como prioridade estabelecer um compromisso com os países, no qual todos buscariam meios de garantir conhecimentos básicos necessários ao desenvolvimento da dignidade humana;

Em consequência, nós os participantes da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, reunidos em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990:
Relembrando que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro;
Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional;
Sabendo que a educação, embora não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social. (DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990)

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em Salamanca, reuniu diversos países com o objetivo de reafirmarem o compromisso de uma Educação para Todos, inclusive da pessoa com deficiência, “reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A partir desses eventos, o Brasil, um dos países participantes da Declaração de Salamanca, reconheceu a necessidade e a urgência de se providenciar a educação para pessoas com deficiência. Diante desse reconhecimento, o país se comprometeu a ampliar o sistema regular de ensino para atender a essas pessoas.

Tais reflexões foram reforçadas na Declaração de Salamanca, onde ficou destacado que:

- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança capaz de satisfazer a tais necessidades.
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e

alcançando educação para todos: além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Foi nesse contexto que o Brasil começou a desenvolver propostas de Educação Inclusiva para pessoas com deficiência em escola regular, numa perspectiva de inclusão. Com base nesse amplo debate, leis como a LDB, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, Decreto nº 6.949/2009 dos Direitos da Pessoa com Deficiência, foram criadas com a finalidade de favorecer a igualdade de direitos e voltadas para as necessidades educativas especiais e ou para amparar pessoa em situações de fragilidade social.

A LDB, ao determinar que a Educação Especial deva ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, apontando para efetivação de uma política de educação inclusiva, reafirma o compromisso firmado pelo Brasil na Declaração de Salamanca. Em consonância com os ditames da Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), trata, no Capítulo V, da Educação Especial, art.58: Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos especiais.

A “educação para todos” representa um desafio perante a realidade dos excluídos do sistema educacional, que ficaram à margem da escolarização, mesmo com o estabelecimento da obrigatoriedade da universalização do ensino reafirmada na Constituição Federal de 1988.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com deficiência, Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015:

Art 1º-É instituída a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão e cidadania.

Art 2º - considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Carmona e Soares (2002) relatam que o processo de inclusão escolar, sob esse novo olhar, propõe que crianças especiais necessitam de um ambiente escolar que possibilite experiências para que seu desenvolvimento social e cognitivo, isto é, permita

a sua formação como cidadãos atuantes na sociedade. Esse processo está presente nas representações dos professores sobre a educação inclusiva.

O conceito de inclusão hoje é amplamente discutido; no entanto, pensar sobre inclusão social de pessoas com deficiência é algo ainda novo nas sociedades. Sasaki (1997) destaca que o movimento pela inclusão social vem desde a década de 80, mas que foi mesmo impulsionado nos anos 90. Para o autor, muitos países, inclusive o Brasil, se envolveram nessa discussão sobre a necessidade de se pensar a inclusão. O ápice do crescimento desse pensamento inclusivista ocorre nos 10 primeiros anos do século XXI; a partir do reconhecimento da segregação institucionalizada foi estabelecida uma tradicional integração do deficiente por meio de políticas que visam apenas ao reconhecimento do indivíduo como deficiente, mas sem criar políticas públicas que efetivem a inclusão.

Sasaki (1997) observa que este paradigma de somente se reconhecer as limitações do deficiente como um sujeito passivo vem mudando lentamente, e a inclusão vem sendo pensada sob uma ótica na qual o deficiente tem possibilidade de se tornar um sujeito autônomo e exercer a cidadania garantida a todos os indivíduos. Atualmente, na sociedade brasileira, uma das primeiras instituições a pensar o deficiente como um sujeito de direitos foi a escola.

O Estado Brasileiro, ao implementar leis que assegurassem os direitos desse grupo, permitiu uma outra concepção do sujeito deficiente no espaço educacional. Foi necessário pensar mudanças de atitudes de toda a comunidade escolar, bem como adaptações físicas do espaço concatenadas a uma conscientização e um novo olhar para a criança especial. Embora seja preciso refletir o deficiente em todos os setores da vida social, seja na educação, na escola, na sociedade como um todo, cabe ainda a necessidade de uma reflexão ampla e permanentemente acerca do convívio com a diversidade.

Cabe salientar que a lei por si só não promove todas as transformações para que ocorra a inclusão desses sujeitos; isso muitas vezes se evidencia nas representações postas por professores, pais e mães de alunos deficientes que procuram ressaltar o imaginário social hoje consubstanciado sobre o deficiente e o que a denominação do sujeito como deficiente pode acarretar na sua identidade social.

A professora Lúcia compreende a inclusão como igualdade de direitos, onde todos são construtores de uma mesma história. Na sua percepção, todos pertencem a um mesmo grupo social, e que as representações negativas não podem excluir as pessoas

com deficiência de ter as mesmas oportunidades diante da sociedade. Ao usar a expressão *num mesmo ambiente*, a professora reporta a segregação historicamente imposta às pessoas com deficiência pela sociedade, quando estas eram confinadas a instituições, ou até recentemente, mantidas em casa pelas famílias longe do convívio social:

Inclusão é uma oportunidade de todos num mesmo ambiente, independente das dificuldades das deficiências. Todos num mesmo ambiente, fazendo parte de uma mesma história (Entrevista realizada no dia 24-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A professora Beatriz acredita que a criança com deficiência necessita frequentar as classes de ensino especial, mas não em centros de ensino especial. Ela pensa que essas turmas dentro de uma escola regular também são inclusivas, já que os alunos frequentam os mesmos espaços e compartilham de muitos momentos com os alunos do ensino regular. Na visão da professora, o ensino especial para os alunos com deficiência faz parte de uma escola que pensa inclusão:

Eu acredito que quando a criança já está dentro de uma escola, ela não tem que necessariamente estar numa turma regular, pra eu dizer que ela esteja inclusa ...ela está dentro de uma escola....é...as vezes numa classe especial, não considero classe especial como exclusão....é... porque a criança participa de todos os momentos junto com todas as outras crianças, ela está inserida...no..na ...rotina da escola...e...e frequentando todos os outros espaços também que as crianças...que as outras crianças também.....(Professora Beatriz) (Entrevista realizada no dia 21-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Para a professora Beatriz, o fato de a criança participar de todos os momentos sociais que fazem parte da rotina da escola (refeitório, recreações, sala de leitura, cozinha experimental, festas, comemorações diversas, passeios.etc) se configura como processo de inclusão. Ela considera que ao, estar inserido nesses espaços com as outras crianças do ensino regular, o aluno de classe especial está sendo incluído tanto nas atividades como na escola; entretanto, pode se perceber nessa entrevista que a educação, como diz Sassaki (1997), ainda está caminhando para que possa ser verdadeiramente inclusiva.

A senhora Flora, quando questionada sobre a importância da filha estar numa escola regular de ensino frequentando turmas de educação especial, coaduna com os pensamentos da professora Beatriz. Para ela, ao participar de todos os espaços e ambientes comuns a todos na escola, sua filha está sendo incluída. A senhora Flora

acredita que a filha está sim inserida no processo de inclusão escolar, e que este contato com as crianças do ensino regular faz bem para filha:

sim eu acho melhor por causa da convivência com os outros alunos...das outras turmas ...mesmo não estando estudando nas mesmas turmas...mesmo sendo em..em..turma especial...ela tem contato com outros no intervalo...eu acho que faz diferença para ela.(Flora, mãe de aluna) (Entrevista realizada no dia 25-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A senhora Flora relata que a sua filha frequentou sala de educação inclusiva, mas que, no caso da criança, após passar por avaliações com profissionais da saúde (psicólogos, fonoaudiólogos, neuropediatras), foi entendido que, para melhorar seu desenvolvimento, a aluna deveria frequentar classe especial numa escola regular de ensino:

Ah sim ela já participou...ela já frequentou, acho que dois, três a quatro anos na inclusiva...né...a inclusiva é uma...a.. Turma...uma turma que ela fica com crianças normais...sendo a turma reduzida né...e foi...o ...período que ela ficou foi assim... que eu acho que ..pra ela...interagir mais com crianças normais...mais..ai..foi..durante o período dela ela foi...avaliada ..e...foi melhor ela ficar em turma especial...porque não tava rendendo muito na...inclusiva.. (Flora) (Entrevista realizada no dia 25-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

O processo para se alcançar uma educação inclusiva e suas dificuldades cotidianas pode ser observado na fala da professora Aparecida, que relata as dificuldades vividas no trabalho com alunos especiais. Dentre essas dificuldades estão: falta de material adequado e formação específica para os profissionais que lidam com essas crianças:

a maior dificuldade que eu vejo é a questão da(...) material, do material físico, material concreto,também assim(...)a questão(...)perai(...)é a palavra me fugiu agora(...) a prática e também a teoria, porque quando nós estamos estudando,nós temos, mas não é assim aquela teoria muito voltada, até porque, a gente fica mais voltada pro ensino regular, e daí a secretaria ela disponibiliza alguns cursos, mas tem as seleção e de quem vai e e quem não vai fazer,principalmente nós do contrato,a gente fica muito relegada, então o que a gente aprende o que a gente quer somos nós mesmo que temos que ir buscar,e nem sempre a gente acha os profissionais pra passar esse conhecimento pra gente, a altura do que a gente precisa..(professora Aparecida) (Entrevista realizada no dia 23-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A professora relata a dificuldade em participar de cursos oferecidos gratuitamente pela SEE/DF (Secretaria de Ensino do Distrito Federal), sentindo-se relegada por estar na condição de contrato especial, e não como efetivada por concurso. Para ela, as poucas vagas oferecidas nos cursos da EAPE/DF (Escola de Aperfeiçoamento Profissional - DF) que são, preferencialmente oferecidas aos

professores efetivos, muitas vezes não contemplam as necessidades impostas pela rede de ensino do DF. Essa carência de cursos de formação para todos os professores para ensinarem alunos deficientes prejudica o processo de educação no espaço da sala de aula. Nessa corrida pela busca por conhecimento, Aparecida se sente em desvantagem, mas é interessante perceber que a professora sabe que precisa estudar e se aperfeiçoar para melhor atender o aluno com deficiência.

A senhora Francisca, mãe de uma aluna, relata que tinha uma visão diferenciada em relação a educação inclusiva, fala da distância entre os discursos das palestras tantas vezes ouvidas e a realidade vivida no cotidiano escolar. Como a professora Aparecida, percebe as dificuldades que a educação ainda tem que transpor em relação ao trabalho com alunos deficientes:

A antes assim nas palestras pensava era muito mais diferente né?... nas palestra é uma coisa é na realidade e outra...não porque na...nas palestras eles falam assim... que vai ser assim..assim...que seu filho vai aprender ...é vai ser mais lento...mais vai aprender igual aos meninos normal....mais num é...num é...assim...na realidade num é assimas vezes a criança é alfabetizada e as vezes não. (Francisca, mãe) (Entrevista realizada no dia 25-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Segundo a senhora Francisca, o mundo contado nas diversas palestras sobre o processo educativo do deficiente ainda está no plano da utopia. Quando compara a aprendizagem da filha aos relatos ouvidos nas palestras, ela percebe que a vida cotidiana no espaço da escola frequentada pela filha ainda ilustra as dificuldades encontradas pelos professores em transpor as barreiras diante de um aluno com deficiência.

Tanto os pais quanto os professores entendem que os profissionais que atuam na educação com alunos deficientes necessitam de contínua formação, estudo e atualização; além da formação continuada, fazem-se imprescindíveis ambientes de trabalho adequados e pensados nesses alunos especiais. Mantoan diz que a inclusão pegou a educação de “calças curtas” (MANTOAN, 2003:27); ele usa o termo para definir o despreparo que a educação ainda comporta em todos os seus aspectos quando se propõe a trabalhar com as diversidades, principalmente com os deficientes.

Para Mantoan (2003), a educação tem que, verdadeiramente, dar condições de trabalho com a diversidade. Trabalhar com as diferenças não é somente compreender e aceitar as diversidades no plano da retórica; é preciso transpor o discurso, e exercer de forma prática atividades escolares diárias que reflitam o discurso da aceitação da diversidade no espaço da sala de aula. Portanto, oferecer a todos, respeitando suas diferenças, oportunidades no espaço da sala de aula para que ocorra processos

interativos de aprendizagem, talvez seja o primeiro dos muitos passos para que a escola se torne de fato um lugar inclusivo. Porém, para que isso ocorra, é necessário se pensar primordialmente no profissional que trabalha diretamente com os alunos, no caso o professor. Assim, garantir o direito a aprendizagem é investir na formação continuada do educador.

É necessário um olhar sensível do professor para perceber a diversidade que compõe o espaço da sala de aula. Ao pensar educação inclusiva, o educador deve considerar cada aluno como único e diferente, mas todos devem ser iguais no acesso a oportunidades e direitos.

A professora Aparecida pensa na educação inclusiva como um marco na educação, pois os alunos especiais passaram a ter direito de frequentar os mesmos espaços e ambientes educacionais como qualquer criança; a mesma relata que esses alunos viviam em situação de segregação pelo Estado, pelas leis e pelas famílias:

eu vejo a educação inclusiva como um grande marco na educação voltada principalmente para os alunos especiais , que como a história mesmo fala, antes eram completamente segregados, até pela própria família, imagina pelas leis, hoje não ,já tem uma abertura bem mais considerável ne, e as escolas é, com esse novo modelo dessa inclusão da mais espaço para os alunos terem, é, mais liberdade dentro das salas dos alunos normais....do ensino regular, então eu acho mito importante.(Professora Aparecida) (Entrevista realizada no dia 23-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Na fala da professora, pode-se evidenciar o pensamento discutido por Castoriadis (1982) em seu livro *A Instituição Imaginária Da Sociedade*, onde trata de como as instituições sociais usam da linguagem e da imagem construídas pelo mundo social. No caso do deficiente, essa imagem foi, quase sempre, ao logo da história das instituições sociais, construída de forma negativada e estereotipada; muitas vezes essas representações legitimam práticas sociais calcadas em processos de exclusão de determinados grupos.

A professora Maria, ao entender que a inclusão dá acesso ao aluno dentro de uma estrutura regulamentada, faz alusão às leis que devem ser feitas para todos, independentemente de serem deficientes ou não. No que tange aos alunos, a professora salienta que eles têm o direito de participar de uma escola que tenha como objetivo priorizar a questão da aprendizagem nas diversidades:

Inclusão é permitir que um estudante tenha acesso a sua aprendizagem dentro de uma estrutura que é regulamentada e que é regular,e que é ideal,e que é para todos. Independente dele ter uma deficiência ou não, ele está ali naquele espaço...usufruindo de uma mesma estrutura, no caso uma estrutura escolar,

um ambiente escolar que é igual para todos.(Professora Maria) (Entrevista realizada no dia 20-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A professora Lia considera que o trabalho diversificado é um modo de inclusão; no seu entendimento, considera que, ao trabalhar com todos os alunos a mesma atividade, o mesmo conteúdo e currículo, faz com que o aluno incluso tenha as mesmas oportunidades dadas aos outros alunos. Entender que os alunos são diferentes em suas motivações, e que cada um tem seu tempo, deve ser considerado; por isso, no respeitar as diferenças e que se faz importante o trabalho diversificado.

Inclusão é não ter diferença de um...pro outro é você trabalhar de forma diferenciada com a mesma atividade fazendo que o aluno incluso ele tenha a mesma oportunidade dos outros.(Professora Lia) (Entrevista realizada no dia 22-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Trabalhar diversificado com o aluno é respeitar seu tempo de aprendizagem, é o professor assumir um papel de mediador, propondo diferentes alternativas para a construção do conhecimento. Portanto, o professor mediador deve considerar as diferentes realidades de cada educando e seu desenvolvimento pessoal; também deve contextualizar as atividades e diversificá-las para que atendam e envolvam o aluno de maneira tal que o levem a refletir a cerca do que está sendo ensinado.

Mantoan (2003) explica que as ações educativas devem ter como eixos o convívio com as diferenças e que as aprendizagens devem ser construídas relacionadas às experiências de vida dos alunos, tendo como norte uma produção participativa, que faz sentido para o educando, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. “A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora” (MANTOAN, 2003).

A base da cidadania está também na educação, ser cidadão e ter direitos e deveres, implica direitos iguais para todos, usufruto de direitos civis, políticos e sociais, “sendo todos iguais perante as leis, sem discriminação de raça, credo, condições físicas, sexo e idade, todos tem o domínio sobre o seu corpo e sua vida, todos tem direito a educação, saúde e habitação e lazer e ter direito a um trabalho que garanta sua subsistência” (MATOS, 2013:40). Nesta relação, cabe acrescentar o direito de expressar-se livremente, de se engajar em partidos políticos e sindicatos e lutar pelos seus valores e direitos.; logo, é no desenvolvimento do pensamento crítico em relação às

realidades postas que o aluno encontra na educação condições de construir se como cidadão reflexivo e participativo.

O exercício da cidadania também compreende os deveres de ser cidadão como: “ter responsabilidade em conjunto pela coletividade; cumprir as normas e propostas elaboradas e decididas coletivamente; participar dos atos do governo direta ou indiretamente, ao votar, ao pressionar órgãos governamentais ou de governança em nível municipal, estadual, federal mundial.” (MATOS, 2013:40). O exercício da cidadania em todos os seus aspectos é que faz do sujeito um cidadão, pois só existe cidadania quando há a consciência da função de ser cidadão.

Na fala da professora Aparecida, a compreensão do que seja cidadania está ligada à concepção de direitos e deveres; é perceptível na sua fala que a cidadania é um direito inerente ao cidadão desde o seu nascimento:

Cidadania é o direito que nós temos, em todos os lugares nós temos que exercer aquilo que é justo, aquilo que é correto, porque o cidadã é aquele que é consciente dos seus direitos e...não só consciente, mas inconsciente também, porque a gente já nasce com aquela ideia do que é certo e o que é errado, e num é porque uma pessoa faz uma coisa errada que ela deixa de ser cidadã, tipo assim é cidadã porque ela pertence a sociedade, pertence ao mundo.”(Professora Aparecida) (Entrevista realizada no dia 23-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A professora concebe ainda a cidadania como um estado de inércia, isto é, todos têm direitos pré-concebidos pelas leis, ficando a condição de ser cidadão restrita a essa concepção legal. Matos discorda desse pensamento ao afirmar que “a condição de existir da cidadania não é um estado estático que se atingiu ou se perdeu, e não há mais nada a fazer . Ao contrário, é um conceito dinâmico que se constrói e se reconstrói contínua e dialeticamente” (MATOS, 2013:41).

Na fala da mãe senhora Janaina, percebe-se que o entendimento do que seja cidadania ainda necessita ser difundido e trabalhado incessantemente com todos os sujeitos da comunidade escolar:

Exercer a cidadania, o que eu vejo muito falar e exercer (...) assim (...) é como é que e diz(...) são os direitos? Seria isso? (...) são seus direitos,(...)e(.)e(...) né poder exercer seus direitos e né porque uma cidadania é um cidadã né?. Acredito que seja isso assim no final(...) não ficou bem claro , porque até mesmo eu num entendo e num sei de cidadania.”(Janaina ,Mãe) (Entrevista realizada no dia 2-07-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A concepção de cidadania na fala dessa mãe é de ter direitos como algo a receber; portanto, é um indivíduo que recebe, não o sujeito que luta, que participa, que

constrói, que é agente da existência desse direito, que pressupõe os seus deveres, que constrói a sua história. Para Janaina, é plausível que o seu entendimento do que vem a ser cidadania está ainda em construção ao afirmar não entender e não saber o que seja cidadania. Na fala da mãe, percebe-se a relação entre conhecimento, cultura e poder, expressada no pensamento freireano, onde a educação pode transformar a condição do oprimido, levando-o ao pensamento crítico possibilitador da sua liberdade.

Paulo Freire destaca que “somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua convivência, com o regime opressor” (FREIRE, 2005:72). Nesse entendimento, a questão da cidadania é concebida como um ato libertador onde o sujeito age não por intuição ou mecanicamente, mas sim com ações que são reflexivas, muito além de serem puramente ativistas, mas sim para que estas se tornem práticas. O diálogo crítico e libertador, que antecede a ação, “tem que ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a sua luta pela libertação” (FREIRE, 2005:72).

A senhora Carmem, mãe de aluna, tem uma concepção definida de cidadania e ser cidadão; exemplifica que todos somos cidadãos, com direitos e deveres; ela ressalta o direito político, o direito social ao trabalho, a moradia, a educação e tantos outros. Segundo ela, todos têm deveres; percebe-se na fala dessa mãe um esclarecimento da sua condição de cidadã:

cidadãos somos todos nós, né, eu você, as crianças todos né, mas cidadania, o cidadão dentro do, da área assim como se diz, do educacional, mas cidadania, cidadã na vida, no geral, na sociedade, pra ela exercer os seus direitos, suas funções, pra ela é muito difícil, as pessoas com necessidade especial, com limitações, com algum, até dificuldade intelectual, pra eles serem cidadão e exercer os seus direitos é difícil, porque a sociedade ainda é muito preconceituosa, então cidadão é aquele que tem direito, a votar, tem direito a ser votado, direito a trabalhar, tem direito a tantas coisas, mas também tem deveres, né, mas a gente vê que muitas vezes eles não são reconhecidos como cidadãos. (Carmem, mãe) (Entrevista realizada no dia 26-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A senhora Carmem relata que o preconceito ainda presente na sociedade em relação às pessoas com deficiência se torna uma barreira para que esta possa exercer suas funções de cidadã. Oliveira afirma que as pessoas deficientes são vitimadas por discursos, representações, imaginários e práticas sociais de exclusão. Ao serem consideradas “diferentes”, são definidas por rótulos e por “imagens negativas, sofrem

práticas de discriminação que inviabilizam ou minimizam sua participação na sociedade como cidadãos” (OLIVEIRA, 2004:128).

Ao tratar da relação entre cidadania, diversidade e educação inclusiva, Maria Almerinda de Souza Matos ressalta como a discriminação dificulta o convívio com as diferenças. Ela ressalta que

conviver com a diversidade tem se mostrado um sério problema para a espécie humana. Longe de representar riqueza, ela é geralmente percebida como grave ameaça externa; fonte permanente de desconfiança, empecilho para a realização dos nossos projetos. O “outro” é aquilo que nós não somos. Ele coloca em xeque a nossa verdade, questiona os nossos valores, relativiza a nossa identidade. É preciso desqualificá-lo. (MATOS, 2013:45)

Diante da realidade posta pelas diversas práticas de exclusão e desqualificação do outro às quais Matos se refere, um número significativo de crianças e jovens são colocados à margem do ensino. Os educandos em tal condição se encontram privados do acesso à cidadania e ao desenvolvimento a que têm direito. Para uma prática educativa transformadora de tal realidade, Morin afirma:

São necessárias novas práticas pedagógicas para uma educação transformadora que esteja centrada na condição humana, no desenvolvimento da compreensão, da sensibilidade e da ética, na diversidade cultural, na pluralidade de indivíduos, e que privilegie a construção de um conhecimento de natureza transdisciplinar, envolvendo as relações indivíduo-sociedade-natureza. Esta é a condição fundamental para a construção de um futuro viável para as gerações presentes e futuras. (MORIN, 2011:13)

Com base nas reflexões de Morin em consonância com Ropoli *et al.* (2010), percebe-se que o ambiente escolar deve ser fundamentado em uma concepção de identidades e diferenças, onde as relações não se ordenem em torno de dicotomias, tais como: normal/especial, branco/negro, masculino/feminino, pobre/rico, onde uma identidade não seja eleita como norma ou privilégio diante das demais.⁸

Para Tomaz Tadeu da Silva (2013), a diferença e uma característica culturalmente construída não é algo naturalmente dado. Os processos de exclusão ocorrem nas estruturas institucionais, linguísticas e econômicas.

A senhora Carmem percebe no seu cotidiano que as pessoas com deficiência não conseguem exercer seu papel de cidadão; ela diz que a garantia do exercício da cidadania se dá com muita luta:

⁸ Para um debate mais ampliado em torno do conceito de identidade ver em HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós – Modernidade. - 10ªed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

nem sempre, nem sempre, porque tudo que a gente vai conseguir, é pros nossos filhos, eu falo nossos filhos porque a Ana ainda é pequena, mas pras pessoas no geral que tem deficiência é só através de luta, de justiça, por incrível que pareça sabe? Ela tem direito a isso, tem direito aquilo, outro e , num sei o que, num sei o que,mas a gente vê tanta coisa absurda, na sociedade,que aí você fica pensando, meu Deus! Que mundo é esse sabe, é relatos direto de , de crianças que são excluídas,é na sociedade,de um modo geral,seja sabe, na área de diversão, seja na área de educação,e em tudo,porque se ela tem uma perspectiva de vida maior,hoje em dia né as crianças com síndrome de down, elas tem uma perspectiva de vida bem maior, do que a alguns anos atrás, só que aí você começa a ver bebezinho começa a ir pra escola, começa a ser inserido,a na sociedade você leva num parque, você vê que as crianças não querem brincar,você vai pro cinema, se a criança ela tem algum estereótipo, ou se ela começa a falar mais alto ou começa a gritar que é o caso dos, das crianças altistas, todo mundo já começa com não me toques, já que sentar longe,num quer, sabe , num quer ter contato,então tem muitas crianças que eu conheço,que os pais num levam pro cinema , não leva pro parque, sabe, porque, :- a não prefiro ficar em casa,e a criança acaba se tornando anti social porque? Porque são rejeitadas, ai quando chega na adolescência, elas começam a se despertar,pra poder frequentar locais né, com os grupos,da sua idade, e , também não são aceitas são discriminados,trabalho hoje em dia, são poucas empresas, que oferecem, então assim eu vejo,nos grupos que a gente tem de watzap,muita mobilização, muita gente buscando isso sabe, é capacitação profissional,inserção sabe? Na sociedade,é,buscando inserir verdadeiramente as pessoas com necessidades especiais,porque, pra falar é muito fácil, agora vai , viver, vai conviver,é difícil,vai estar no meio, vai conviver,vai ter uma pessoa na sua família que você vai ver como é difícil” (Carmem, Mãe) (Entrevista realizada no dia26-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Robert Castel reforça as palavras da mãe ao afirmar que “A discriminação é escandalosa porque ela se constitui numa *negação do direito*,os direitos inscritos na Constituição e em principio substanciais ao exercício da cidadania” (CASTEL, 2008:12).

As situações de discriminação social destacadas por Carmem reportam as questões das representações vinculadas ao deficiente que são, em geral, negativadas e pré-concebidas em um discurso que se baseia na condição física e intelectual do sujeito como inferior, incapaz e, portanto, improdutivo. No relato da mãe, as pessoas especiais são excluídas de todos os espaços sociais, no lazer, na educação, no trabalho, e que para uma mudança dessa condição procura estar sempre em busca de transformar esse pensamento que foi construído socialmente. Através de informação e mobilização com outros pais de pessoas com deficiência é que ela luta cotidianamente para garantir à filha o exercício da cidadania e o direito de ser cidadã.

Em uma perspectiva de inclusão, devemos pensar em como as identidades são transitórias, instáveis, inacabadas e, portanto, os indivíduos não podem ser classificados

de acordo com determinadas características e ou capacidades arbitrariamente escolhidas, naturalizadas e fixas; sendo incorreto, portanto, atribuir a certos alunos identidades que os mantenham nos grupos de excluídos, ou seja, nos grupos de alunos deficientes, com problemas de aprendizagem e outros. É incabível fixar uma identidade que não só justifica a exclusão dos demais, como igualmente determina alguns privilegiados.

Para a mãe da aluna Ana, a educação inclusiva seria aquela que aceita a criança como ela é, numa posição de igualdade, onde a diferença seja respeitada, e não apenas passivamente tolerada. Incluir é, portanto, oferecer a todos, independente de suas características e individualidades, as mesmas oportunidades de conhecimento, acreditar e trabalhar com as capacidades de cada aluno em suas singularidades:

“a escola inclusiva pra mim, é eu acho que é aquela que aceita a criança, como ela é, entendeu? E que oferece oportunidade, porque se a escola dá oportunidade pra criança acreditando que ela tem um potencial, que no tempo dela ela vai aprender, que do jeito dela, ela vai conseguir fazer, reconhecendo que aquilo que ela tá fazendo, a criança tá fazendo, é o máximo que ela faz, que ela se esforça, que ela tá tentando, sabe, aprender, que ela tá tentando conviver com as outras, então se a escola valoriza e aceita a criança sem criar rótulos, então se a escola faz isso, pra mim, isso é inclusão, não é só colocar ela numa sala, a não ela tá lá, tá junto com mais quinze sei lá, dezoito alunos tá numa turma reduzida, não, mas você tem que introduzir ela, fazer com que ela participe, e oferecer os direitos a ela que os outros tem, oferecer oportunidade, acho que a palavra chave é oportunidade, sabe porque muitos professores, muitos profissionais, não só professores, profissionais mesmo da educação tem mania de quando chega uma criança, já rotula, criança quando tem dificuldade de aprendizado, de aprendizagem, as vezes ela, fica reprovando, retida, dois três anos aí já cria aquele rótulo na criança, a que aquilo ali num que aprender não, aquilo ali não aprende não, aquilo ali é assim, assim, mas não sabe o que se passa por de trás qual a realidade, familiar, se a criança tem alguma estrutura favorável pra ela aprender, então, eu acredito, eu acho que a inclusão é não criar rótulos, não rotular, e, e oferecer oportunidades, né? eu acho que é isso a base de tudo com respeito, se aceitar a criança na limitações dela, e valorizando o que ela é capaz de fazer” (Senhora Carmem, mãe) (Entrevista realizada no dia 26-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Ao dar ênfase na rotulação criada em torno do aluno especial, a mãe destaca a posição conservadora perante a diversidade instituída nas escolas. A percepção de que a “diferença deve ser compreendida e não apenas aceita e tolerada” (MANTOAN, 2003:20) mostra que as diferenças não são imóveis, fixas e estáticas; por conseguinte, não podem ser marcadas nos indivíduos. A generalização da diferença produz uma tolerância de tal maneira que, na estabilização da diferença, dá-se a aceitação passível, pois entende-se que nada poderá ser modificado, ou “evoluir, além do previsto no quadro geral das suas especificações estáticas como nos níveis de comprometimento, as

categorias educacionais, os quocientes de inteligência, as predisposições para o trabalho e outras tantas mais” (MANTOAN, 2003:19). O tolerar é um ato supostamente generoso, mas a inclusão não implica a tolerância e aceitação passível. Incluir é procurar reverter o quadro; portanto, transformar a escola é transformar pensamentos, desconstruir conceitos e preconceitos estabelecidos.

A senhora Janaina acredita que a escola inclusiva é aquela onde todos, independente da sua dificuldade e ou diferença, possam participar da escola normalmente, isto é, sem discriminação e ou segregação:

A escola inclusiva que eu sei é os aluno que tem uma certa dificuldade tanto física, quanto mentalmente, incluir ele (...)no, nas pessoas comuns que não tem nenhum tipo de dificuldade essa , é o que eu vejo é o que eu entendo de escola inclusiva, é incluir as crianças que tem algum certo tipo de dificuldade é (...) de(...) conviver com as pessoas normalmente. (Senhora, Janaina, mãe de aluna) (Entrevista realizada no dia 2-07-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Tomaz Tadeu da Silva (2000) afirma que as identidades são marcadas pelas diferenças, e que essa marcação da diferença acontece nos sistemas simbólicos de representação e também por meio de formas de exclusão social. Para o autor, a identidade não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença. Nas relações sociais, essa forma de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de *sistemas classificatórios* (SILVA, 2000:40). A senhora Joyce, ao explicar o que pensa ser escola inclusiva, diferencia os alunos de maneira a classificá-los em suas diferenças, ao usar termos como alunos que tem dificuldade/alunos sem dificuldades, pessoas com dificuldade/pessoas comuns.

De acordo com Stuart Hall, a identidade é

uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação as formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não unificadas ao redor de um “eu” coerente. (HALL, 2005:12-13)

A educação deve questionar a artificialidade das identidades consideradas normais e entender as diferenças como resultado da multiplicidade, e não da diversidade como se é comum proclamar. Garantir o direito à diferença é, pois, assegurar direitos à diversidade. Quando esse processo de diferenciação pela deficiência, presente na escola e na sociedade, é questionado, pode-se perceber a necessidade de assegurar às pessoas deficientes direitos que respeitem suas diferenças; torna-se premente preocupar-se com o bem-estar desse indivíduo com deficiência e com a garantia de sua permanência/independência social.

A professora Marta acredita que incentivar o aluno nas suas potencialidades, usar de vários recursos para facilitar a aprendizagem e trazer essa criança para participar da sociedade são maneiras de torná-los confiantes e independentes:

Todas, tudo que a gente vê a gente usa, desde material...é ...trabalhar com material concreto...fazer com que ele participem de tudo de todas as atividades na escola ...é...tudo que a gente vê que a gente sabe que a criança pode ter acesso..é..que a gente tem que acreditar no potencial delas...então eu...acho que tudo é válido...tudo a gente tem que acreditar e fazer com que a criança participe. (Professora Marta) (Entrevista realizada no dia 23-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A professora Lia pensa que ao adaptar as atividades, para que o aluno especial possa desenvolver juntamente com os alunos de ensino regular, facilita o seu acesso a aprendizagem:

Fazer uma adaptação do que é possível, pra ser trabalhado com qualquer aluno... trabalhar com os alunos de ensino especial com todas as atividades adaptadas”..(Professora Lia) (Entrevista realizada no dia 22-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

No relato das professoras, percebe-se a preocupação com a aprendizagem do aluno e com o estímulo para que este se sinta parte da escola; acreditam que a vivência cotidiana do aluno é relevante. Consideram que as crianças especiais devem ter oportunidades de aprender; para isso, há uma preocupação por parte dessas educadoras no sentido de que o trabalho realizado por elas é fundamental para o desenvolvimento do aluno deficiente.

Mantoan diz que a escola aberta a todos é o grande desafio para a educação na atualidade sendo que para tanto a reorganização dessa estrutura pode ser iniciada a partir de algumas tarefas fundamentais:

- Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.
- Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o respeito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania.
- Formar, aprimorar continuamente o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções. (MANTOAN, 2003:33)

A escola que propõe uma leitura crítica do mundo percebe o conhecimento como empoderamento consciente do saber. Em uma visão transformadora, a escola, como prática da liberdade, não exerce um papel de autoritarismo e nem é autoritária, mas sim

propõe um ensino centrado na democracia, sendo a liberdade garantida pelo exercício democrático da cidadania⁹, como afirma Freire:

A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos arestosa, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na formação democrática uma prática de real importância. A aprendizagem da assunção do sujeito é incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado. (FREIRE, 1996:19)

Grupos historicamente excluídos da sociedade, como no caso dos deficientes, não conseguem exercer seu papel cidadão. Há um estado de inércia que leva à negação da liberdade. Então, para determinados grupos, numa análise das ideias de Freire (2005), a educação que proporciona a consciência de si no mundo liberta o indivíduo. A partir do conhecimento significativo, ou seja, o conhecimento que traz a realidade vivida pelo aluno para dentro da sala de aula pode transformar e dar sentido a aprendizagem. O conhecimento não pode ser bancário, ou seja, para a construção do conhecimento escolar não se pode pensar o educando como um depósito de informações desconectadas da vida.

A professora Aparecida fala que educação é um modelo padronizado de aprendizagens e comportamentos que os indivíduos têm que seguir. Para ela, a educação não se restringe somente à instituição escola; portanto, o sujeito aprende em todos os espaços sociais, família, clube, igreja. Destaca que educação não é restrita e nem estanque e que a educação é inerente ao ser humano:

Eu vejo a educação como um modelo, um padrão que a sociedade, cria, e que os grupos tem que seguir, e essa educação ela não é só restrita só a escola, ela tá em todos os âmbitos, família, clube, igreja, porque, ela não é restrita, ela não é estanque, não é só da escola, ela é inerente do ser humano. (Professora Aparecida) (Entrevista realizada no dia 23-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A senhora Janaina, ao responder sobre a importância da escola na vida da filha, acredita que esta é fundamental no desenvolvimento da criança, percebe o crescimento da mesma, diz que o que é ensinado na escola é de extrema relevância e salienta que não teria preparo algum para ensinar; entretanto, salienta sua importância como mãe, que é quem ensina a filha os saberes cotidianos.

é de extrema importância, o pouco assim (...) pela dificuldade dela é ela tem esse retardo de aprendizado mas, o pouco que ela já aprendeu foi devido a escola, porque, eu num conseguiria ensinar o que ela já sabe né, porque eu num (...) num tenho (...) num sei ensinar, não tenho essa instrução né, então assim, o que eu ensino a gente ensina no dia a dia, o respeito e tudo porém

⁹ A obra de Paulo Freire tem como um dos temas centrais a educação para a “liberdade”, sendo essa liberdade a concepção de cidadania.

essa parte de pedagógico, eu não sei. então eu acho muito, de extrema importância, sim. (Senhora Janaina, Mãe) (Entrevista realizada no dia 2-07-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Em um diálogo com Paulo Freire (1996), percebe-se que a educação dos sujeitos comporta espaços diversificados, os espaços de aprendizagem extrapolam os muros da escola, outras instituições, são também responsáveis pela inserção social do cidadão. Ainda nesse diálogo com Freire, pode-se pensar o educando desde o princípio, mesmo de sua experiência formadora, como sujeito também da produção do saber. Deve-se ter em conta que o processo de ensino/aprendizagem jamais assenta-se na ideia de transferência de conhecimento, mas na criação de possibilidades para a sua produção ou construção de modo significativo.

A senhora Carmem pensa que a escola é base para a formação humana, afirma que mesmo que sua filha não tenha uma formação profissional futuramente, não descarta a importância da educação escolar na vida da criança. Para ela, é no ambiente da escola onde se efetiva a construção de muitos conhecimentos essenciais para a vida. Nesse espaço, o aluno cria laços de afetividade, amizade e assim se socializa com seus pares.

...Porque, porque eu vejo que é na escola, é que tá a, a, base, sabe, e onde que está a formação, mesmo que ela não tenha uma formação profissional, mas, ela vai ter a socialização, e onde ela vai ter a comunicação verbal, comunicação com os colegas, socialização, interação, e, e é onde a gente aprende tudo, se é a base prum ser humano, uma criança comum, né, imagina pras crianças especiais, porque eu como mãe eu ensino as coisas do dia a dia, mas a parte cognitiva escolar, alfabetização, preparação pra vida escolar, pro mundo em si, cabe a escola, os professores é que são capacitados pra isso, por mais que eu tente ensinar, por mais que eu tente, acompanhar ela nas tarefas, quem tem a especialização, quem tem o preparo, são os professores, eu como mãe eu ensino outras coisas, agora o profissional o professor é que está capacitado pra isso,... (Senhora Carmem) (Entrevista realizada no dia 26-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Na fala da senhora Carmem está implícita a função social da escola, que é a formação do indivíduo para a vida na sociedade, onde as aprendizagens são essenciais para seu desenvolvimento e crescimento pessoal e social. Hoje, a educação é garantida na constituição como um dever do Estado e um direito do cidadão. A mãe parece compartilhar com Paulo Freire ao considerar que os saberes escolares completam os saberes cotidianos; Paulo Freire explica que a educação como se é comum proclamar não é ilimitada como instrumento de transformação social;

[...] tenho ouvido de muita gente, neste país e em outros, mas, sobretudo neste, que o grande problema deste país é a educação – como se a educação a partir de cima, pudesse rearrumar a sociedade que aí está. Não sendo, é; precisamente

porque não é. É porque não é, que é limitada, é eficaz. Se a educação pudesse tudo, voltando a reflexão não havia porque falar nos limites dela, porque poderia tudo. Mas consta se historicamente, que a educação não pode tudo. (FREIRE, 2001:98)

Para o autor, a educação não está restrita apenas à instituição escola, portanto há que se considerar que o ensino na escola é fundamental, mas não único ele é complementado sempre por outros conhecimentos, que ocorrem em diferentes instituições sociais como família, igreja, clubes, parques, ou seja, em todas as relações sociais/históricas que o sujeito participa.

A escola não pode tudo; há uma ingenuidade no pensamento da escola toda-poderosa e também é ingênuo desconsiderar as potencialidades dessa na educação. Mas é relevante entender que, embora a educação não podendo tudo, pode muito, pode fazer a diferença numa sociedade. Portanto, a educação pensada na construção de uma sociedade mais justa, reinventada, numa nova compreensão do poder e produção pode configurar “uma sociedade em que a gente tenha gosto de viver, de sonhar, de namorar, de amar, de querer bem. Esta tem que ser uma educação corajosa, curiosa, despertadora da curiosidade, mantenedora da curiosidade” (FREIRE, 2003:101). É preciso uma escola que promova uma educação que pensa no cotidiano do educando, buscando transformar pensamento através de conhecimentos significativos para a vida.

De acordo com Morin (2011), a educação só se torna significativa para a vida do educando se for compreendida a partir do pensamento complexo, ecologizado, capaz de relacionar, contextualizar e religar diferentes saberes ou dimensões da vida. A humanidade precisa de mentes mais abertas, escutas mais sensíveis, pessoas responsáveis e comprometidas com a transformação de si e do mundo.

Morin (2001) pensa que, para se ensinar a condição humana deve considerar que o homem é ao mesmo tempo físico, biológico, psíquico, cultural social e histórico, e que a natureza complexa do homem é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas aprendidas de maneira fragmentadas. A fragmentação dos conteúdos não atende à complexidade do homem; para o autor, o conhecimento é mais amplo e que a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a multidisciplinaridade fazem parte da vida, para a produção de um novo saber. Freire (2005), ao usar o termo “educação bancária”, refere-se ao educando como um depósito de conhecimentos aleatórios não relacionados a sua vida, portanto sem significados.

A ação educativa consiste como uma “atividade de interação subjetiva e social implica em uma relação de comunicação e alteridade, cujo vínculo está implícito em

toda prática educacional” (OLIVEIRA, 2004:16). A educação é, pois, uma ação humana; no ato de educar se estabelece vínculos entre quem ensina e quem aprende.

CAPITULO 3- TURISMO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, NOVOS CAMINHOS PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO: O PASSEIO COMO POSSIBILIDADE DE APRENDIZAGEM PARA ALUNOS DEFICIENTES

A escola e a educação foram se adaptando à sociedade com a função de perpetuar valores e condições sociais; a escola, por muito tempo, esteve distante da grande maioria da população; seus saberes e ensinamentos excluíam, pois estes refletiam os anseios das classes dominantes. No atual momento histórico, não cabe mais uma escola onde muitos não se enquadram.

No mundo globalizado e diverso, a educação teve que repensar seus valores. A diversidade presente no mundo e na escola saíram do lugar marginal e adentraram a centralidade dos discursos sociais, políticos e econômicos. Diante dessa configuração imposta pela pós-modernidade, as instituições precisaram ressignificar seu sentido e sua função social; muitas foram impulsionadas a se reinventarem de modo a garantir sua permanência na contemporaneidade; as diferentes identidades sociais se consubstanciam nas diferenças culturais. A escola não ficou imune a essas transformações, na medida em que seu espaço comporta diferentes narrativas culturais; ela precisou pensar como agregar os saberes cotidianos e os saberes sistematizados. Para Gomes, o aspecto central da função social da escola é de ligar saberes cotidianos aos saberes sistematizados:

Cabe à escola propiciar a todos os que a ela tiverem acesso, os instrumentos necessários à aquisição do saber sistematizado, já que é a apropriação desse saber é que justifica sua existência. É, portanto, por meio da mediação da escola, que o saber espontâneo passa ao saber sistematizado. (GOMES, 2014:46)

Paulo Freire pensa que a função da educação é a de formar cidadãos conscientes e reflexivos, que ao tomar consciência da sua condição de sujeito participante, possa alterar a situação em que se encontra. No livro *Pedagogia do Oprimido*, o autor discute sobre a educação que domina que reproduz ideais das classes dominantes para perpetuar a condição de oprimido do sujeito:

Os métodos da opressão não podem contraditoriamente, servir à libertação do oprimido. Nessas sociedades, governadas pelos interesses de grupos, de classes e nações dominante, a “educação como prática da liberdade” postula, necessariamente, “uma pedagogia do oprimido”. Não pedagogia para ele, mas dele. Os caminhos da libertação são os do oprimido que se libera: ele não é coisa que se resgata, é sujeito que se deve autoconfigurar responsabilmente. (FREIRE, 2005:11)

A função da educação, segundo Freire (2005), é dar condições para que o oprimido reflexivamente, “possa descobrir-se e conquistar-se como sujeito da sua

própria destinação histórica” (FREIRE, 2005:11). Edgar Morin concorda com Paulo Freire ao afirmar que “A condição humana deveria ser o objeto essencial de todo ensino” (MORIN, 2011:16).

O professor é condicionado a pensar que o seu papel é mesmo o de transmissor de conteúdos, de saberes fragmentados, em disciplinas que os aprisionam em grades curriculares. Dessa maneira, ao se desenvolver o trabalho de educador, não se pode reduzir a condição do professor a mero instrutor, que conduz e limita a capacidade do aluno de conhecer de expandir seu conhecimento. O ato de ensinar não pode ser visto como algo mecânico, no qual o único detentor do conhecimento seja o professor. Se ensinar for concebido como mera repetição, o processo educativo acaba por transformar o aluno em um ser passivo e acomodado. Se o professor persiste na concepção de detentor da verdade, a autoridade máxima no que ensina, ele acaba por deixar de ser formador de sujeitos reflexivos/questionadores. Mantoan, sobre a mudança desse pensar pedagógico, afirma que:

Um novo paradigma do conhecimento está surgindo das interfaces e das novas conexões que se formam entre saberes outrora isolados e partidos e dos encontros da subjetividade humana com o cotidiano, o social, o cultural. Redes cada vez mais complexas de relações, geradas pela velocidade das comunicações e informações, estão rompendo fronteiras das disciplinas e estabelecendo novos marcos de compreensão entre as pessoas e do mundo que vivemos. (MANTOAN, 2003:12)

Trabalhar com o turismo na educação especial é trazer para sala de aula um novo modo de pensar, de interagir e de relacionar as aprendizagens cotidianas aos conhecimentos sistematizados da escola, ao vivenciar o que é ensinado o educando pode acessar diferentes áreas do conhecimento. Morin (2011) destaca que carregamos em nós uma tripla realidade: de sermos indivíduos, parte de uma sociedade, parte de uma espécie. O autor salienta que “todo desenvolvimento verdadeiramente humano deve compreender o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e da consciência de pertencer à espécie humana” (MORIN, 2011:18). Ou seja, a educação deve formar o sujeito de maneira integral; nessa ordem de pensamento, pensar o turismo como parte integrante do processo de formação do educando pode ser de fundamental importância para fazer esta ponte entre escola e o mundo. Matos (2012), ao discutir a função do turismo na escola, afirma que:

A escola deve e pode produzir conhecimento que vai além das teorias, da retórica e da aula puramente expositiva para que os aprendizes possam enfrentar a sociedade de forma a transformá-la de fato com a ideia de que o acúmulo de conhecimentos oriundos de um processo caracterizado por ensino que coloca

como sujeito das ações educacionais, é o principal elemento da cidadania (MATOS, 2012:3)

Cabe ao professor proporcionar ao educando de classe especial situações de ensino/aprendizagem na qual ele possa desenvolver-se de forma autônoma e criativa, “aprenda por si próprio, a conhecer, aprenda a fazer, aprenda a conviver e aprenda a ser” (DIAS, 2004:13). A sala de aula como espaço de vivências, isto é, a aula como vida, como realidade; um espaço de estudo de trocas. Kullook percebe a aula como:

Um espaço que favoreça e estimule a presença, a discussão, o estudo, a pesquisa, o debate e foi enfeitamento de tudo o que constitui o ser e a existência, as evoluções as transformações, o dinamismo e a força do homem, do mundo, dos grupos humanos, da sociedade humana que existe num espaço e num tempo, que vive um processo histórico em movimento. (KULLOK, 2002:14)

Dessa maneira, pode-se inferir que o dinamismo da aula passeio permite produzir questionamentos e reflexões acerca dos conteúdos ministrados na sala de aula; nessa medida, ela possibilita pensar a condição do sujeito na sociedade. Para o aluno deficiente, momentos de interação social são relevantes na construção da sua consciência de ser sujeito pertencente à sociedade. No processo de ensino/aprendizagem, o turismo configura-se como atividade didático-pedagógica, onde tem por finalidade determinar relações entre o conteúdo programático estabelecido na escola e o mundo fora dela.

Ao responderem questões sobre o que gostam de fazer na escola, o que pensam sobre a escola e como se sentem na escola, os alunos do ensino especial, como todas as crianças, sabem que a escola é um local onde eles vêm estudar e aprender conteúdos formais; pode-se perceber que gostam de momentos diferenciados nas aulas como recreio, lanche, natação, dança, passeios....

As aulas de natação e dança (psicomotricidade) são parte do projeto Convivências oferecido pela SEE-DF em parceria com a UCB-D.F (Universidade Católica De Brasília), onde a secretária desenvolve um atendimento para pessoas com deficiência nos espaços cedidos pela UCB, como a piscina (coberta e aquecida) e salas de com todos os materiais necessários para as aulas de dança (psicomotricidade).

Duas vezes por semana os alunos saem da escola e junto com a professora e monitores vão caminhando para as aulas. Nessas saídas, os docentes procuram construir momentos de aprendizagem. De maneira lúdica, o caminho percorrido pode ser configurado como um momento de passeio, uma espécie de turismo pedagógico, no qual os alunos transpõem os muros da escola e vão de encontro à cidade. Ao percorrer

as ruas, há sempre uma preocupação de localizar os alunos no espaço e no seu contexto social. Perguntas sobre as características da vizinhança levam os alunos a elaborarem reflexões sobre o espaço no qual habitam.

Durante esses percursos, a empolgação é evidente; alunos, alunas, professoras e professores conversam descontraidamente sobre diversos assuntos: sobre o tempo, as famílias, acontecimentos cotidianos da vida. Sempre muito questionadoras, as crianças apontam tudo que veem. O tempo é condição para o passeio até a aula: se estiver chovendo, a tristeza e a incerteza tomam conta dos seus semblantes com a possibilidade de não sair; já o sol é, para os alunos, calma e felicidade.

Bimestralmente, os alunos compartilham com seus familiares um pouco dessa felicidade; no festival de natação onde pais professores e os alunos das classes especiais participam de uma aula em conjunto, destaca-se nesse momento o trabalho voltado para acolher os alunos e suas famílias.



FIGURA 2 - FESTIVAL DE NATAÇÃO- DIA DOS PAIS E PROFESSORES PARTICIPAM DA AULA DE NATAÇÃO.

Ao ser questionado sobre o que gosta na escola, Augusto demonstra e sentir se seguro e integrado ao espaço escolar. Ao expor a opinião favorável da família em relação ao ambiente escolar que ele frequenta, mostra o quão é relevante a relação entre

escola e comunidade. Então, a escola que se aproxima da comunidade cria laços de confiança, de credibilidade com as pessoas que a cercam.

Estudar, brincar também. Minha mãe acha bom a escola, gosto de desenhar, matemática, continua, só(...) do recreio, fazer dever, brincar, ter hora pra ir pra sala, ter hora pra ir pro recreio, gosto das festas, da dança, da natação. (Augusto) (Entrevista realizada no dia 27-06-2018 no local de trabalho, com duração de 1 hora)

Augusto é um menino levado e esperto; na sua fala coloca a importância da escola nas exigências e anseios da mãe. Para ele, a escola é um lugar no qual há regras e horários a cumprir, e que a aprendizagem está condicionada a essas formalidades da escola.

Pra aprender, um mucado de coisa, é escrever, (...) e(...) só isso, continua, brincar no parquinho, gosto da natação, e da dança”(José) (Entrevista realizada no dia 27-06-2018 no local de trabalho, com duração de 1 hora)

José também repete sobre o formalismo dos conteúdos vistos em sala; contudo, na sua fala pode-se perceber que a escola procura formas de aprendizagens que despertem seu interesse para estes saberes, como a prática de dança, natação e passear.

Estudar, recreio, do lanche, de ir lá pra cima, gosto de estudar com a tia, gosto da natação, gosto de tudo, gosto muito de passear com a tia, eu vejo o mundo. (ir lá pra cima- quer dizer ir brincar com os alunos das turmas regulares). (Leonardo) (Entrevista realizada no dia 27-06-2018 no local de trabalho, com duração de 1 hora)

Leonardo é uma criança que adora conversar e contar as suas aventuras; a escola para ele é um lugar de socialização. Então, o que Leonardo pensa da escola está no que verdadeiramente lhe é significativo; estar com outros colegas, sentir-se pertencente a um grupo, jogar futebol, ir para natação e passear é também estudar. Desde a sua chegada à escola, faz questão de cumprimentar os meninos e dar beijinho nas meninas; é claro que este carinho é direcionado a todas as professoras e funcionários da escola que cruzam seu caminho.

A senhora Janaina pensa que os passeios promovidos pela escola têm um fundo pedagógico, isto é, têm objetivos de aprendizagem, e conhecimentos que são considerados importantes e significativos para a sua filha.

“sim. para o conhecimento né, como eu já disse quando ela sai pra elas é um passeio sim, mas a gente vê que tem um fundo pedagógico ali, um fundamento de estar saindo com as turmas com os professores, e tudo.”(Senhora Janaina)

(Entrevista realizada no dia 2-07-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A professora Aparecida considera que sair da escola para a sociedade com o aluno deficiente é buscar um entendimento aprofundado sobre esta; ela acredita que a criança deficiente no contexto social poderá construir o entendimento de que ela é um cidadão que participa do mundo, e mais, que este mundo social não está restrito apenas as pessoas consideradas “normais”:

“eu vejo uma relevância muito grande porque é (...) a sociedade o mundo que a gente vive, tem que entender (...) que o mundo não é só de quem é (...) digamos assim entre aspas né, é(...)“ normal,”e também desse oportunidade pra eles vivenciar outros ambientes..”(Professora Aparecida) (Entrevista realizada no dia 23-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A construção do conhecimento requer uma exploração de mundo, na qual seja possível relacionar as experiências exploratórias aos conteúdos trabalhados na sala de aula. Isso traz para a vivência do aluno saberes que envolvem toda sua complexidade humana. Nas instituições educacionais onde, a partir da percepção das identidades e das diferenças, se separam educandos “normais” daqueles com deficiência, ocorre um processo de exclusão que reproduz o vivido nas demais relações sociais.

Tais processos classificam e definem atributos que excluem e incluem, determinando quem permanece e é aceito de acordo com o *status quo*. Para Pérez,

Enquanto os educadores e a sociedade como um todo não forem capazes de diferenciar mitos de realidade, enquanto esses alunos não saírem da invisibilidade e não forem distinguidas as suas necessidades, enquanto os dispositivos que visam a constituir políticas educacionais continuarem apenas “falando” deste aluno como alvo de inclusão, enquanto não for permitido a este aluno se autorreconhecer e se aceitar como diferente, enquanto não aumentar a produção científica, a sua inclusão não será possível. (PÉREZ *apud* MATOS, 2013:24)

Podemos afirmar que em uma sociedade que tem a democracia por fundamento, a inclusão para o estabelecimento da igualdade de direitos é condição inequívoca para o exercício da cidadania. Nesse contexto, a educação se apresenta como espaço privilegiado onde as diferenças devem ser respeitadas e incluídas, e a aula passeio é parte constitutiva desse processo de reelaboração que a escola fez de si na contemporaneidade.

O turismo pedagógico realizado na escola tem por objetivo abordagens diferenciadas e dinâmicas dos mais variados componentes curriculares, dentre essas as interações sociais que fazem parte de todo ato de passear e, por conseguinte, de

conhecer. As iniciativas turísticas na escola podem ser realizadas tanto no interior quanto no entorno da própria escola, e em lugares mais distantes. Toda essa movimentação intenciona proporcionar ao aluno o desenvolvimento de competências e habilidades, bem como uma construção de conhecimentos “histórico-geográficos, socioculturais, científico-tecnológicos, antro-po-filosóficos, linguístico-comunicacionais, geomatemáticos em suas dimensões específicas e em suas possibilidades interdisciplinares” (DIAS, 2004:21).

Durante a pesquisa, foram realizados passeios com os alunos de classes especiais. Num primeiro momento, foi proposto um passeio apenas com as turmas especiais, e em outros momentos os passeios foram com as classes especiais, inclusivas e regulares, com o objetivo de observar o desenvolvimento e a interação das crianças com deficiência fora da escola. Todos os passeios foram planejados com vistas a dar continuidade ao trabalho desenvolvido em sala de aula; procurei observar os conteúdos e temas transversais, propostos pela escola em reuniões coletivas, com professores de todos os segmentos presentes na escola, equipe de apoio pedagógico, sala de recurso, equipe psicopedagógica, orientadores e equipe gestora. Cabe salientar que, nestas reuniões semanais, a escola propõe metas e temas para que todos trabalhem junto em prol do desenvolvimento dos alunos, os passeios também são sugeridos nessas reuniões pedagógicas semanais.

Quando optei por realizar turismo pedagógico, a proposta foi a de conjugar e fazer coexistir a linguagem da experiência, ou seja, procuramos com a atividade tentar pensar no trabalho de campo, conjugado à linguagem da teoria, de maneira a objetivar as experiências educativas relacionadas ao turismo na sala de aula na perspectiva de interpretar as subjetividades e experiências vividas. Durante a realização das atividades, procurei estabelecer uma leitura atenta às diferentes possibilidades de leitura dos elementos de análise até então trabalhados na pesquisa, tais como cultura, identidade, cidadania, representação, haja vista serem estas categorias importantes para a explicação do nosso objeto de pesquisa. Porém, cabe salientar que os passeios nos permitiram abordagens ampliadas de interpretação e reflexão, na medida em que as condições sociais e sócio-cognitivas da investigação etnográfica são realizadas dentro do espectro da linguagem e da experiência.

A etnografia requer um trabalho conceitual e capacidade por parte do pesquisador de desenvolver análises conceituais do mundo social que permita a objetivação da experiência. Nesse processo de reflexão permitida pela metodologia, é

possível articular e explicar, por meio das categorias de análise e da observação participante, as condições sociais sob as quais se dão os processos de ensino e aprendizagem.

Segundo Boaventura Santos (2010), a metodologia precisa ser um potenciador de uma ciência implicada no social; consequentemente, pode-se supor que a etnografia como metodologia de investigação nos permite atuar numa zona de fronteira posta pelo objeto e discutir questões tão pertinentes como os processos de exercício da cidadania por deficientes em processos de inclusão e exclusão social. Dessa maneira, refletir a importância do turismo na escola é também refletir entre práticas pedagógicas consagradas e instituída e práticas pedagógicas experimentais e suas possibilidades de usos contextuais em diferentes disciplinas, de forma a invocar o debate sobre a cultura e identidade científico-disciplinares para uma zona de desconforto e de poucas certezas, como os passeios.

O turismo na escola, ao desestabilizar o espaço da sala de aula como o espaço consagrado à aprendizagem, permite promover na cultura científica da escola a passagem da consciência prática a uma consciência discursiva contextualizada, na qual se é possível também desmistificar as concepções tácitas do que é o espaço de aprendizagem.

Se o etnógrafo, para tentar compreender, tem que "viver dentro" do contexto em análise, apesar de não se transformar num autóctone, então por isso que fiz a proposição dos passeios, pois embora trabalhe já algum tempo na escola, foi a pesquisa que me fez olhar de maneira mais atenta para os processos de aprendizagem na perspectiva do turismo. Embora tenha sempre feito passeios com os alunos aos quais atendo, ainda não havia despertado de forma objetiva e reflexiva para sua importância na construção das subjetividades identitárias dos sujeitos cidadãos: muitos dos passeios por mim realizados ao longo da minha jornada foram planejados de maneira muito mais intuitiva do que reflexiva.

O passeio é sempre motivo de alegria, descontração e expectativas; tudo é motivo de descoberta e interação, a escolha do lugar, as músicas cantadas no ônibus para seguir viagem, são momentos que acompanham o desenvolvimento da criança na construção da linguagem, na interação com o outro, para além do conhecimento adquirido há as lembranças que deixam um gostinho de quero mais. Krippendorff diz que as necessidades humanas se aplicam ao turismo; para confirmar esse pensamento, cita o psicólogo americano Maslow, que ao destacar os degraus dessas necessidades, define

uma escala de prioridades: “1º a satisfação das necessidades vitais; 2º a necessidade de segurança; 3º a necessidade de amor e afeição; 4º a necessidade de ser reconhecido e apreciado; 5º a necessidade da auto-realização e da expansão pessoal.” (KRIPENDORF, 2001:101). De acordo com o autor, quando as necessidades de um nível estão satisfeitas, elas são substituídas pelas do nível seguinte; portanto, a educação, ao utilizar se do turismo como ferramenta de ensino aprendizagem, auxilia o sujeito na satisfação dessas necessidades humanas.



Figura 3 – Foto do ônibus

A professora Beatriz fala sobre os momentos de interação e brincadeiras das crianças que se iniciam na saída da escola, já dentro do ônibus:

Sim eles conversam...no ônibus eles brincam..é..eles interagem sim, brincam com outras crianças de outras turmas também...”(Beatriz, Professora)
(Entrevista realizada no dia 21-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A senhora Flora relata que a filha, mesmo com suas dificuldades de interagir e falar o que sente, percebe que, após os passeios, ela nota felicidade nas suas expressões:

alegria, ela fica feliz quando sai assim com a turma...com a professora...com os colegas, não fala detalhes né...sempre ela esquece...mas ela demonstra

alegria...”(Senhora, Flora) (Entrevista realizada no dia 25-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A professora Lúcia percebe que as crianças ficam eufóricas e se divertem muito nos passeios, diz que para os alunos tudo é novidade, e que eles vivem o momento do passeio com intensidade.

No passeio é euforia total....eles se divertem o tempo inteiro tudo é novidade do ônibus que eles entram ao momento da chegada no passeio tudo é novo tudo é...é... vivido intensamente por eles.”(Professora Lúcia) (Entrevista realizada no dia 24-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A alegria, a ansiedade e a curiosidade das crianças com deficiência, sim porque elas também são curiosas como as outras destaca a professora, querem descobrir, explorar novos ambientes.

É notório mesmo .alegria da satisfação de estar participando de um passeio, fora isso eu vejo também muita ansiedade , eles são muito ansiosos, principalmente se você está planejando...os dias que antecedem eles querem tal..se já ta no dia, se já ta chegando, se é hoje, então tem essa ansiedade, e também é.... Curiosidade, porque os alunos especiais são curiosos como as outras crianças ...em muitos momentos eles apresentam assim...ficam curiosos para saber como que é um determinado local, ficam perguntando, antes de chegar o dia do passeio, e no dia do passeio é sempre aquela alegria , aquela satisfação...plena de estar em um ambiente diferente do da escola.(Professora, Maria) (Entrevista realizada no dia 20-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Como se pode observar, o turismo para o aluno deficiente, além de aprendizagem, é fonte de prazer, como o de se relacionar com o outro, de participar e pertencer a um grupo. Dessa maneira, é possível afirmar que o turismo na escola, materializado nos passeios pedagógicos, satisfaz as necessidades elencadas por Maslow (apud KRIPENDORF, 2001)? A prática do turismo nas aulas, como o passeio para classes especiais, pode ser fonte de inclusão cidadã do aluno com deficiência? Na tentativa de responder a estes questionamentos foi proposta à escola a realização de alguns passeios. Tal proposição se fez necessária para se observar a relevância do turismo como possibilitador de diferentes contextos de aprendizagens e interações. Os passeios realizados ao Parque Saburo Onoyama, ao Planetário e ao Teatro da CAESB permitiram observar como o aluno deficiente é levado ao ato de construir conhecimento quando transpõe os muros da escola.

3.1- SEGUINDO TRILHAS E DESCOBRINDO CAMINHOS: UMA EXPERIÊNCIA NO PARQUE SABURO ONOYAMA



Figura 4 - Placa de identificação do parque, conhecido popularmente como: "VAI QUEM QUER"

De acordo com o IBRAM (Instituto Brasília Ambiental), o parque Saburo Onoyama foi criado em 1996, pelo decreto 17.722 de 1º de outubro. Situado no St.C. Sul QSD Ae. QSC 26,10-Taguatinga, Brasília-D.F, o parque possui 1.270 metros de trilhas pavimentadas que se interligam, várias nascentes, oito pontes de madeira, três parques infantis, piscinas de adulto e infantil, oito churrasqueiras, quadras de areia, oito quadras de esportes, área para piquenique e sede administrativa, além de frutas da região como buriti e coquinho do cerrado, e muitas outras.

Por ser um espaço público, o parque ficou popularmente conhecido como “Vai Quem Quer?”. Parte da comunidade não conhece o parque; mesmo as pessoas que conhecem não desfrutam do ambiente.

Durante o passeio ao Parque Saburo Onoyama, as crianças fizeram as trilhas, conheceram um pouco da história do parque e da sua comunidade. Os olhares atentos das crianças e suas expressões de surpresa manifestadas ao longo do passeio, demonstraram que muitas nunca tinham frequentado o local.

Se pensar o turismo em áreas urbanas é parte desse contexto de novas formas sociabilidades e de relação com a natureza, a visita ao parque pode conter elementos que nos permitem analisar e refletir como se constituem os signos dessa nova

urbanidade no espaço da escola. O turismo, além de acompanhar, se torna uma forma de revelar e desvelar áreas até então marginalizadas, referencia essa íntima relação entre o espaço urbano e a sociedade; o turismo pedagógico nessa perspectiva pode propiciar a compreensão de alguns mecanismos referentes à (re)produção e (re)organização dos espaços que podem ser denominados de turísticos. Espaços como os do parque articulam as formações sociais em uma perspectiva de acesso a cidadania mais ampla, e insere tanto o espaço quanto o indivíduo em uma lógica urbana. Para Gastal e Moesch :

“O turismo urbano se refere justamente à modalidade de Turismo na qual a cidade é o destino e a motivação fundamental do deslocamento. O novo conceito de turismo metropolitano incorpora produtos variados, como as paisagens e as novas funções recreativas, produtivas e simbólicas que se desenvolvem no espaço da cidade”. (GASTAL E MOESCH, 2007:58).

Gastal e Moesch afirmam que o turismo urbano tem significados para os moradores da cidade em duas interfaces importantes, que têm sido chamadas de “*turismo cidadão*”. Para as autoras, a prática do turismo fora das práticas rotineiras será uma prática a ser incentivada “num mundo marcado por novos nomadismos o movimento que irá transformar pessoas em turistas”, onde no deslocamento podem apropriar-se dos espaços e situações num novo exercício da cidadania (GASTAL E MOESCH, 2007:59-60). Ainda segundo o historiador Marc Boyer: "o turismo foi inventado" (BOYER, 2003:19). "[...] nenhum lugar é "turístico em si", nenhum sítio "merece ser visitado", como diz a literatura turística; o turismo é um produto da evolução sociocultural [...]" (BOYER, 2003:14). Portanto, o turismo pedagógico é também uma recriação do lugar a ser visitado, é uma ressignificação do senso comum sobre os espaços circunscritos à comunidade escolar.



Figura 5 - Entrada do parque- início de uma aula diferente

Vivenciando uma aula “diferente”, onde o conhecimento da escola está relacionado a práticas cotidianas, as crianças fizeram piquenique, brincaram nos parques, conheceram e usaram um “novo” espaço público situado na sua comunidade.

Freire compara o ir e vir e as experiências compartilhadas de *recurso pedagógico, laboratório vivencial*; o turismo pela comunidade ressignifica essa vivência do aluno com a comunidade e traz para a sala de aula experiências concretas onde a criança é construtora do seu conhecimento (FREIRE, 2001:148-149).



Figura 6 - A foto ilustra o momento em que os alunos brincaram e jogaram futebol no parque



Figura 7 - A foto ilustra as trilhas que as crianças acompanhadas por suas professoras fizeram no parque

Na semana que antecedeu o passeio promovido ao parque Saburo Onoyama, na escola CAIC Walter José de Moura, escola onde está sendo realizada a pesquisa, foi trabalhado parte do projeto MEIO AMBIENTE; com este tema, os alunos desenvolveram várias atividades pedagógicas. Dentre as atividades realizadas pela escola, para que os alunos entendessem o que é meio ambiente e o porquê da importância de se preservá-lo, o grupo de coordenadores fez uma pequena encenação onde a terra adoecia; os alunos interagiam com o planeta doente, questionando o motivo de ele encontrar-se nessa condição; alguns perguntaram como poderiam ajudá-lo. A foto abaixo ilustra parte dessa aula que antecedeu o passeio ao Parque Saburo Onoyama, onde as crianças vivenciaram o prazer de estar em contato com a natureza.



Figura 8 - Foto da representação feita pela equipe de coordenadores com o tema “O PLANETA DOENTE”

Paulo Freire pensa que os temas abordados em sala de aula, os quais denomina de *temas geradores*, devem partir de um recorte do mundo em que o educando possa se reconhecer como participante do processo de ensino aprendizagem. Freire pensa que:

O ambiente com o homem inserido nele, o ser humano em interação, para que nós possamos restituir essa ligação sociedade/ natureza, produzindo cultura. Então, nesse sentido, as ideias de fenômeno gerador e tema gerador aparecem quando nesse meu recorte do mundo eu voltei a ele próprio para reconstituir

minha percepção /observação/experimentação em tema integrado no seu contexto natural socioeconômico, cultural, ideológico. etc. (FREIRE, 2001:149).

A escola que trabalha conteúdos relacionados ao cotidiano do aluno, que faz esse recorte necessário ao entendimento da vida e dos processos de interação sociedade e escola, produz um conhecimento sólido, onde o aluno participa da construção do saber e não somente o recebe pronto e definido para que seja memorizado sem sentido e nem significação. Portanto, o turismo no espaço da escola se torna mais do que uma técnica, um modo de aprendizagem; ele é também conhecimento, na medida em que ressignifica e reconstrói saberes.

Ir ao parque Saburo Onoyama nos permite reconhecer a atuação do turismo na produção e reprodução dos espaços sociais. Além disso, foi importante observar como o turismo nos possibilita refletir sobre a necessidade de não se mecanizar a leitura dos espaços urbanos a partir de pré-noções e pares dicotômicos calcados em construções que marginalizam ou incluem nos processos de representações sociais que instituem espaços que devem, ou não serem consumidos.

Muitos locais turísticos formaram sua imagem à margem de uma inserção publicitária da grande mídia; talvez os passeios escolares possam ser importantes ferramentas nesse processo de ressignificação dos espaços comumente colocados de lado no nosso desejo de consumo. Se essa premissa for verdadeira, o turismo praticado na escola, além de redimensionar os espaços de aprendizagem, poderá atuar ainda como mecanismo de inclusão dos espaços periféricos das cidades, como foi o caso da descoberta do parque pelos alunos.

3.2- CENAS E ENCENAÇÕES NA ETERNA NOVIDADE DO MUNDO: O PASSEIO AO TEATRO



Figura 9 - Teatro da CAESB - peça “MOGLI O MENINO LOBO”



Figura 10 - Foto dos personagens da peça assistida interagindo com a plateia, um momento único para as crianças



Figura 11 - Foto das crianças assistindo a peça no Teatro da CAESB

O teatro é uma arte envolvente, excitante, onde as histórias saltam aos olhos, as músicas, os contos, as danças criam mundos especiais, os personagens são reais e palpáveis. Para as crianças, inclusive as crianças deficientes, o teatro é magia, os olhos

brilham, o coração acelera; elas vibram com a vitória do bem sobre o mal, brigam com o vilão, torcem pelo mocinho, choram com as derrotas, enfim, vivem intensamente cada momento do espetáculo.

Os alunos especiais , quando a gente sai desse ambiente eles...se soltam ...se libertam ..como se eles ganhassem asas....pra...pra viver novas emoções, o teatro é emocionante.. é como se os personagens favoritos deles ganhassem vida.(Professora, Lúcia) (Entrevista realizada no dia 24-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

No comentário da professora, são evidenciadas reflexões sensíveis que a autora Neuza Maria Deconto faz ao refletir sobre o trabalho com a arte no processo de educar “antes de tudo, nos colocar diante de nossa humanidade e nos ensinar a tomar posse de nosso destino, apontando possibilidades para abrimo-nos para o dialogo com a eterna novidade do mundo” (DECONTO, 2003:48). A autora segue com seu pensamento ao colocar a escola como lugar de poesia, arte, literatura, música, dança e teatro, pois, um espaço para o sentir e o pensar; daí a importância da escola não ser reduzida apenas a um espaço de transmissão de conhecimentos formais; é imprescindível que, ao trabalhar com seres humanos diferentes entre si, a escola procure buscar uma adaptação do currículo as necessidades de desenvolvimento do sujeito. A arte é essência da vida; visitar museus, ir ao cinema, assistir uma peça no teatro é muito mais do que apenas momentos de recreação; é, portanto uma extensão da vida. O passeio ao teatro, bem como o trabalho com a arte na escola, podem ser para o aluno “um valor de conhecimento e de experiências que, entre outras descobertas, irá nutrir e ampliar nossa capacidade de reflexão acerca da sociedade e da cultura, impulsionando intervenções mais conscientes e conseqüentemente no âmbito das reações pessoais e coletivas” (DECONTO, 2003:48)

Quanto ao passeio realizado para o teatro, a professora Marta acredita que esses momentos são também exercício de cidadania, pois ao frequentar lugares que muitos alunos não conseguem ir com suas famílias, a escola, além de proporcionar essa condição, também inclui todos os alunos deficientes ou não deficientes igualmente em espaços diferenciados:

Nesses passeios...ele é igual a todos...ele tem que ter as mesmas oportunidades e é onde agente contempla essa criança com essas oportunidades eu acredito que isso faz parte de inclusão sim....social.”(Professora Marta) (Entrevista realizada no dia 23-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

O turismo, ao ser concebido como temática de trabalho docente, aparece como um mecanismo no qual está contido múltiplas capacidades de transformar o cenário do ensino de crianças deficientes. Ele permite uma leitura espacial, social, sensorial e sensível do processo de construção e de ressignificação do conhecimento, bem como do fazer pedagógico. Por fim, a inserção do turismo na sala de aula permite fazer do processo de ensino aprendizagem, um momento de exercício da cidadania e engajamento na transformação da realidade.

A arte ensina “ver o implícito e o velado, instigando a marca humana, que é a capacidade da *poésis*, que faz e refaz nossas relações conosco e com o mundo, não da maneira como é mas como deveria ser” (DECONTO, 2003:48-49); quando associada ao turismo, por meio dos passeios escolares, acaba por constituir uma temática transversal importante, na qual se é possível vislumbrar a abordagem de temas como: cidadania, alteridade, sociabilidade, cultura, educação ambiental e patrimonial, inclusão e exclusão, alunos deficientes e não deficientes... enfim, é possível emergir temáticas que quase sempre não encontram espaço nas discussões diárias dentro da escola, assim, “[...] educar visando formar cidadãos críticos e participativos é uma maneira de envolver os educandos nos acontecimentos cotidianos, despertando uma postura ativa e engajada sobre as questões sociais” (FONSECA FILHO, 2007:10).

A magnitude do passeio está no ato de conhecer e se reconhecer como sujeito no mundo. No turismo, o educando pode ter contato com um mundo fora de sua realidade privada e da realidade escolar é onde o professor pode atingir um estágio diferenciado nas aprendizagens dos seus alunos.

3.3- UMA VIAGEM AO CÉU, ENTRE LUAS, ESTRELAS E PLANETAS: O PASSEIO AO PLANETÁRIO.



Figura 12 - Foto ilustrativa do momento em que o aluno toca em uma roupa de astronauta.



Figura 13 - Foto ilustrativa do momento em que os alunos recebem uma explicação sobre as figuras, fotos, e objetos expostos no Planetário

O planetário é um espaço no qual as crianças vivenciam e aprendem sobre o universo e a astronomia. O turismo pedagógico tem uma relação direta e indireta com o processo de ensino/aprendizagem; a aula puramente expositiva não consegue alcançar a riqueza do conteúdo trabalhado de maneira que este possa ser parte da realidade da vida.

Tomando-se como exemplo o passeio ao planetário, os alunos participaram de exposições, tocaram nos trajes de astronauta, viram maquete de foguetes, assistiram a um filme na cúpula, onde pareciam estar dentro de uma nave espacial, conheceram o sistema solar viajando por ele, puderam identificar nosso planeta Terra, enfim, compreenderam de forma dinâmica, diferente e divertida que temos um lugar no universo.

As atividades pedagógicas extra-classe proporcionadas pelo turismo para o aluno e, mais especificamente para o aluno deficiente, muito além de informar, são também momentos de interação com o outro, onde nas relações produzidas com o sair da sala de aula, tornam-se momentos únicos de se perceberem integrantes da sociedade e da escola. A professora Lia diz que os passeios fazem com que os alunos de ensino especial se sintam integrados na sociedade:

Esses passeios fazem com que eles se sintam totalmente integrados a sociedade é muito importante que eles tenham este tipo de...passeio de turismo pela escola né... que a escola ..proporcione para todas as crianças do ensino especial e também para a outras né que não são inclusas”(Professora Lia) (Entrevista realizada no dia 22-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A fala acima demonstra que nos passeios escolares está a possibilidade de se aceitar o deficiente e inclui-lo na sociedade. O Turismo na escola permite questionar como as pessoas deficientes são representadas em perspectivas binárias que as colocam em posição de exclusão. Para Stuart Hall, “é importante aceitar todas as posições ao mesmo tempo” (HALL, 2016:145), pois quando as pessoas são representadas por meio de extremos polarizados e binários como bom/mau, civilizado/primitivo, deficiente/normal, criam-se processos de exclusão calcados em significados pejorativos que recorrem aos processos de alteridades nos quais a diferença se torna um valor negativo. Comumente, o aluno deficiente não se sente integrado nos espaços públicos; a deficiência se torna uma representação que diferencia o indivíduo da maioria da população. Nessa perspectiva, a diferença possui significado, na medida em que a deficiência fala.



Figura 14 - Foto que expressa a alegria do aluno ao tocar nas maquetes de foguetes expostas no Planetário.

Cabe salientar que os passeios turísticos promovidos pela escola visam contribuir para uma formação integrada do educando com a comunidade. Muitos alunos não têm oportunidade de sair para conhecer lugares novos ou até mesmo parques, praças e locais públicos situados na comunidade onde vivem; ficam restritos ao mundo escola/família.

Trabalhar com turismo pedagógico na escola é, para o professor, trabalhar com inclusão, é proporcionar ao aluno condições de estabelecer vínculo com a sociedade na qual se encontra inserido. A professora Marta vê no turismo pedagógico oportunidade de conhecer ambientes que, fora do contexto escolar, os alunos não teriam condições de frequentar; a sua fala salienta o quão importante e enriquecedor é para o educando estes momentos únicos de aprendizagem:

Com as crianças? é assim muito importante porque é uma coisa positiva as crianças crescem, elas aprendem muito aproveitam muito coisas que as vezes não tem oportunidade então eu acho que é assim muito enriquecedor na vida da criança eu acho extremamente enriquecedora. (Professora Marta) (Entrevista realizada no dia 23-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A professora Beatriz também percebe a riqueza de informações que o aluno pode experienciar durante os passeios pedagógicos e, ao mesmo tempo, relacionar esses conhecimentos aos conteúdos programáticos:

Sim eu sempre vi o passeio com bons olhos né, independentemente de ser classe especial ou na, eu acho que toda escola que participa de um passeio ele se torna rico de informação, de exploração né? De fonte de exploração para a gente colocar nossos conteúdos os conteúdos programáticos...é tudo, sempre vi com bons olhos turmas regulares, turmas especiais da mesma maneira. (Professora Beatriz) (Entrevista realizada no dia 21-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

No Projeto Político Pedagógico da escola CAIC-Professor Walter José de Moura, destaca nos seus objetivos como instituição “garantir o sucesso do aluno no processo do “aprender a ser, a conhecer, a fazer e a viver”” (CAIC-PWJM. PPP, 2018:14); entre os recursos propostos pelos professores para atingir esse objetivo, está a realização do turismo pedagógico.

O turismo na escola, para a professora Marta, é uma prática diferenciada onde os alunos saem do cotidiano. Para ela, a prática do turismo pedagógico dá oportunidade ao educando de participar de ambientes diferenciados da sua realidade:

O passeio é importante porque é uma prática diferenciada da escola, né? e até da rotina da criança...assim na vida dela..no cotidiano...na vida dela...pra ela ter...é.. Novas oportunidades ...então eu acho que com certeza é tem sim. (Professora Marta) (Entrevista realizada no dia 23-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Nas falas das professoras, pode-se perceber a importância de se trabalhar com atividades de natureza turísticas na escola; essas praxes adquirem significados especiais de interação do aluno com o meio. É no olhar sensível do professor que ocorre a busca por aulas mais interativas; é nessa busca pelo prazer de aprender que se dá a realização dos passeios pedagógicos. A liberdade de escolha dos materiais e ou ações que farão parte da aula é, portanto, fundamental no processo de ensino/aprendizagem, onde o objetivo é o respeito à pessoa humana e a construção do seu conhecimento. A autora Neuza Maria Deconto explica que, ao preparar uma aula, o professor deve pensar:

O repertório de vivências, de cultura, de história, de memória, de aprendizados que trazemos conosco. Ao tomarmos consciência desse acervo, mesclando-o com nossa observação sensível da realidade, provocamos abertura para novos conhecimentos e para a capacidade de relacionar os saberes podemos, assim, planejar ações com flexibilidade e a liberdade de estando não “apenas” preparando aulas, de forma mecânica, mas nos preparando para ensinar/aprender/viver. (DECONTO, 2003:57)

Para tanto, a autonomia da escola e do professor é construída no seu Projeto Político Pedagógico, onde todas as ações são previamente discutidas com a comunidade escolar de maneira democrática. No Projeto Político Pedagógico da Escola CAIC-Professor Walter José de Moura, não consta todas as atividades pedagógicas que se desenvolvem durante o ano, mas sim propostas de ações que serão decididas no coletivo da escola, isto é, em reuniões onde todos os segmentos participam para decidir as atividades que serão importantes para o desenvolvimento de todos os alunos; assim, o PPP do CAIC- Professor Walter José de Moura pretende:

Buscar sugestões, refletir sobre ideias, organizar e construir uma escola melhor, de qualidade, onde os princípios norteadores são: igualdade, qualidade, liberdade e valorização de todos envolvidos no processo, unem todos os segmentos, em prol do aluno, onde todas as ações serão interligadas e tem a responsabilidade em seu projeto de despertar em todos o dever, a obrigação e o direito de não só apenas fazer o dia-a-dia, como também construir uma educação de qualidade abarcando as concepções pedagógicas e a forma de materialização de suas ações, contudo, se trabalha sistematicamente e com afinco, em defesa de uma educação com qualidade social. O Caic Professor Walter José de Moura em cada período de sua história, busca aproximação com as exigências legais e com a sua comunidade escolar. (PPP-CAIC-PWJM, 2018:2)

Toda atividade didático-pedagógica requer planejamento por parte de quem ensina, por parte da gestão e por parte da comunidade. Ao planejar passeios pedagógicos, o professor deve considerar os objetivos que pretende alcançar. No ensino especial, pode-se observar na fala das professoras que os passeios pedagógicos são pensados como propulsores de inclusão social dos alunos com deficiência. As professoras acreditam que, além das possibilidades de conhecimento, para muitos educandos, significa oportunidades de participar de lugares e espaços diferenciados da sua realidade.

É no passeio inclusive onde entra uma parte da inclusão né... ele tem que ter ...isso...é faz parte..da...as vezes não faz parte da vida da criança por falta de condições e é onde na escola a gente tem que proporcionar a elas es...essas carências que elas tem em casa né...da família".(Professora, Maria) (Entrevista realizada no dia 20-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Eu acho de suma importância..que a gente tem que fazer a sociabilização dessas crianças..e fazer com que elas conheçam o mundo né, de uma forma bem concreta e ampla"(Professora, Lia) (Entrevista realizada no dia 22-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A professora Lúcia salienta o receio que as famílias dos alunos com deficiência têm em liberar os filhos para os passeios:

A gente sempre procura fazer atividades fora do espaço da escolar e incluir todos os alunos mas ...os pais nem sempre se sentem seguros de mandar os meninos ...os alunos especiais ...muitas vezes eles ficam fora dessas atividades não ...pelo professor ou pela escola... mas pela própria família que não se sente segura de mandar estes alunos” (Professora Lúcia) (Entrevista realizada no dia 24-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Muito mais do que aprender conteúdos, o passeio na educação especial é momento de proporcionar a criança deficiente o convívio com outras crianças em situações diferenciadas da escola. É momento de construção de identidades, é momento de se lidar com noções mais amplas de pertencimento e diferença. Nessa perspectiva, o passeio escolar pode ressignificar a imagem recorrente do deficiente como alguém incapaz, na medida em que investe este sujeito de outras possibilidades de alteridade, uma alteridade na qual a diferença não é propulsora de processos de exclusão; enfim, o turismo na escola é uma possibilidade para se construir regimes de representação calcados em políticas de inclusão social do deficiente.

Para as crianças do ensino regular, os passeios integrados com alunos especiais ensinam-lhes a tratar o outro, outra pessoa, que exige cuidados diferenciados, trazendo para todos o entendimento da condição humana; a troca e o cuidado com o outro, num ato de respeito e carinho, são atitudes de grande utilidade na vida do sujeito. Somos todos diferentes, e gostamos de ser tratados como singulares. As crianças que se relacionam com crianças especiais, que aprendem a respeitar e entender as diferenças, serão, portanto, na idade adulta, como reflete Oliveira (2004), profissionais melhores e cidadãos conscientes do direito do outro. Poderão desenvolver a capacidade de se colocar na condição do outro, não com sentimento de piedade, mas sim em condição de respeito ao outro nas suas diferenças ou limitações; logo, serão mais cautelosos e tomarão consciência, em processos de alteridade, que suas ações produzem consequências. Serão capazes de assumir responsabilidades perante a vida, e por seus atos.

Silva afirma que é preciso cuidar para que o trabalho pedagógico com a diversidade não cristalice a identidade e nem cristalice a diferença, pois corre-se o risco de essencializá-las; é preciso que a escola reconheça as diferenças, compreenda os processos históricos envolvidos na construção das identidades nos contextos sócio-culturais nos quais estão envolvidos os sujeitos pertencentes à comunidade circunscrita à escola. Dessa maneira, as identidades e as diferenças devem ser interpretadas como dados ou fatos sociais diante dos quais a educação formal deve tomar posições. “Em

geral a posição socialmente aceita e pedagogicamente recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença” (SILVA, 2000:73).

Tomaz Tadeu da Silva argumenta que as questões do multiculturalismo e da diferença tornaram-se temas centrais das teorias educacionais críticas e nas pedagogias oficiais. A pluralidade de cultura, ainda que tratada de maneira marginal como “temas transversais”, é possível perceber, na reflexão do autor, que questões como o multiculturalismo são reconhecidos no currículo oficial o que legitima o seu conhecimento, mas o que causa estranheza e a ausência de uma teoria da identidade e da diferença:

Em geral, o chamado “multiculturalismo” apoia-se em um vago e benevolente apelo a tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença. É particularmente problemática, nessa perspectiva, a ideia de diversidade. Parece difícil que uma perspectiva que se limita a proclamar a existência da diversidade possa servir de base para uma pedagogia que coloque no seu centro a crítica política da identidade e da diferença. (SILVA, 2000:73)

Sobre o direito de ser diferente na escola, Mantoan corrobora com Silva ao dizer que este vai muito além do que ser tolerado ou passivamente respeitado, “o respeito como conceito, implica um certo essencialismo, uma generalização, vinda das compreensões de que as diferenças são fixas, definitivamente estabelecidas, de tal modo que só nos resta respeitá-las” (MANTOAN, 2004:38). Trabalhar identidade e diferença numa concepção de valorizar as singularidades faz com que a escola rompa com o conceito de diferença baseado na igualdade; cada ser humano é único, portanto diferente.

Então, ao se pensar no multiculturalismo em um trabalho na educação, é importante destacar que estes temas não podem ser abordados simplesmente como questões de se respeitar ou tolerar as diversidades, De acordo com Silva, “por mais edificantes e desejáveis que possam parecer, esses nobres sentimentos impedem que vejamos a identidade e a diferença como processos de produção social, como processos que envolvem relações de poder” (SILVA, 2000:96).

É necessário que o trabalho desenvolvido na escola não reduza as diversidades a “temas transversais” onde as diferenças são vistas esporadicamente, em conteúdos pré-estabelecidos, ou em datas comemorativas, como dia da libertação dos escravos, dia da pessoa com deficiência, dia do autista, entre tantos outros dias. Não se pode reduzir as diferenças a datas, que muitas vezes expõe o aluno em condição de diferença como num palco caricaturesco de exposições de suas características, para que “outros” possam entendê-las. Como diz Silva, as questões de identidade e diferença devem ser

cotidianamente trabalhadas pedagogicamente, no sentido de entender que estas são construídas socialmente e não naturalizadas e ou cristalizadas e sim, são constantemente criadas e recriadas:

Primeiramente a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato- seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente,unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva , acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. (SILVA, 2000:96)

Mantoan (2003), quando discorre sobre as perspectivas de se formar uma nova geração num projeto educacional inclusivo, ressalta que este pensamento é reflexo de um exercício constante da cooperação e da fraternidade, é parte do reconhecimento e da valorização das diferenças. O ensino do respeito à condição do outro pode ser integrado às diversas áreas do conhecimento. O passeio pedagógico tem como privilégio a interdisciplinaridade do conhecimento, ao mesmo tempo que traz a riqueza de produzir relações, de compartilhar, de integrar de interagir com o outro, com a diferença.

3.4- O TURISMO NA ESCOLA: PASSEAR, (RE) CONHECER E SER CIDADÃO.

A cidadania, segundo Jaime Pinsky, prende-se à ideia de contrato social, isto é, um complexo de direitos e deveres que temos em relação ao outro. Segundo o autor, a banalização da palavra cidadania, usada indiscriminadamente, restringe o seu significado e sua amplitude: “tenho a impressão de que cidadania para alguns, tem a ver apenas com o colocar a mão direita sobre o lado esquerdo do peito enquanto o nosso Hino Nacional é executado ou com o torcer inutilmente para que algum piloto brasileiro repita os feitos de Ayrton Senna” (PINSKY, 1998:18).

Matos reafirma o uso indiscriminado da palavra cidadania, sem discriminação do seu conceito ao expor que:

No Brasil, a palavra cidadania vem sendo usada em discursos políticos de todos os matizes, chavões cunhados ao sabor dos interesses de grupos à direita ou à esquerda no processo político. A discussão perpassa não só as classes populares, mas também as classes dirigentes. Todos conclamam por mais segurança, menos poluição, mais saúde, menos desemprego, mais educação e habitação, menos discriminação sexual e desigualdade social. (MATOS, 2013:39)

Cidadania não pode ser reduzida apenas ao ato respeitoso frente a símbolos e significados nacionais. Nas escolas do nosso país, mesmo com implementação da democracia, muitas ainda preservam costumes da Ditadura Militar. A hora da Educação Moral e Cívica é um exemplo dessa perpetuação de valores; os alunos são postos emfileirados diante da bandeira nacional para cantar o Hino Nacional. Mais do que o ato de respeito aos símbolos nacionais, os militares usavam da obrigatoriedade de uma educação para o civismo como parte do esquema de dominação social. Esses momentos são exemplos clássicos de como a instituição escola é usada para perpetuar valores das classes dominantes.

Para desconstruir pensamentos retrógrados e antidemocráticos, a escola para a cidadania deveria primar por pensar além do que lhe é imposto, pois cidadania transcende o ato de apreciação de símbolos nacionais, não é somente direitos e deveres. Cidadania é o entendimento reflexivo, responsável e participativo que o homem tem ao exercer direitos e deveres, é a consciência de ser cidadão, de transformar de integrar de opinar de participar da sociedade. “Exigir direitos é parte da cidadania, mas respeitar os contratos sociais é sua contrapartida” (PINSKY, 1998:19)

Afinal, qual a finalidade da escola senão a de formar cidadãos? Ao questionar os objetivos da escola, Pinsky diz que essa enquadra, ajusta, integra, desestimula atitudes anti-sociais, e auxilia no desenvolvimento dos indivíduos tornando os sujeitos sociais, permitindo-lhes acesso ao patrimônio cultural da humanidade. O autor ressalta que os direitos e obrigações da cidadania ao se dissociam desse Patrimônio:

A cidadania não é, contudo, uma concepção abstrata, mas uma prática cotidiana. Ser cidadão não é simplesmente conhecer, mas, sim, viver. Não há possibilidade de ser cidadão num regime totalitário, como a Alemanha de Hitler, a Itália de Mussolini ou uma nação latino-americana submetida a governos militares. Isso significa, com tudo, que a democratização formal transforme, automaticamente, todos os habitantes do país em cidadãos. Costuma se dizer que a cidadania como a liberdade, não podem ser outorgadas, mas sim conquistada. (PINSKY, 1998:96)

Sendo assim, cabe aos professores buscarem alternativas de ensino para que o aluno participe da sociedade. Quando se fala na escola inclusiva, pensar a educação do deficiente como possibilidade do acesso a cidadania é talvez pensar o turismo pedagógico como uma das estratégias possibilitadoras de inclusão social cidadã dos alunos. Diante dessa constatação, algumas questões se colocam: Os passeios pedagógicos podem permitir aos alunos acessarem a cidadania?

A professora Maria diz que, ao estar se comunicando com os outros e interagindo na sociedade através dos passeios pedagógicos, permite-se ao aluno com deficiência se reconhecer como cidadão:

Pela comunicação, pela interação que ele tem com o outro, com os pares dele, ..então a criança especial consegue entender que ele é igual em direitos e deveres, assim.. ele vai cada vez mais interagindo” (Professora Maria) (Entrevista realizada no dia 20-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Na visão da professora Lia, o momento do passeio oportuniza ao aluno de classe especial o exercício da cidadania, pois, ao frequentar espaços que deveriam ser acessados por todos nas mesmas condições de igualdade, a criança especial tem oportunidade de compreender-se como parte da sociedade, como um sujeito de direitos e deveres, enfim, como cidadão.

O passeio se torna um local...um exercício né? é uma chance uma oportunidade pra o exercício ...da cidadania...pra...inclusive o exercício da inclusão também né? é uma oportunidade de estar inserido naquele espaço com...como.. todo mundo como todas as outras pessoas, aprende... que pode participar da sociedade e dos seus espaços” (Professora Lia) (Entrevista realizada no dia 22-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Ao participar de outros espaços para além da escola e do espaço privado restrito às relações familiares, o aluno deficiente tem a possibilidade de experienciar o mundo social nas suas multiplicidades. Segundo a professora Lúcia, a importância de estar saindo para fora da escola com os alunos é porque é possível sair de uma redoma, na medida em que os passeios pedagógicos “mostram o mundo”. Ao frisar a importância de estar conhecendo e participando da sociedade, a professora percebe que os passeios pedagógicos, para a criança com deficiência, a possibilita participar de espaços sociais como parques, museus, cinemas, teatro, ou até mesmo uma volta nos arredores da escola para conhecer onde mora, onde vive, como funciona a sua comunidade. Para ela, isso faz parte do processo de autonomização do sujeito na medida em que nesse processo está subjacente o entendimento do que é ser cidadão:

Eu acredito muito nisso..porque eles conhecem outras realidades além da família e da escola..eu acho que isso abre um leque ...um mundo novo pra os alunos; principalmente os especiais, onde simples passeios podem fazer a diferença na vida dessas crianças... um passeio no parque, no cinema , no teatro, num museu, é...é tão importante quanto um passeio ao redor da escola explorando e conhecendo a sua comunidade” (Professora Lúcia) (Entrevista realizada no dia 24-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A professora Aparecida pensa em cidadania como um direito previsto na constituição. Lembra que todos perante a lei são livres, mesmo diante das coisas mais simples e cotidianas como viver, andar e participar de espaços sociais. Para a docente, a cidadania está em tudo que fazemos e/ou produzimos. Segundo ela, participar da sociedade de maneira consciente do seu papel de cidadão pode ser o caminho para a construção de um mundo melhor, onde todos, independente de sua condição física, social e mental, possam exercer a sua cidadania sem discriminações:

Com certeza, os passeios são um momento de exercer a cidadania, porque o que fala a constituição, que nós somos livres e que nós temos os mesmos direitos, de viver, de andar, de participar, de tudo que é proposto, nos passeios o aluno especial tem aí um momento de se ver como todos, pois é importante para ele entender... que faz parte da sociedade ”(Professora Aparecida) (Entrevista realizada no dia 23-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Se concebermos o turismo pedagógico como uma forma de estudo propulsora de autonomia, estamos coadunando com o que pensa Matos, pois ele “parte do princípio de que cada pessoa possa, fazendo uso de sua liberdade, ser seu próprio agente na formulação e solução e solução de seus problemas numa civilização permanentemente em mudanças” (MATOS, 2012:5). Por conseguinte, as atividades turísticas desenvolvidas na escola podem ser propulsoras da emancipação pessoal na medida em que elas possibilitam ao educando uma adaptação em situações diferenciadas e novas.

Ao serem questionados sobre o que é ser cidadão ou ter cidadania, os alunos falam que desconhecem as palavras cidadão e cidadania; entretanto, ao perguntar de maneira diferente sobre as questões de deveres e direitos que todos têm, eles sabem que têm direitos e deveres na escola, na família e na sociedade; entendem o que podem e o que não devem fazer. Muitas vezes, suas falas demonstram que ainda estão no processo de construção de suas identidades e exercício de sua cidadania:

***Você sabe o que cidadão?** Sim...cidadão é uma cidade **O que é para você ter direito?** Ter direito é poder fazer as coisas...poder ir para escola...poder passear...poder comer...e...pronto?**E ter deveres?** Sim ter deveres e fazer o dever de casa...ajudar a minha mãe...o meu pai...cuidar da família...(Alvaro, aluno) (Entrevista realizada no dia 27-06-2018 na escola, com duração de 1 horas)*

Paulo Freire ressalta a importância de lembrar que não é somente a partir do que é feito em sala de aula que os professores ou professoras serão capazes de apoiar os alunos e as alunas na reconstrução da posição deles no mundo. “É importante que

saibamos que o tempo limitado da sala de aula representa apenas um momento da experiência social e individual total do aluno.” (FREIRE, 2001:75).

Corroborando com o pensamento de Freire, a professora Aparecida diz que os passeios pedagógicos, proporcionados pelo turismo, trazem muita informação para as aulas e que, ao sair da escola para o mundo, se dá uma troca de informações entre o aluno, a escola e a vida. Para a educadora, isso é algo positivo e conduz o aluno deficiente ao exercício da cidadania.

Os passeios eles trazem muita..é...muita... informação!!...né ..em todos o aspectos, além de ser um exercício da cidadania ele ta ali obtendo informação , pegando informação do meio..de onde ele tiver...certeza os passeios são sempre positivos em todos os aspectos...ao meu ver né?!(professora, Aparecida) (Entrevista realizada no dia 23-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Ao se ler os as falas tanto dos profissionais quanto dos alunos, percebe-se a necessidade da escola promover momentos de práticas de cidadania nos quais os estudantes possam reconhecer o ambiente e os espaços em que estão inseridos, compreendendo que o uso dos espaços públicos é um ato de cidadania. A fala do aluno Álvaro corrobora o entendimento de que os passeios pedagógicos são fonte de aprendizagens e percepção da cidadania.

Eu gosto, muito dos passeios, eu gostei mais do vai quem quer, porque eu já conhecia, já fui lá com a minha mãe. O que eu mais gostei foi de jogar futebol , brincar e do lanche. Aprendi que pode jogar futebol e pode brincar, que tem de cuidar das plantas, aprendi que no parque não pode jogar lixo, e gostei de andar com a professora, para conhecer o parque e tudo, depois vou chamar a minha mãe para andar comigo.(Álvaro, aluno) (Entrevista realizada no dia 27-06-2018 no local de trabalho, com duração de 1 horas)

Gastal e Moesch pensam que “é preciso retomar o histórico da construção das ideias de cidadania, olhando a cidade não como um espaço físico, mas como um espaço onde circulam pessoas, ideias, saberes, e onde suas culturas, o imaginário urbano e o conceito de cidadania seriam pactuados” (GASTAL E MOESCH, 2007:27). Nessa perspectiva, o turismo na escola, materializado nos passeios pedagógicos, é a possibilidade de redescobrir a paisagem natural, o patrimônio cultural e o desenvolvimento social dos espaços sociais; neles é possível construção e reconstrução de identidades em processos de alteridade nos quais a diferença não assuma um valor negativo e a deficiência não se cristalice como fator impeditivo do exercício da cidadania para os sujeitos. O passeio escolar, ao ressaltar os aspectos naturais, socioeconômicos, culturais e éticos do mundo social, pode possibilitar a apropriação do

espaço e do tempo de maneira a reconfigurar regimes de representação calcados em momentos históricos que negaram a condição de cidadão para as pessoas deficientes.

Nessa ordem de pensamento, a exclusão social centrada na problemática das diferenças individuais, culturais e sociais também está contida no espaço da escola; ela “nos coloca diante da situação de exclusão e de discriminação das pessoas que apresentam necessidades especiais no contexto da educação brasileira” (OLIVEIRA, 2004:25-26).

Conceber uma escola na qual o multiculturalismo posto nas diferenças humanas seja reconhecido como parte do processo educativo é condição *sine qua non* para vermos e compreendermos a importância da inclusão. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2013), as diferenças são constantemente produzidas e reproduzidas nas relações sociais.

Não cabe à escola ensinar somente o respeito e a tolerância às diferenças, pois na medida em que elas se fazem e se refazem, as diferenças se reconfiguram e figuram relações sociais dinâmicas calcadas em relações de poder que se colocam, geralmente de forma assimétrica e desigual. Portanto, cabe aos projetos políticos pedagógicos insistirem numa educação inclusiva que seja capaz de analisar os processos sob os quais as diferenças são produzidas. Ou seja, a escola que se quer inclusiva é uma escola que reconhece as desigualdades e coloca permanentemente em questão as classificações binárias nas quais se erguem as compreensões sobre, por exemplo, deficiente/incapaz e normal/capaz. Tratar da educação do deficiente é, pois, reconhecer que a diferença é resultado de um processo relacional e histórico de construção social/cultural/política e econômica das identidades, pois há que se considerar o fato de que a designação da deficiência não pode ser considerada como um constructo cultural fixo, definitivamente estabelecido. Ao longo da história ocidental, a nomeação do que era ser deficiente sofreu processos de mudança e transformação; dessa maneira, tanto a deficiência como a identidade, devem ser percebidas e inseridas em um processo relacional.

Paulo Freire diz que a diferença na escola é importante para as aprendizagens, pois ela evidencia a riqueza da diversidade e da cidadania nas construções das identidades do sujeito; nas palavras do autor, “ eu cresci aprendendo que a gente aprende mais é na diferença, mesmo. Eu não aprendo na igualdade. O sujeito é igual a mim, gosta de carne de porco como eu gosto....Não! tem de gostar também de outra coisa! Eu sou pela diferença!” (FREIRE, 2001:180). O trabalho com a diversidade faz refletir o papel da escola no mundo atual; a necessidade de mudança na educação é

imprescindível para que todos possam participar de uma escola diferente, “uma escola que aceite as diferenças como normalidade, não como exclusão a partir de uma pretensa “identidade”” (OLIVEIRA, 2004:14). Dessa maneira Tomaz Tadeu da Silva nos ensina que:

A diferença, assim como a identidade, é um processo relacional. Diferença e identidade só existem numa relação de múltipla dependência. O que é (a identidade) depende do que não é (a diferença) e vice-versa. É por isso que a teoria social contemporânea sobre a identidade cultural e social recusa-se simplesmente a descrever ou celebrar a diversidade cultural. A diversidade tampouco é um fato ou uma coisa. Ela é resultado de um processo relacional-histórico e discursivo- de construção da diferença. (SILVA, 2013:101).

Levando-se em consideração que as relações culturais e sociais contribuem para a percepção das identidades sociais, Bauman diz que “ter uma identidade” parece ser uma das necessidades humanas mais universais”; o autor explica as diferentes identidades construídas pelo sujeito, evidencia a relação entre as identidades pessoais e as identidades sociais ao dizer que a “identidade pessoal confere significado ao “eu””. A identidade social garante esse significado e, além disso, permite que se fale de uns “nós” em que o “eu” precário e inseguro, possa se abrigar, descansar em segurança e até se livrar de suas ansiedades” (BAUMAN, 2012:46); é preciso conceituar a construção de identidade como plural, ou seja, representada por diferentes atuações sociais.

Cabe afirmar que a identidade confere ao sujeito o sentimento de pertença à sociedade em que está inserido; na fala da mãe, pode-se identificar o desenvolvimento desse sentimento da filha em relação à escola:

Ela adora a escola né?...e se um dia ela sair ela até entra em depressão...porque nunca vi gostar de escola desse jeito .Quando ela vem pra escola ela sempre diz :-estou indo pra minha escola.(Senhora Francisca) (Entrevista realizada no dia 25-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Baumam, nas suas reflexões sobre as identidades socialmente construídas, nos diz que os “nós” feitos de inclusão, aceitação e confirmação são o domínio da segurança gratificante, desligada (embora poucas vezes do modo tão seguro como se desejaria) do apavorante deserto de um *lá fora* habitado por eles.” (BAUMAM, 2012:46).

Em uma condição de reconhecimento da cidadania e da construção de uma identidade cidadã para o aluno com deficiência, a senhora Francisca, em sua fala, reconhece que os passeios realizados pela escola auxiliam na apropriação das identidades sociais dos alunos deficientes, onde estes, como a exemplo da sua filha,

passam a reconhecer os espaços sociais visitados como lugares em que podem participar e estar inseridos:

Todos os passeios que ela vai se eu for e passar no lugar...ela diz a...foi aqui que eu vim com a escola, por exemplo...é...no shopping de Águas Claras eu fui...ela disse que foi pra lá...né pro cinema...ai ela foi pro zoológico também...eu fui lá...ela disse que foi com a escola...ela gosta de participar sinto que assim ela entende né ..que ela faz parte da escola...de todos ela gosta de todos os passeios.ela se sente como os outros né?...tudo é festa pra ela.. (Senhora Francisca) (Entrevista realizada no dia 25-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A senhora Francisca percebe a escola como o lugar no qual sua filha tem oportunidade para acessar sua condição de cidadã, como todas as crianças sendo deficientes ou não. Para esta mãe, o passeio pedagógico é uma atividade importante onde a escola propicia aos alunos com deficiência vivenciar e explorar lugares que ela, como mãe, não tem tempo e condições de ir com a filha:

Eu acho importante o passeio na escola eu acho...devido eu num ter muito tempo pra sair com ela, e a vezes tem lugares como o teatro né? que é um pouco caro pra eu levar ela ..eu acho assim que ela..vai e se envolve com outras pessoa né ?também...ela vai. E é por isso que ela é sempre desenvolvida devido isso também né?...os passeios...que ela sempre vai né?" (senhora Francisca) (Entrevista realizada no dia 25-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Nesses encontros com o outro se estabelecem as diferenças; a escola, ao conceber esse contato com o outro, auxilia numa nova construção da identidade do aluno deficiente, onde este se percebe como igual em oportunidades e direitos, mas diferentes nas suas singularidades, como nos faz refletir Silva:

A questão da identidade, da diferença e do outro é um problema social ao mesmo tempo é um problema pedagógico curricular. É um problema social porque, em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, é inevitável. É um problema pedagógico e curricular não apenas porque as crianças e os jovens, em uma sociedade atravessada pela diferença, forçosamente interagem com o outro no próprio espaço da escola, mas também porque a questão do outro e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular. (SILVA, 2000:97)

A educação, portanto, “poderá dar abrigo a experiências diversificadas, confrontando-se no diálogo de uma aprendizagem pessoal e coletiva em que as singularidades de cada um revele, a seu modo, as múltiplas e plurais potencialidades humanas” (DECONTO, 2003:103). Nas falas dos autores Silva e Deconto, pode-se entender que é através da educação que se pode trabalhar o respeito e a alteridade. Uma escola de qualidade se configura como espaço educativo de construção de identidades e constituição das personalidades humanas, autônomas, críticas, conscientes e reflexivas

do seu lugar de cidadão no mundo e na sociedade. No ambiente escolar que valoriza a diversidade a “criança e o jovem aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos ensinam os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrados nas salas de aula, pelo clima sócio-afetivo das relações estabelecidas por toda comunidade escolar” (MANTOAN, 2003:35).

Em uma perspectiva crítica, a escola, ao se reconhecer como lugar de práticas inclusivas, busca construir estratégias para a desconstrução das narrativas que por muito tempo permearam os currículos no que se refere a incapacidade de aprendizagem e socialização do deficiente.

Em uma perspectiva crítica, a escola inclusiva deve buscar lidar com o multiculturalismo, não como simples acréscimo de informações superficiais sobre as identidades que compõem o espaço social em seus sistemas discursivos, mas como uma questão histórica e política. Há que se compreender que a diferença não deve ser somente celebrada, mas questionada.

O currículo escolar precisa, em seus discursos, desvelar os mecanismos de construção das identidades sociais, bem como refletir como a construção da diferença e da diversidade estão vinculadas a narrativas que constroem o que é ser “normal” e o que é ser deficiente; é preciso questionar porque as identidades consideradas “normais” são normalmente as identidades de referência, e porque elas tendem a invisibilizar os deficientes, os não “normais”. Só um currículo que pensa essas questões pode ampliar o multiculturalismo para além de uma perspectiva informacional, pois um currículo multiculturalista deve pensar a inclusão como um processo histórico e político para questionar porque a pessoa deficiente não deve ser pensada na perspectiva do preconceito individual, pois o preconceito e a negação da condição de cidadania para o deficiente é parte de uma matriz institucional e discursiva. Por isso o currículo não pode se ater de debruçar-se sobre as causas discursivas, institucionais e históricas sobre o lugar do deficiente na sociedade como cidadão. Claro que os preconceitos individuais devem sempre ser questionados e criticados, porém como parte de uma formação social que constrói um discurso sobre a deficiência em um tempo e espaço históricos localizados em uma determinada cultura.

No relato da professora Marta, pode-se perceber que o passeio pedagógico para seus alunos que têm dificuldade em sociabilizar-se é uma oportunidade para que saiam dos ambientes escolares e familiares, para conhecer o mundo. O turismo pedagógico,

para a professora, configura-se como momentos de experiências únicas nos quais seus alunos, devagarzinho, vão se relacionando com os seus pares.

Tem um que sim, o outro não ...então o que...que sim não é tão severo né...ele não interage com todos ma ele faz as escolhas...e tem um que não interage ele interage com muito poucos...muito poucos... é um dois no máximo três alunos ... a não ser que seja assim numa atividade que seja muito boa...igual foi no passeio..quando ele viu a bola ai ele já quis jogar com uns três quatro que estavam ali perto dele mas se não for uma atividade que não interessa pra ele...ele não interage ele fica mais no mundinho dele ali mais quietinho né...mais solitário, a socialização pra ele se torna uma coisa muito complicada nesse momento...agora o outro não... o outro já participa de tudo faz tudo com alegria que é...que é...não de tudo...né.tudo assim...mais do que o outro é...mais já ...participa muito mais que o outro ele tem ...a interação dele e muito melhor ..”(Professora, Marta) (Entrevista realizada no dia 23-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Para os aluno com deficiência, o fato de estar com o outro e de participar dos passeios mostra àqueles que eles são parte da sociedade; a escola, então, torna se um elo na construção e descoberta de uma identidade cidadã para esses alunos. No centro de uma perspectiva crítica, o currículo que concebe o turismo como possibilidade de aprendizagem acaba por permitir a instituição de representações não essencializadas sobre a identidade dos alunos deficientes, na medida em que desloca as representações calcadas na incapacidade de autonomia e exercício da cidadania como impossíveis, para a concepção de um sujeito que é diferente, mas cidadão que tem perspectivas de autonomia e realizações e que possui direitos e deveres que os possibilitam integrar-se ao mundo social.

Na pesquisa proposta, ao trazer os passeios pedagógicos como ferramenta de ensino/aprendizagem, socialização, interação e construção da cidadania, penso como Mantoan, ao discutir escola inclusiva e práticas de ensino. Acredito que um currículo para a escola inclusiva deve ter como preocupação integrar áreas de conhecimento com vistas a atingir a concepção transversal de novas propostas não-disciplinares de organização curricular. Isso posto, tem por objetivo a proposição de bases curriculares nas quais as disciplinas acadêmicas passem a ser meios, e não fim em si mesma, ou seja, o estudo das disciplinas precisa estar relacionado as experiências de vida dos alunos, “dos seus saberes e fazeres, dos significados e das suas vivencias, para chegar a sistematização dos conteúdos” (MANTOAN, 2003:36).

A professora Maria, ao fazer uma descrição dos momentos que ocorrem no passeio, ilustra essa preocupação não disciplinar de organização curricular. Para a docente, o passeio pedagógico realça a importância da socialização, de sair da escola

para ambientes onde o aluno com deficiência possa se perceber em condição de igualdade nas suas diferenças com o outro.

Os passeios facilitam muito essa socialização, então começa pelo...pelo..local de acomodação e recepção dos alunos no dia do passeio, geralmente a gente não tá na nossa sala sozinho a gente já tem que ficar num outro espaço que é um espaço mais coletivo da escola todos juntos, aguardando o ônibus ...aquela coisa toda, no ônibus também é um outro local que permite muito essa socialização então sempre tem alguém um coleguinha que quer sentar junto, que quer conhecer melhor, e aí você tem esse espaço essa oportunidade, no ônibus...e no local...quando chega no local uma hora ou outra você sempre encontrando esbarrando.. um coleguinha diferente que tem tempo que não encontra, ou outros que você nem encontrou mais naquele momento ali ...ficam juntos, outro momento também que é muito propício é o momento do lanche...né, na hora do lanche, tem sempre um coleguinha que tá junto até mesmo ..é surge a necessidade de dividir um lanche , então são oportunidade de interação...(Professora, Maria) (Entrevista realizada no dia 20-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A senhora Flora demonstra na sua fala que, ao participar do passeio, a filha gosta de estar junto dos seus colegas; são estes momentos que a mãe evidencia na sua filha o sentimento que esta aparenta de sentir se parte da escola, parte da sociedade e parte da comunidade, enfim, ser cidadã.

Os passeios são um dos momentos mais felizes para minha filha na escola,são também importantes para uma interação social..né..ela gosta demais de tá participando Pra tá junto com os colegas...isso é bom pra ela, e como ela é filha única né, ter contato com outros colegas ...com outras meninas é bom, pra ela se sentir igual aos outros”(Senhora, Flora) (Entrevista realizada no dia 25-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A senhora Carmem concorda com a senhora Flora ao dizer que os passeios para a sua filha também são momentos de interação e socialização. Segundo suas narrativas, os relacionamentos e as amizades desenvolvidas durante as saídas da escola aguçam e despertam na criança com deficiência possibilidades de interação nas quais entra em contato com outros sujeitos e com sua subjetividade. Através dessas experiências, nas quais vão de encontro as alteridades, o deficiente constrói novas identidades individuais e sociais onde se sente parte do grupo, da escola e da sociedade.

Os passeios promovem a interação, as crianças né os colegas, ela se sente estimulada, ela quer fazer o que os outros fazem,e, eu acho que ,a própria questão de tá envolvido no passeio, a questão de ir com as crianças,com os colegas ,trás muito mais prazer do que se fosse só com a mãe, eu acho que a companhia a presença dos amigos, tona isso mais agradável, daí há a socialização, assim um aluno quer ir ao banheiro aí ela diz eu quero ir, se o colega fala: a eu vou sentado aqui do lado né, hoje eu quero ir com a Luiza , ela fala eu quero ir com a Luiza também, aí começa né,e faz , despertar aguça sabe,eu acho que é,é a própria inclusão faz isso,porque se a criança tá ali envolvida junto com outros colegas e ela se sente parte daquele grupo, daquela turma, tudo que os outros fazem ela quer copiar,ela quer fazer igual, e isso

favorece.”(Senhora, Carmem) (Entrevista realizada no dia 26-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

Cabe salientar que reconhecer o deficiente na sua singularidade nos processos de aprendizagem não pode ser considerado no currículo somente como tema transversal; na escola que se quer inclusiva, a deficiência precisa ocupar posição de centralidade. Assim, o conhecimento e o reconhecimento das deficiências se tornam uma questão vital para a instituição das identidades na busca do exercício da cidadania; nesse processo, o turismo, na forma dos passeios pedagógicos, se torna mais uma possibilidade de construção de processos de inclusão. No entanto, cabe salientar que nem sempre lidar com a diferença e, mais especificamente, com a deficiência é algo recorrente e naturalizado na educação pública. Isso fica claro na fala da professora Aparecida; segundo a docente, nas suas experiências com passeios pedagógicos, ela diz que nas escolas onde trabalhou no ensino especial, as saídas da escola eram quase que proibidas, pois as condições físicas e mentais dos alunos com deficiência eram motivo de medo e insegurança na realização de passeios escolares:

O passeio pedagógico assim, o quê que eu aprendi, passaram pra gente como uma coisa assim, até uma coisa assim a até (...) quase proibida, porque as pessoas não pensam no benefício mas, pensa sempre no que de ruim vai acontecer se eu sair com o aluno deficiente, devido às suas condições físicas e mentais de dentro da escola, e eu vejo que (...) tive oportunidade de fazer um passeio né, e eu vi que é muito importante essa integração dos alunos (...) e também pra quem tá vendo, passar a ter um olhar mais humano, pra eles, porque, eles continuam sendo gente né, num é porque tem um problema que vão deixar de ser gente.”(Professora Aparecida). (Entrevista realizada no dia 23-06-2018 no local de trabalho, com duração de 3 horas)

A sociedade historicamente tem demonstrado dificuldade em lidar com as diferenças e, portanto, com o deficiente quando esta considera a deficiência como desvio do padrão do que é considerado “normal” para os grupos sociais. As características visíveis em alguns deficientes, ao serem apontadas e reconhecidas, são portadoras de valores construídos socialmente de forma negativa, acabam por impor ao indivíduo com deficiência a exclusão social. É vital para a escola que os atores educacionais tenham acesso a uma formação pedagógica que lhes preparem para trabalhar e lidar com a diferença presente em toda sala de aula.

O convívio com a diferença remete a valores, atitudes e julgamentos, exigindo a desconstrução dos modelos rígidos e excludentes. Trata-se de um processo desestabilizador, que interfere não somente na esfera profissional, mas também pessoal, pois implica práticas e concepções há muito arraigadas sobre a deficiência. (SAMPAIO E SAMPAIO, 2009:47-48)

As diferenças das crianças com deficiências não podem ser rotuladas de maneira tal que possa confirmar as representações socialmente construídas acerca dessas crianças reafirmando suas impossibilidades, mas sim diante das diferenças, que se possa criar caminhos que tragam intervenções pedagógicas que auxiliem na transposição das suas dificuldades. Dentre essas intervenções está o turismo, na forma de passeios pedagógicos, uma possibilidade de forçar a construção de novas epistemes, nas quais seja possível questionar o conhecimento socialmente construído e instituído como verdade. O passeio permite ao professor a aventura de explorar o ainda não construído; ele pode ser a diferença que fará a diferença na instituição de novos significados para a construção das representações sociais sobre o deficiente, um cidadão.

Em uma sala de aula todos são diferentes; perceber e trabalhar com as diferenças é entender os princípios da inclusão na escola. Para uma educação inclusiva, faz-se necessário trabalhar com a alegria e riqueza da diferença, e não acatar a pseudo facilidade da homogeneidade. Segundo as autoras Sampaio e Sampaio (2009), incluir não é homogeneizar; a igualdade se caracteriza pelo direito a diferença. Portanto, para as autoras:

A construção de escolas mais acolhedoras às diferenças passa indubitavelmente pela crença de que a diversidade faz parte da constituição humana, e que é benéfica para todos, pois é nela que crescemos e nos constituímos como sujeitos. (SAMPAIO e SAMPAIO, 2009:13)

No ato educativo, a homogeneidade exclui o “diferente”; logo, a diferença tem que ser pensada. Trabalhar nessa expectativa é auxiliar o aluno na construção de suas identidades. A escola deve ser lugar de diálogo, de trocas; é preciso que nela se estabeleça um entendimento do eu. O diálogo que se pensa não é aquele em que um fala e o outro apenas ouve e acata; a conversa que se pretende é aquela em que não morre na palavra, o diálogo que deve ser proposto é aquele que perpetua, é a fala que vem de dentro de nós “esta é a fala que me diz do que eu sei, do que eu posso, do que eu desejo saber e daquilo que posso ser. Esta fala me ensina a dúvida, a especulação, a indagação, a crítica” (DECONTO, 2003:103). Aprender a questionar e a duvidar é, para o sujeito, condição de entendimento do que deseja ser ou não ser, do seus quererem em um diálogo com seu eu e com o outro. É nesse diálogo que o homem, então, se constrói como sujeito. Portanto, a escola que não aceita e nem acredita em verdades absolutas ou prontas sobre normalidade ou deficiência é uma escola que pleiteia a formação de

cidadãos instituídas nas diferenças e todas as suas contradições. É uma escola que merece a designação de escola inclusiva.

Tratar a deficiência na complexidade da constituição das subjetividades inclui contradições, medos, ansiedades e processos de resistência. A deficiência, por se tratar de um elemento constitutivo da diferença, se coloca como uma subjetividade amalgamada por contradições calcadas em processos de descentramento fragmentados e cindidos e como parte das representações que precisam de deslocamentos no sentido de instituir positividade às identidades no processo pedagógico. Dessa maneira, a instituição da identidade do aluno deficiente passa a depender de processos de significação instituído na cultura como formas de construção social e política, na qual essa identidade é problematizada para além de um binarismo excludente de normalidade e não normalidade. Dessa maneira é que o turismo na escola nos faz pensar o impensável até poucos anos atrás, quando considera categorias como sujeito, autonomia e cidadão, para se pensar o deficiente nos processos de ensino/aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imaginário e as representações sobre as pessoas com deficiência, como indivíduos incapazes de sobreviver na sociedade e na escola, foram construídos ao longo de processos históricos na linguagem e nas práticas sociais. Na escola, a discriminação negativa acerca desses sujeitos levaram à crença em torno das suas dificuldades de aprendizagem, negando-lhes o direito de ser diferente, o respeito as diversidades, e também uma negação da sua possibilidade de ser cidadão.

De acordo com a pesquisa realizada, foi possível perceber, que com os processos de luta, as pessoas deficientes conquistaram direitos antes negados a tais sujeitos. A Declaração dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) constituíram-se em marco fundante para o início de processos de educação inclusiva em diferentes países, muitos dos quais participaram e se comprometeram a desenvolver políticas de inclusão para os sujeitos com deficiência na sociedade e na escola.

A diversidade humana na escola passa a ser percebida, a partir dessas discussões que ocorreram no mundo acerca da necessidade de se incluir pessoas nos processos educacionais independente das suas diferenças, de raça, gênero, cultura, situação sócio econômica e deficiências.

A escola e a sociedade excluem e discriminam alunos com deficiência e todo aquele que demonstra dificuldade em se moldar aos padrões e modelos já estabelecidos. As dificuldades em relação às aprendizagens são evidenciadas, não para um entendimento das necessidades do aluno, mas sim como maneira de mostrar o quanto os saberes escolares estão fora de suas capacidades intelectuais.

A escola, normalmente, tende a valorizar os que se adequam e se encaixam aos seus saberes e discriminar os que para ela são “incapazes de aprender”. Ao agir dessa maneira, nega o seu papel - formar cidadãos críticos e participativos. A instituição educativa, ao se negar a conceber a diferença em seus espaços, nega os processos de inclusão social, nega sua responsabilidade pela formação do sujeito cidadão e acaba por transferir para o aluno a sua “incapacidade” de formar, a sua responsabilidade social, designando a ele a culpa por não ser integrado, enfim, não ser “igual” a todos que dela participam.

Na contramão dessa escola excludente surge a proposta de uma escola inclusiva, uma escola que se propõe a conviver intramuros com a diferença, com as singularidades

humanas. A escola que se coloca numa perspectiva inclusiva visa romper as barreiras da exclusão, e, nesse processo procura-se construir uma busca pelo direito de aprender para os sujeitos que dela não conseguiam participar.

A escola inclusiva é, para a educação, uma contradição nos seus valores e nas suas crenças, pois essa instituição social responsável por perpetuar valores sociais hoje tem que rever sua função social, e entender que a inclusão para grupos historicamente discriminados deve estar assegurada em seus espaços. Porém, mudanças sociais que rompam paradigmas cristalizados, requerem políticas de longa duração. Se observarmos na história da educação brasileira podemos perceber que a concepção de uma escola inclusiva é algo recente, com menos de 30 anos de existência. Esse curto espaço de tempo promove processos que levam, na contemporaneidade, ao estabelecimento de uma escola contraditória nas suas práticas, e representações, que ainda excluem, mas que busca por mudanças no pensar e fazer incluir o sujeito deficiente.

Mesmo diante do cenário de exclusão vivido no ambiente escolar, a pesquisa em pauta possibilitou perceber que hoje já existe um movimento bastante significativo que visa superar a exclusão e discriminação dos deficientes tanto no meio social como na educação.

A escola pautada no discurso inclusivista tenta incluir grupos que nos processos sócio históricos foram colocados à margem da sociedade. Mantoan (2003) lembra que os alunos são seres encarnados, isto é, existem de fato, não são categorizáveis, são pessoas com desejos e anseios e aspirações diferenciadas, que provém de culturas, religiões, sociedades as mais variadas, portanto, são sujeitos originários de universos específicos, e que a escola tem que considerar e trabalhar no sentido de incluir a todos. Não considerar essa diversidade é negar oportunidades iguais a todos. O aluno concebido abstratamente pela escola “justifica a maneira excludente de a escola tratar as diferenças” (MANTOAN, 2003:29).

Ainda de acordo com Mantoan (2003), a escola inclusiva trabalha com o aluno em sua diversidade, considerando-os pessoas reais, seres concretos, como o João, a Maria, a Graça. etc. Legitimar a inclusão é, pois, para muitos alunos garantir o acesso ao conhecimento, a escola, portanto passa a ser o lugar onde se desenvolve e garante condições de aprendizagens a todos para que sejam cidadãos com identidades socioculturais reconhecidas como identidades legítimas pautadas no acesso a cidadania política e social. Esse acesso ao exercício da cidadania permite à sociedade a devolução da condição de sujeito social ao deficiente, uma dignidade que foi surrupiada ao longo

do tempo e espaço no qual este foi destituído por um longo período histórico de humanidade.

Os professores e os agentes da educação estão em um processo de luta e buscam, dentro de um sistema educacional excludente, mudanças para que esse se torne mais humanizado e inclusivo. As diferentes práticas pedagógicas, ora com erros, ora com acertos empreendidas no cotidiano escolar, demonstram que os educadores procuram por ferramentas que auxiliem o aluno com deficiência a ser incluso na sociedade e dela participar como cidadão/cidadã. Essa preocupação demonstra que, embora a educação inclusiva não se efetive de forma plena, há uma preocupação social dos educadores e construir processos de ensino aprendizagem calcadas em pedagogias libertadoras.

É nesse sentido onde se insere a importância do objeto de estudo dessa pesquisa, ***a prática do Turismo como possibilidade de construção de identidade, inclusão social e acesso à cidadania para alunos com deficiência nas escolas públicas do DF.***

No relato da senhora Carmem, é possível perceber a importância de uma educação que seja inclusiva:

Ana deu um estalo assim sabe?, pra alfabetização que ela começou a compreender o conteúdo, e isso sabe, é, muito gratificante pra gente. o professor ela fica feliz em ver o crescimento do aluno, ali, mas agente como mãe como pai, ai(...) acho que num tem explicação sabe?, tudo pra gente, o mínimo que eles, conseguem, a gente já fica satisfeita, a gente, já vê um avanço, porque, faz toda a diferença, então é muito bom você vê seu filho que foi, ai, muitas vezes rotulado, o médico mesmo quando a Ana nasceu e falou:- ó sua filha tem síndrome de down, sua filha vai depender de você o resto da vida, alguns casos tem crianças que até ficam trancadas dentro de casa, vegetando, entendeu? Então você vê a Ana hoje tem onze anos, o médico falar isso, sabe, se eu tivesse acreditado nas palavras dele, eu tinha me acomodado em casa, e falado :-a ela vai, né, depender de mim o resto da vida, não vai aprender mesmo, eu não vou fazer nada não, mas, eu nunca aceitei, isso, sabe, isso, e eu, eu sou assim bem teimosa sabe, vem as dificuldades vem os problemas, mas, eu, eu procuro sempre tá me esforçando pedindo orientação de Deus, e oferecendo pra ela aquilo que ela, não é o que ela merece mas, o que é de direito dela, então se ela tem direito a ter um estudo, eu vou oferecer, se ela tem direito a se socializar a sair, a fazer tudo que o outro filho faz, que a criança comum faz, porque que a Ana não pode fazer? Vai fazer sim, mesmo jeito é na hora de corrigir em casa eu corrijo, eu ponho de castigo eu chamo a atenção, então eu não fico com mi, mi, mi não sabe, eu corrijo eu ensino e procuro cria-la como, como criei o irmão também entendeu? (Carmem-2018)

É nessa reflexão sobre inclusão e nessa busca por possibilidades de inserção do deficiente a esfera de cidadão que se percebe o turismo como uma possibilidade educativa de inclusão social. Quando a escola desenvolve passeios, nos quais o aluno sai da escola e se depara com a realidade social que o cerca, ela o possibilita

compreender que ele também é parte integrante dessa sociedade, um sujeito capaz de exercer sua cidadania como todos os outros sujeitos.

A pesquisa demonstrou como o turismo pedagógico pode se tornar mecanismo de aprendizagens concretas, onde o aluno vivencia conhecimentos práticos. A aprendizagem, fundamentada nos passeios pedagógicos, rompe com o mundo intramuros, muitas vezes artificial da escola e se integra à realidade social que o cerca. A rua passa a ser também um “laboratório de vivências” na qual suas experiências escolares passem a ser percebidas como parte do seu cotidiano na produção de saberes. É importante destacar que as aprendizagens são pertinentes a cada sujeito, individualizadas, portanto complexas, há que se ressaltar que o ato de aprender decorre das experiências de vida de cada um. Portanto, quanto mais ricas e significativas forem às aulas maiores serão o desenvolvimento dos alunos nas suas singularidades. Por isso a relevância do turismo na forma dos passeios escolares.

Cabe ressaltar que durante a pesquisa pude observar que os alunos sentiam se mais livres nas atividades, demonstravam mais afeto uns com os outros, os alunos com deficiências, por diversas vezes, foram auxiliados pelos alunos do ensino regular, a convivência durante os passeios em ambientes diferentes, propiciou momentos coletivos, nos quais todos conseguiam se relacionarem com o outro, independentemente de sua “diferença”.

Como resultado de pesquisa é possível afirmar que o turismo pedagógico pode ser, quando bem pensado, como toda estratégia pedagógica de ensino/aprendizagem, uma ferramenta que possibilita ao aluno e, principalmente ao aluno com deficiência interagir, relacionar, participar de espaços sociais exercer sua cidadania, sentir se sujeito histórico de transformações sociais, construindo suas diferentes identidades na relação com o outro.

É importante salientar que os passeios propiciaram momentos onde o aluno e o professor aparentavam tranquilidade, descontração, cuidado um para com o outro, estreitando a relação professor/aluno e aluno/aluno em atos de confiança, carinho e respeito. Para o aluno de classes especiais, esse clima é essencial para que o mesmo desenvolva suas potencialidades. Há que se ressaltar que uma das especificidades no processo de ensino aprendizagem de crianças deficientes é a relação de confiança entre aluno e professor, para o aluno deficiente não há aprendizagem sem confiança total naquele que o ensina. Durante os passeios realizados foi possível perceber essa relação de confiança estabelecida entre docentes e discente, talvez por isso, estes tenham se

configurados em momentos únicos de aprendizagens e de interação. A curiosidade, a descoberta e a novidade de vivenciar e de participar de novos espaços com todos os seus pares em uma relação segura e confiável foram momentos que estarão na memória de cada um.

Diante do exposto, pode-se perceber que o trabalho com passeios pedagógicos para os alunos de classes especiais auxilia um desenvolvimento ampliado das potencialidades físicas, afetivas e intelectuais. Portanto, ao ouvir cada narrativa e analisar os atos de fala dos sujeitos da pesquisa, é possível perceber como o passeio pedagógico na educação especial pode ser uma ferramenta de inclusão social, fonte de interação, construção de identidades e cidadania para os alunos com deficiência.

O ato de pensar ferramentas didáticas pedagógicas que envolvessem o aluno deficiente no processo de ensino aprendizagem, que auxiliassem sua interação com o outro, e com a sociedade me levou a uma longa caminhada. Nessa jornada, na busca por uma educação de qualidades para sujeitos aos quais comumente é negada a cidadania, é que encontrei o turismo como uma possibilidade na construção de um sujeito emancipado no processo educacional.

Esse encontro do turismo com a educação experienciado ao longo da pesquisa, hoje reflete sobremaneira na minha prática pedagógica. Percebo que o turismo como ferramenta pedagógica para a inclusão, além de responder à questões que se interpuseram ao objeto da pesquisa aqui delineado, no decorrer do processo de construção e análise das fontes, além do conhecimento permitiu revisões significativas da minha prática como professora de alunos especiais.

Hoje, muitas atividades, antes elaboradas por anseios mais intuitivos do que propriamente fundamentados com reflexões teóricas-metodológicas compõem a minhas práxis. Por fim creio que a relação entre turismo e educação se coloca como uma possibilidade de auxiliar na construção de saberes nos quais os imaginários sociais estejam calcados em representações sociais que construam uma ordem simbólica na qual o discurso que versa sobre o deficiente não seja um discurso de desqualificação de suas subjetividades. Ao contrário, procurar-se-á uma educação comprometida com a formação de cidadão, iguais nas suas diferenças, isto é, iguais em seus direitos de aprender de se desenvolver de crescer, de viver, não importando se são deficientes, ou não.

Tomando como base as reflexões advindas dessa pesquisa pode-se perceber a necessidade de incluir no currículo o turismo como prática pedagógica, não somente

como parte diversificada, e, sim como uma prática essencial como ferramenta de inclusão e de transformação de estudantes com deficiência em cidadão atuantes na sociedade em que vivem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Liberlivros, 2005.

ARAÚJO, Domira Fernandes de - RAMOS, Maria da Conceição Pereira - Desafios interculturais e educacionais para um turismo sustentável intercultural and educational challenges for sustainable tourism. CENÁRIO, Brasília, V.2, n.3 | 89 – 105 | dez. 2014 | p. 89-p.105.

BACZKO, Bronislaw - Imaginação social (In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BAUMAN, Zigmunt. Ensaio sobre o conceito de cultura. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2012.

BOYER, M. História do Turismo de Massa. Bauru: EDUSC, 2003.

BRASIL, Ministério do Turismo. Turismo Cultural: orientações básicas/ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação –Geral de Segmentação -3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CARIA, Telmo H. (1995a) “Prática e aprendizagem da investigação sociológica no estudo etnográfico numa escola básica 2.3.”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº41, pp.35- 62.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*/ Robert Castel; tradução de Iraci D. Poleti- Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. *A discriminação negativa: Cidadãos ou autóctones?*; tradução de Francisco Mórias- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CASTRO, Heloisa Vitória de. *Educação Especial e Inclusão de Pessoas com Deficiência na Escola: um Olhar Histórico-Social*. Disponível <https://eventos.fe.ufg.br/up/248/o/1.4.27.pdf>

CORIOLOANO, Luiza Neide Menezes Teixeira- *A Exclusão a Inclusão Social e o Turismo*-<http://www.pasosonline.org/Publicados/3205/PS080205.pdf>- Vol.3 nº2 pags- 295-304. 2005

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda –Turismo de 2ª Residência : Europeus no Nordeste do Brasil *in* Turismo, Políticas e Desenvolvimento Humano (ogs.); Silvana Pirillo Ramos e Lluís Mundet i Cerdan- Porto Alegre, Rs: Aterisco, (Coleção Tempo e Espaço; 2), 2010.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

DECONTO, Neusa Maria. Educação Arte e Movimento III. In: área/dimensão formadora: organização do trabalho pedagógico e organização do processo social.- (Curso de pedagogia para professore em exercício no início de escolarização - PIE;módulo 4v,3)-Brasília: Faculdade de Educação, UnB,2003.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien,1990. Fonte: <http://www.regra.com.br/educação> .

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca

DECLARAÇÃO MUNDIAL DOS DIREITOS HIUMANOS - Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. unesdo.unesco.org/imagens/0013/001394/139423por.pdf

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Pesquisa Em Turismo: planejamento, métodos e técnicas – São Paulo: Futura,1998.

DIAS, Maria Lúcia Moraes. Turismo transversalidade curricular. Pelotas: EDUCAT,2004.

FILHO, Paulo Ramos Coelho- Multiculturalismo, Educação e Escola- *in* PIE ;módulo 4, v.3- Brasília : Faculdade de Educação , UNB,2003.

FILHO, Fonseca A. da S. Educação e turismo: reflexões para elaboração de uma educação turística. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 5-33, setembro 2007.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido.Rio de Janeiro, Paz e Terra 2005

GASTAL, Susana/ MOESCH, Marutschka. Turismo, políticas públicas e cidadania- São Paulo: Aleph, 2007. (Coleção ABC do Turismo)

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós – Modernidade. -10ªed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart.Cultura e Representação; Organização e Revisão Técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira-Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio: Apicuri.2016

KULLOK, Máisa Gomes Brandão- Relação Professor- Aluno No Contexto Ensino-Aprendizagem As Exigências Na Atualidade- *in* Relação Professor Aluno: contribuição prática pedagógica / Máisa Gomes Brandão Kullokk(organizadora)- Maceió : EDUFAI, 2002.

MAFFESOLI, Michel. No fundo das aparências. Petrópolis:vozes ,1996.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: o que é? por quê ? como fazer?- São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola.- Conferência proferida no “Seminário sobre Direito da Educação”, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, de 23 de junho de 2004, no auditório do Tribunal de Justiça, em Brasília-DF. R. CEJ, Brasília, n.26,p.36-44,jul/set.2004.

MATOS,Francisco de Castro. Turismo Pedagógico: o estudo do meio como ferramenta fomentadora do currículo escolar. Semintur. UCS- Universidade de Caxias do sul-novembro de 2012, Disponível em:<<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/639.pdf> />. Acesso em : 25 de maio de 2018.

MATOS, Maria Almeida de Souza. Cidadania, Diversidade e Educação inclusiva: um diálogo entre a teoria e a prática na escola pública. Manaus Edua, 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Marcos Conceituais do Turismo. Coordenação geral Tânia Brisolla. s/d. Disponível em:WWW.turismo.gov.br/sites/default/turismo_ministerio/.../marcos_conceituais.pdf/ >Acesso em 23/08/2017.

MOESCH, Marutschka, Epistemologia Social do Turismo, São Paulo : 2004

MOESCH, Marutschka Martini, A produção do saber turístico, São Paulo : Contexto 2000.

MOESCH, Marutschka. Para Além Das Disciplinas, O Desafio Do Próximo Século. <https://www.scribd.com/document/.../Moesch -Marutschka- Para-Além-Das-Disciplina>

MORIN,Edgar.O sete saberes necessários à educação do futuro/Edgar Morin;tradução de Catarina Eleonora F. Da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgar de Assis Carvalho-2.ed.rev.-São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

MORIN, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo.3. ed. Porto Alegre: Sulina .2007.

MORIN,Edgar .O método 3: a consciência da consciência. Trad. Juremir Machado da Silva. 2ª Ed.- Porto Alegre: Sulina,1999.

MORIN, Edgar. A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento; trad. Eloá Jacobina – 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.(2001)

NASCIMENTO Amós- FILOSOFIA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS Fundamentação Teórica- em: José Paulo Guitierrez, Antônio H. Aguilera Urquiza, organizadores- Direitos humanos e cidadania: Desenvolvimento pela Educação em Direitos Humanos- Campo Grande,MS: Ed.UFMS, 2013.244p: il.;21cm.

NAKAMURA, Gleisy Kelly Yasuko/MACHADO, Alisson Bertão. Turismo Pedagógico e as possibilidades da ampliação de olhares: roteiro pedagógico na cidade de Santo Inácio- PR. Anais Eletrônico- VI Mostra Interna de Trabalhos de Iniciação Científica- 23 a 26 de outubro de 2012.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Saberes ,imaginários e representações na educação especial: A problemática ética da “difeença” e da exclusão social-Petropolis, RJ: Vozes, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural.-Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo da imagem:território da história cultural.*in* Narrativas, Imagens e Práticas Sociais./organizadoras. Sandra Jatahy Pesavento. Nádia Maria Weber antos. Mirian de Souza Rossini.Porto Alegre RS:Asterisco,2008.

PESSOTTI, Isaias. Deficiência mental: da superstição à ciência- São Paulo: T.A.Queiroz:Ed. da Universidade de São Paulo,1984

ROPOLI, Edilene Aparecida. [et.al.]. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará,2010.

PINSKY,Jaime,1939: Cidadania e Educação-São Paulo: Contexto,1998.

PINSKY,Jaime –História da Cidadania: Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky(orgs)6.ed-São Paulo:Contexto,2002.

PINSKY,Jaime, Cidadania e educação- São Paulo: Contexto, 1998.

ROUSSEAU,Jean –Jacques.1712-1778. Emilio;ou, Da educação/Jean-Jacques Rousseau;Tradução de Sérgio Millet.3ª Ed.-Rio de Janeiro. Betrand Brasil,1995. 592p

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA,1997.

SAMPAIO, Cristiane T. Educação inclusiva: o professor mediando para a vida/Cristiane T. Sampaio, Sonia Maria R. Sampaio. Salvador: EDUFBA.2009

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar. /abr. 2009, p. 10-16.

SOARES, Marlene da Silva /CARMONA, Olimpo Ordoñez Carmona- Fundamentos da Educação Especial. Modulo III. Volume 3. Curso PIE. Faculdade de Educação. UNB. Universidade de Brasília. Brasília D.F, 2002.

SILVA, Tomas Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva do estudo culturais/Tomas Tadeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward- Petrópolis, RJ Vozes,2000.

SILVA, Tomas Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo/ Tomás Tadeu da Silva.- 2.ed. 7ª reimp.- Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

SILVA, Otto Marques da. A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje: São Paulo: Cedas 1987.

SILVA, Tomas Tadeu. Documento de Identidade- Uma introdução às teorias do currículo.-2.ed.7ªreip.-Belo Horizonte:Autêntica, 2013.

TUNES,E. BARTHOLO, R. Dois sentidos do aprender. A.M. Martinez e M.C.R.tacca. *A complexa aprendizagem*. Campinas: Alinea, 2009,p.11-29.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. A sociedade pós-industrial e o profissional do turismo. 6.ed. Campina, SP: Papirus, 1998.

Paginas internte https://pt.wikipedia.org/wiki/Turismo#Evolu%C3%A7%C3%A3o_Hist%C3%B3rica- acesso em 16/04/2018

Marques, Roberto.2017 Disponível em:<www.ibram.df.gov.br/.../3038-saburoonoyama-conheça-a-origem-do-parque.htm> Acesso em 13/04/2018.

Moesch, Marutschka Martini –O domínio material e conceitual do turismo- 2005 – Disponível em:<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/2005/Artigo_23.pdf> Acesso em 23/03/2018

OLIVEIRA, Héliida Vilela. A prática do Turismo como Fator De Inclusão Social-Revista de ciências Gerenciais. Vol.XII Nº. 16,p.91-103 ano 2008.

GOMES, Alessandra de Oliveira Capuchinho – A função social da escola :uma análise das significações constituídas pelos gestores, professores, pais e alunos de uma escola pública paulista.Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/.../Alessandra%20de%20Oliveira%20Capuchinho%20Gomes.pdf> . São Paulo-2014

<http://www.jornalipanema.com.br/inclusao/desembargadora-ofende-professora-com-sindrome-down> /(21-03-2018)

ANEXOS:

CRONOGRAMA

A proposta de cronograma para cumprimento das atividades dentro do prazo estabelecido para o mestrado em Turismo é o que segue:

	Disciplinas e Leituras	Pesquisa de Campo	Elaboração do Projeto de Pesquisa	Elaboração da Dissertação
1º semestre 2017	Disciplinas e Leituras Trabalhadas			
2º semestre 2017	Disciplinas e Leituras Trabalhadas		Em elaboração	Apresentação do Projeto de Pesquisa para qualificação
1º semestre 2018	Disciplinas e Leituras Trabalhadas	Entrevistas com alunos, professores e familiares e ou responsável pelo aluno(a) com início em 20/06/2018 a 30 de julho de 2018		Escrita da Dissertação de maio de 2018 à agosto de 2018
2º semestre 2018				Conclusão e defesa da Dissertação - setembro de 2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL

CARTA DE ENCAMINHAMENTO

Ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília

Senhor/a Coordenador/a,

Eu, Elisangela Pereira Barroso, *RG nº 1601798 SSP D.F.*, encaminho o projeto de pesquisa intitulado “A PRÁTICA DO TURISMO NO ENSINO ESPECIAL: POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO CIDADÃ DO SUJEITO COM DEFICIÊNCIA” para revisão ética por parte deste Comitê.

Natureza do projeto: *Mestrado*

Instituição a qual o projeto está vinculado: Centro De Excelência Em Turismo – CET, Programa De Mestrado Profissional – Universidade de Brasília.

Pesquisadora responsável: Elisangela Pereira Barroso

Link para o *lattes*: <http://lattes.cnpq.br/5627220806100469>

E-mail pra contato: zanbarroso@gmail.com

Orientadora: Neuza Farias Araújo

Link para o *lattes*: <http://lattes.cnpq.br/968450230719345>

E-mail para contato: nfariasaraujo@gmail.com

Equipe de pesquisa: *Elisangela Pereira Barroso*

Instituição onde será realizada a pesquisa: *Escola Classe CAIC Professor Walter José de Moura*

Início da pesquisa/fase de coleta de dados: *01/04/2018*

Eu me comprometo a iniciar a pesquisa/fase de coleta de dados apenas quando houver a aprovação ética de meu projeto de pesquisa por parte do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.



Universidade de Brasília – UnB
Centro de Excelência em Turismo – CET
Programa de Mestrado Profissional

ACEITE INSTITUCIONAL

O/A Sr./Sra. Andréa de Oliveira Gomes Matias responsável pela Escola Classe Caic Professora Walter José de Moura , está de acordo com a realização da pesquisa “ A PRÁTICA DO TURISMO NO ENSINO ESPECIAL : POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO CIDADÃ DO SUJEITO COM DEFICIÊNCIA”, de responsabilidade da pesquisadora **Elisangela Pereira Barroso**, estudante de mestrado no Departamento de Turismo da Universidade de Brasília, realizada sob orientação de Neuza Farias Araújo, após revisão e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília.

O estudo envolve a realização de passeios com os alunos inseridos em classes de ensino especial, bem como entrevistas com alunos, professores e pais e ou responsáveis pelos alunos sujeitos da pesquisa. A pesquisa terá a duração de três meses com previsão de início em abril de 2018 e término em julho de 2018.

Eu, Andréa de Oliveira Gomes Matias, *diretora* da Escola Classe Caic Professora Walter José de Moura, declaro conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016. Esta instituição está ciente de suas coresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Brasília, de de 20 .

Nome do/da responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do/da responsável pela instituição em Ciências Humanas e Sociais



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL

Sugestão de roteiro contendo perguntas para nortear a entrevista

PARA O PROFESSOR(A)

- 1- Para o senhor (a) o que é inclusão?
- 2- Na sua prática pedagógica, quais recursos utiliza visando a inclusão do aluno com deficiência?
- 3- O passeio pedagógico está contemplado no seu planejamento?
- 4- Para o senhor (a) qual a importância da prática do Turismo Pedagógico?
- 5- O senhor (a) enquanto professor (a) de Classe Especial, acredita que o passeio pedagógico auxilia na inclusão social do aluno com deficiência? Justifique.
- 6- O exercício da cidadania para alunos especiais, pode ser desenvolvido durante os passeios pedagógicos? Dê exemplos:
- 7- O senhor (a) percebe se a prática do Turismo na educação especial pode ser fonte de prazer e construção da cidadania?
- 8- Nos passeios quais as reações que o senhor (a) percebe nas crianças? Dê exemplos.
- 9- Os seus alunos interagem com os colegas da escola durante os passeios pedagógicos?
- 10- Gostaria de fazer alguma observação sobre o tema “a prática do Turismo nas Classes Especiais como propulsora da inclusão social do indivíduo com deficiência”?

PARA O ALUNO(A)

- 1- Você gosta dos passeios da escola? Por quê?
- 2- Quais passeios você participou na escola?
- 3- Qual passeio você gostou mais? Por quê?
- 4- O que você aprendeu durante o passeio?
- 5- Como você se sentiu durante os passeios?
- 6- Faça um desenho do seu passeio.
- 7- Faça um desenho das pessoas que participaram deste passeio com você:

PARA OS PAIS E OU RESPONSÁVEIS

- 1- O senhor(a) costuma conversar com seu(a) filho(a) sobre as aulas?
- 2- O senhor (a) acha importante o seu (a) filho (a) estar matriculado(a) em uma escola regular de Ensino?
- 3- Em sua opinião o que é educação inclusiva?
- 4- Das atividades que seu (a) filho (a) participa na escola, quais eles /elas mais gostam?
- 5- A escola/professora promove passeios pedagógicos para seu(a) filha?

- 6- Quais os passeios pedagógicos seu(a) filho(a) participou ?
- 7- Teve algum passeio que ele gostou mais? Porque?
- 8-Ao relatar sobre os acontecimentos vividos durante o passeio pedagógico, quais as reações que o senhor (a) percebe que seu filho teve? Exemplifique.
- 9-Qual a importância do passeio pedagógico da escola para seu filho?
- 10-Seu filho (a) demonstra ter aprendido coisas novas nos passeios dos quais participou?
- 11- Gostaria de fazer mais alguma observação, sobre o “Turismo pedagógico como fonte de inclusão, construção da cidadania e prazer nas classes especiais.”?



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Autorização do responsável pelo menor participante da pesquisador

O aluno que está sob a sua responsabilidade está sendo convidado a participar da pesquisa “A PRÁTICA DO TURISMO NO ENSINO ESPECIAL: POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO CIDADÃ DO SUJEITO COM DEFICIÊNCIA”, de responsabilidade de Elisângela Pereira Barroso, estudante de mestrado da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é O projeto tem por finalidade compreender as relações que o turismo pedagógico pode proporcionar ao educando com deficiência nas classes especiais, nunha perspectiva de educação inclusiva os passeios podem se apresentar como mecanismo de inclusão. Passear para conhecer a história, cultura, geografia, economia e organização social das comunidades e região nas quais o aluno se encontra e mostrar uma nova realidade, podendo assim despertar o sentimento de pertencimento à sociedade e a compreensão do seu papel de cidadão”

O objetivo principal desta pesquisa é, conforme já mencionado, analisar “as práticas do Turismo nas Classes de Ensino Especial, como propulsoras da inclusão social do indivíduo com deficiência”. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o nome da criança não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa. *A pesquisadora não realizara filmagens dos participantes da pesquisa.*

A coleta de dados será realizada por meio de *entrevistas com participantes da pesquisa, pais alunos e professores*. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco. *A participação do aluno se dará por meio de relatar as experiências vivida nos passeios. Eventualmente poderão ser feitas algumas perguntas, mas a princípio será livre a sua fala, o tempo dela, bem como a forma com que desejar contar. O local da conversa será na escola onde a criança estuda sob a supervisão da professora.*

Espera-se com esta pesquisa, perceber que o Turismo pedagógico nas classes de ensino especial pode ser um mecanismo de ensino aprendizagem, onde pode se relacionar os conhecimentos da sala de aula com saberes do cotidiano fora da escola, visando a construção de conhecimentos significativos para o exercício da cidadania.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua

participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone *61-985888870* ou pelo e-mail zanbarroso@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio *divulgação no site do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos e após tal período serão destruídos.* podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do pai e ou responsável

Assinatura da pesquisadora



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa ““A PRÁTICA DO TURISMO NO ENSINO ESPECIAL: POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO CIDADÃ DO SUJEITO COM DEFICIÊNCIA”, de responsabilidade de Elisangela Pereira Barroso, estudante de mestrado da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa e o projeto tem por finalidade compreender as relações que o turismo pedagógico pode proporcionar ao educando com deficiência nas classes especiais, numa perspectiva de educação inclusiva os passeios podem se apresentar como mecanismo de inclusão. Passear para conhecer a história, cultura, geografia, economia e organização social das comunidades e região nas quais o aluno se encontra e mostrar uma nova realidade, podendo assim despertar o sentimento de pertencimento à sociedade e a compreensão do seu papel de cidadão”

O objetivo principal desta pesquisa é conforme já mencionado, analisar “as práticas do Turismo nas Classes de Ensino Especial, como propulsoras da inclusão social do indivíduo com deficiência”. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa. *A pesquisadora não realizara filmagens dos participantes da pesquisa.*

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas com participantes da pesquisa, pais, alunos e professores. *A participação se dará por meio de responder a uma entrevista. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco. A sua participação se dará por meio de relatar as experiências que o senhor(a) observa no comportamento do seu filho(a) e ou aluno(a) após terem participado de passeios e eventos promovidos pela escola. Eventualmente poderão ser feitas algumas perguntas, mas a princípio será livre a sua fala, o tempo dela, bem como a forma com que deseja contar. O local da conversa poderá ser da escolha de Vossa Senhoria, tendo em vista que a pesquisadora poderá se deslocar para qualquer localidade da preferência do(a) Senhor(a). A data e horário também poderão ser combinados previamente, em observância à preferência do(a) Senhor(a). A duração da conversa também poderá ser acertada anteriormente, a fim de que não haja nenhum prejuízo ao(a) Senhor(a) e, caso seja necessário, poderá ser agendado uma nova data para dar continuidade.*

Espera-se com esta pesquisa, perceber que o Turismo pedagógico nas classes de ensino especial pode ser um mecanismo de ensino aprendizagem, onde pode se

relacionar os conhecimentos da sala de aula com saberes do cotidiano fora da escola, visando a construção de conhecimentos significativos para o exercício da cidadania.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone *61-985888870* ou pelo email zanbarroso@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio *divulgação no site do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos e após tal período serão destruídos.* podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do email do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, ___ de _____ de _____



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL

CAIC- PROFESSOR WALTER JOSÉ DE MOURA

AUTORIZAÇÃO GERAL PARA PASSEIOS PELA COMUNIDADE NO HORÁRIO
DA AULA.

Senhores pais e ou responsáveis;

Eu professora Elisangela Pereira Barroso, estou desenvolvendo uma pesquisa no Mestrado em Turismo na UNB (Universidade de Brasília) intitulado : **A prática do Turismo no Ensino Especial: possibilidade de inclusão cidadã do sujeito com deficiência**. O objetivo do projeto é analisar “as práticas do Turismo nas Classes de Ensino Especial, como propulsoras da inclusão social do indivíduo com deficiência. Para tanto pretendo desenvolver passeios pela comunidade com os alunos (as) das classes de ensino especial para que possam vivenciar práticas de cidadania e compreensão do funcionamento da sociedade da qual se encontra inserido(a). Durante os passeios os alunos poderão relacionar os conteúdos vistos em sala de aula com sua vida diária fora da escola, ampliando assim sua visão de mundo. Para tanto conto com a colaboração dos pais e responsáveis.
Atenciosamente: Professora Elisangela

Eu _____ responsável pelo(a)
aluno(a)

AUTORIZO QUE O(A) ALUNO(A) PARTICIPE DOS PASSEIOS PELA
COMUNIDADE PROMOVIDOS DURANTE ÀS AULAS.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL

**Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz
para fins de pesquisa**

Eu, _____, responsável pelo
aluno (a) _____

autorizo a utilização da imagem e som de voz da criança na qualidade de participante/entrevistado/a no projeto de pesquisa intitulado A PRÁTICA DO TURISMO NO ENSINO ESPECIAL : POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO CIDADÃ DO SUJEITO COM DEFICIÊNCIA”, sob responsabilidade de Elisangela Pereira Barroso vinculado ao Programa de Mestrado Profissional do Centro de Excelência em Turismo da Universidade Federal de Brasília.

A imagem e som de voz do referido aluno(a) podem ser utilizadas para ser transcrito na dissertação da pesquisadora, que será apresentada na Universidade de Brasília, publicada nos termos estipulados pela referida Universidade, apresentada em congressos acadêmicos e atividades afins que tratem do turismo na educação especial.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da imagem do aluno(a) nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e som de voz são de responsabilidade do/da pesquisador/a responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da imagem e som de voz do aluno(a)

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com o participante.

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, ____ de _____ de _____



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO - CET
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE INFORMAÇÕES E
CÓPIAS DE DOCUMENTOS
PARA FINS DE PESQUISA**

Elisângela Pereira Barroso, portador/a do documento de identificação nº 1601798 SSP D.F e do CPF nº 659155341-04 domiciliado/a na QS 05 PRAÇA AC 01 Lote 08 apartamento 101- Águas Claras D.F

DECLARA estar ciente:

- a) De que os documentos aos quais solicitou acesso e/ou cópias são custodiados pelo/a Escola Classe Caic Professor Walter José de Moura.
- b) Da obrigatoriedade de, por ocasião da divulgação, se autorizada, das referidas reproduções, mencionar sempre que os respectivos documentos em suas versões originais pertencem ao acervo do/da Escola Classe Caic Professor Walter José de Moura
- c) De que as cópias dos documentos objetos deste termo não podem ser repassadas a terceiros;
- d) Das restrições a que se referem os art. 4º e 6º da Lei nº 8.159, de 08.01.1991 (Lei de Arquivos); da Lei nº 9.610, de 19.02.1998 (Lei de Direitos Autorais); dos art. 138 a 145 do Código Penal, que preveem os crimes de calúnia, difamação e injúria; bem como da proibição, decorrente do art. 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil, de difundir as informações obtidas que, embora associadas a interesses particulares, digam respeito à honra e à imagem de terceiros;
- e) De que a pessoa física ou jurídica, responsável pela utilização dos documentos, terá inteira e exclusiva responsabilidade, no âmbito civil e penal, a qualquer tempo, sobre danos materiais ou morais que possam advir da divulgação das informações contidas nos documentos bem como do uso das cópias fornecidas, eximindo, conseqüentemente, de qualquer responsabilidade, *Escola Classe Caic Professor Walter José de Moura*

DECLARA igualmente que as informações e as cópias fornecidas serão utilizadas exclusivamente por Elisângela Pereira Barroso para fins de pesquisa no âmbito do projeto A PRÁTICA DO TURISMO NO ENSINO ESPECIAL : POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO CIDADÃ DO SUJEITO COM DEFICIÊNCIA vinculado ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo - CET, Universidade de Brasília

Brasília, de _____ de 20 .

Direção da Escola